



Comunicado | Lisboa | 29 de março de 2017

Informação divulgada pela Oi

A PHAROL, SGPS S.A. (PHAROL) informa sobre Convocatória da Assembleia Geral Ordinária da Oi, S.A., conforme documento da empresa em anexo.

PHAROL, SGPS S.A.

Sociedade Aberta
Capital social € 26.895.375
Número de Matrícula na
Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa e de
Pessoa Coletiva 503 215 058

A PHAROL está cotada
na Euronext (PHR). Encontra-se
disponível informação sobre a
Empresa na Bloomberg através
do código PHR PL

Luis Sousa de Macedo
Investor Relations Director
ir@pharol.pt
Tel.: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, às 11hs, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- [1] Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- [2] Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- [3] Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- [4] Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016; e
- [5] Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia [www.oi.com.br/ri], assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários [www.cvm.gov.br] na forma da Instrução CVM 481/09, e na BM&FBovespa [<http://www.bmfbovespa.com.br/>], para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, aos cuidados da Gerência Societário e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração [quando houver] e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Por fim, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos seus acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) e, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da BM&FBovespa, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGO, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

MANUAL DE PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2017



ÍNDICE

1. Mensagem da administração

2. Convite

3. A AGO

4. Procedimentos orientações e prazos para participação nas Assembleias

4.1. Acionista Pessoa Física

4.2. Acionista Pessoa Jurídica

4.3. Acionista Fundo de Investimento

4.4. Detentores de ADRs

5. Edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária de 28/04/2017

6. Textos Explicativos das matérias a serem deliberadas na AGO

7. Documentos e links relacionados

8. Anexo I - Instrumento de procuração

9. Anexo II - Boletim de Voto a Distância

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Convidamos V.Sas. a participar da próxima Assembleia Geral Ordinária [“Assembleia” ou “AGO”] da Oi S.A. - Em Recuperação Judicial [“Oi” ou “Companhia”], convocada para o dia 28 de abril de 2017, às 11hs, na sede da Companhia, localizada na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, Rio de Janeiro – RJ, que deliberará sobre: (i) a tomada das contas dos Administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal; (ii) a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; (iii) a fixação da verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) a ratificação da eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016; e (v) a eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

Em 2016, a Oi concentrou seus esforços na transformação operacional do seu negócio, a fim de garantir um futuro sustentável e solidificar sua posição de relevância no mercado de telecomunicações brasileiro.

Embora tenha sido um ano desafiador do ponto de vista macroeconômico, com retração de 3,6% do PIB brasileiro, a Oi registrou resultados importantes no ano, tais como crescimento anual de 23,6% na receita de TV Paga, de 6,9% na receita de banda larga e de 9,4% na receita do segmento do pós-pago. Do ponto de vista operacional, a Oi mostrou melhorias consistente no ano. Na comparação entre o quarto trimestre de 2016 e igual período de 2015, a Companhia reduziu em 57% o número de novos processos nos Juizados Especiais Cíveis (JECs); no call center da Anatel, a queda no volume de reclamações foi de 18%; nos Procons, as reclamações também caíram 18% na comparação entre estes trimestres.

Mesmo em um ano de contração econômica e redução de investimentos pelo mercado, a Oi ampliou em 2016 seus investimentos na modernização e expansão da capacidade da sua rede. A Companhia investiu R\$ 4.759 milhões no Brasil neste ano, 17,6% a mais que o valor investido em 2015, demonstrando seu compromisso com o longo prazo e com a transformação e a sustentabilidade do negócio.

Todo este trabalho foi conduzido em meio ao processo de Recuperação Judicial que, como é de conhecimento de V.Sas, foi iniciado em junho do ano passado. A Recuperação Judicial tem como objetivo preservar a prestação do serviço com qualidade aos clientes e manter a continuidade do negócio. Desde o início do processo, a Companhia vem registrando geração de caixa, demonstrando que possui uma operação saudável e forte capacidade de geração de valor. Entre junho e dezembro de 2016, as operações da Oi geraram mais de R\$ 2,7 bilhões, permitindo chegar ao final do ano com R\$ 7,8 bilhões de saldo em caixa.

Diante dos números apresentados pela Companhia em 2016, podemos afirmar que o pedido de Recuperação Judicial foi uma medida adequada. É importante destacar que o Grupo Oi mantém seu papel relevante no cenário econômico nacional, continua investindo maciçamente no país e gere um ecossistema que envolve cerca de 130 mil empregos diretos e indiretos. Dessa forma, a Companhia mantém o compromisso com o processo de transformação, com o objetivo de garantir um futuro sustentável.

Aproveitamos para agradecer a confiança depositada na Oi e em seus Administradores, reafirmando o nosso propósito de continuar atuando de forma a cumprir os princípios da transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa e ética.

O presente Manual se propõe a prestar, de forma clara e precisa, esclarecimentos e orientações para a participação de nossos acionistas na AGO, contribuindo para que seu direito de voto seja plenamente exercido.

Esse manual deve ser lido em conjunto com a Proposta da Administração da Companhia, que se encontra disponível na Sede da Companhia e nos websites da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e da Companhia (www.oi.com.br/ri).

Contamos com a sua presença, no melhor interesse da Companhia. Seu voto é muito importante para a Oi.

Cordialmente,

Marco Norci Schroeder
Diretor Presidente

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

2. CONVITE

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DATA

28 de abril de 2017

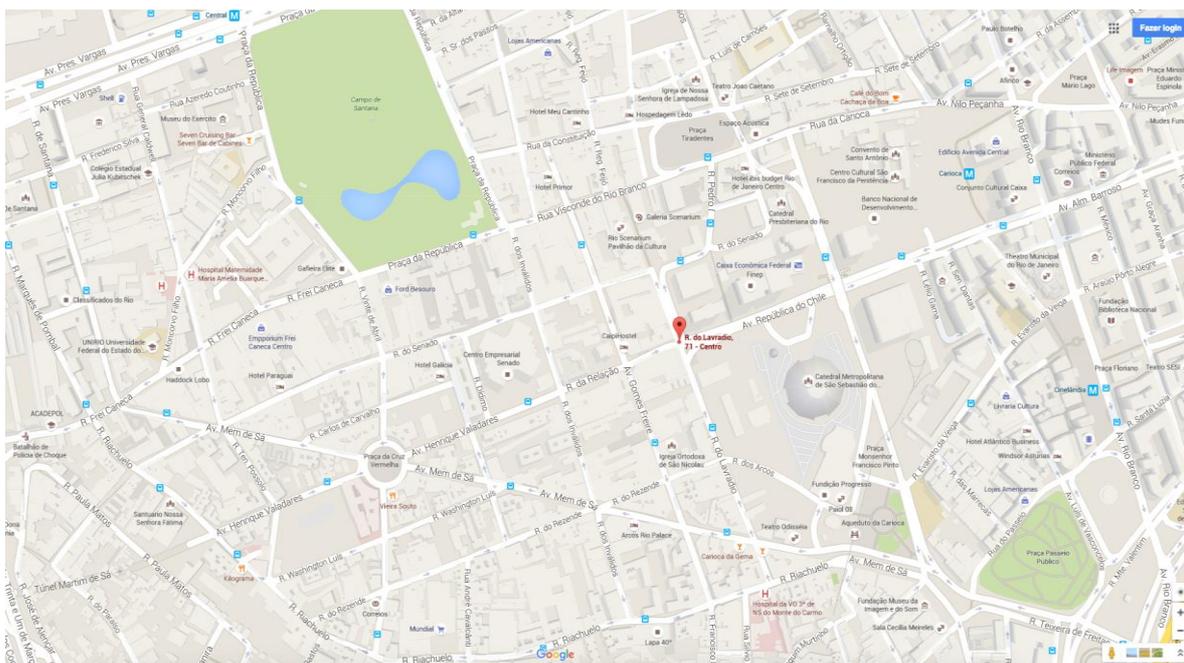
HORÁRIO

11h

LOCAL

Rua do Lavradio, 71
Centro - 20230-070
Rio de Janeiro - RJ

COMO CHEGAR



3. A AGO

A administração da Companhia convida os Acionistas da Oi a se reunirem na Assembleia Geral Ordinária para deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e do parecer do Conselho Fiscal;
- (ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- (iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (iv) Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016; e
- (v) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

Antes de ser instalada a Assembleia, os Acionistas assinarão o Livro de Presença.

Para que a Assembleia seja instalada em primeira convocação será necessária a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 [um quarto] do capital social com direito a voto, na forma do artigo 125 da Lei 6.404/1976. Caso não haja quórum suficiente para a instalação, a Companhia irá, posteriormente, anunciar uma nova data para a realização da mesma, em segunda convocação, quando a Assembleia será instalada com a presença de qualquer número de acionistas.

Verificado o quórum, a AGO será instalada pelo Presidente do Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento do Presidente, será instalada por qualquer Conselheiro presente, escolhido pela Assembleia. Na hipótese de ausência e/ou impedimento de quaisquer dos Conselheiros, observada a mecânica acima, competirá à Assembleia eleger o presidente da mesa e a este o respectivo secretário.

As ações preferenciais terão direito a voto nas matérias que serão deliberadas nesta Assembleia, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão sempre em conjunto com as ações ordinárias.

Cada ação conferirá direito a um voto nas deliberações da Assembleia, observada a limitação ao direito de voto prevista no art. 72 do Estatuto Social. O referido artigo estabelece que qualquer acionista ou grupo de acionistas representando um mesmo interesse ou vinculados por acordo de voto que detenham ou venham a deter a qualquer tempo, individualmente ou em conjunto, participação superior a 15% da quantidade de ações em que se dividir o capital social com direito a voto terão o seu direito de voto limitado a 15% da quantidade de ações com direito a voto, não sendo computados os votos que excederem tal limite. De acordo com o parágrafo 5º do art. 72 do Estatuto, para efeitos do cálculo dos percentuais previstos acima consideram-se como pertencendo ao acionista as ações detidas por [a] terceiros em nome próprio, mas por conta do acionista; [b] sociedade controladora, controlada, coligada, ou sob controle comum do acionista; [c] titulares do direito de voto com os quais o acionista tenha celebrado acordo para o seu exercício; ou [d] membros dos órgãos de administração e de fiscalização do acionista.

As deliberações da AGO serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando nem as abstenções e nem os votos que excederem o limite ao direito de voto de que trata o parágrafo acima, que, todavia, serão considerados para o cálculo do quórum de instalação

A proposta do item (i) acima tem o intuito de apresentar aos Acionistas uma visão geral dos resultados no exercício social de 2016. As contas dos administradores são instrumentalizadas por meio do Relatório da Administração e das demonstrações financeiras que (i) foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Oi em 22 de março de 2017; e (ii) obtiveram opinião favorável do Conselho Fiscal. As demonstrações financeiras foram objeto de Relatório sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas preparado pelos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes. ["Relatório"]. De acordo com o Relatório, devido ao assunto descrito na seção intitulada "Base para abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", não foi possível à KPMG obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar sua opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia,

Os documentos a serem submetidos à aprovação dos acionistas foram publicados nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no dia 28 de março de 2017, e encontram-se disponíveis na sede da Companhia, na CVM e na BM&F Bovespa, bem como no site da Oi (www.oi.com.br/ri).

O Conselho de Administração da Oi recomenda aos seus acionistas que examinem detidamente os documentos colocados à disposição pela Administração, a fim de deliberarem acerca das demonstrações financeiras da Companhia e, caso concordem, aprovem as referidas contas e demonstrações financeiras.

O item (ii) acima consiste em determinar a destinação do resultado apurado pela Companhia no exercício social de 2016.

Já o item (iii) visa estipular um valor global de remuneração para os membros da Diretoria Estatutária, Conselho de Administração, de acordo com o artigo 152 da Lei das Sociedades Anônimas, e Conselho Fiscal, para o exercício de 2017, de acordo com o § 3º artigo 162 da Lei das Sociedades Anônimas.

O item (iv) tem o intuito de ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016.

Por fim, o item (v) visa à eleição de membros efetivos e suplentes para o Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2018, de acordo com o artigo 132, III, da Lei das Sociedades Anônimas.

A composição da chapa de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal proposta pelo Conselho de Administração encontra-se à disposição dos acionistas na Companhia, na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e no site da Companhia www.oi.com.br/ri, assim como a declaração prevista no §1º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia, atendendo ao disposto no Artigo 10 da Instrução CVM 481.

Caso o acionista deseje indicar uma chapa alternativa para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, deverá informar a Oi a este respeito, por escrito, antes da AGO, observando o disposto nos §2º e §3º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia e apresentando as informações relativas aos candidatos constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como o nome e a qualificação de cada um e, ainda, termo firmado por cada candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo.

4. PROCEDIMENTOS, ORIENTAÇÕES E PRAZOS PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA

Os acionistas da Oi poderão participar da Assembleia pessoalmente ou por procuradores devidamente constituídos, observados os termos do §1º do artigo 126 da Lei 6.404/76.

Pede-se aos acionistas a gentileza de chegarem com antecedência à Assembleia, de forma que possam ser conferidos os documentos necessários à sua participação.

Em caso de qualquer dúvida a respeito dos procedimentos e prazos descritos abaixo, solicitamos que entrem em contato com o Departamento de Relações com Investidores, e-mail invest@oi.net.br.

Os acionistas poderão exercer seu direito de voto à distância, por meio do preenchimento boletim de voto a distância com relação à Assembleia contido no Anexo II ao presente Manual (“Boletim de Voto a Distância”). Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância deverão observar as regras e formalidades descritas no Boletim de Voto a Distância e no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia [*Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais*], disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br).

4.1. Acionista Pessoa Física

Solicitamos aos Acionistas Pessoas Físicas que desejarem participar pessoalmente da Assembleia que apresentem à Companhia, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, **aos cuidados da Gerência Societário e M&A**, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data designada no Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 26 de abril de 2017, os seguintes documentos: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista.

Caso o acionista pessoa física deseje ser representado na Assembleia por procurador, deverá encaminhar, juntamente com as cópias autenticadas do documento de identidade e CPF, o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do procurador presente à Assembleia, que deverá comparecer à mesma munido de tais documentos. A fim de auxiliar os acionistas, no item 8 deste Manual encontram-se modelos de procuração que poderão ser utilizados. Os acionistas poderão, certamente, utilizar outras procurações que não as sugeridas neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

Relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, solicitamos também o extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido nos últimos 02 (dois) dias.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos, antes do seu encaminhamento à Companhia, devem ser notariados por Tabelião Público devidamente habilitado para este fim e consularizados em consulado brasileiro e traduzido para o português por tradutor juramentado.

Ressaltamos que o envio prévio da mencionada documentação tem como objetivo proporcionar maior agilidade no cadastramento dos acionistas e maior agilidade aos trabalhos de preparação das Assembleias.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.2. Acionista Pessoa Jurídica

Solicitamos aos Acionistas Pessoas Jurídicas que desejarem participar da Assembleia que apresentem à Companhia, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, aos cuidados da Gerência Societário e M&A, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data designada no Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 26 de abril de 2017, os seguintes documentos: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, conforme o caso, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Caso o acionista pessoa jurídica deseje ser representado por procurador, deverá encaminhar, juntamente com os documentos indicados no parágrafo acima, o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A fim de auxiliar os acionistas, neste Manual encontram-se modelos de procuração que poderão ser utilizados. Os acionistas poderão, certamente, utilizar outras procurações que não as sugeridas neste Manual, desde que em acordo com o disposto na Lei 6.404/1976 e no Código Civil Brasileiro.

Relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, solicitamos também o extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido nos últimos 02 (dois) dias.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos societários, antes do seu encaminhamento à Companhia, devem ser traduzidos para o português.

Ressaltamos que o envio prévio da mencionada documentação tem como objetivo proporcionar maior agilidade no cadastramento dos acionistas e maior agilidade aos trabalhos de preparação da Assembleia.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.3. Acionista Fundo de Investimento

Solicitamos aos Acionistas Fundos de Investimento que desejarem participar da Assembleia que apresentem à Companhia, na Rua Humberto de Campos nº 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, aos cuidados da Gerência Societário e M&A, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data designada no Edital de Convocação para a realização da Assembleia Geral, ou seja, até o dia 26 de abril de 2017, os seguintes documentos: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia.

Caso o Acionista Fundo de Investimento deseje ser representado por procurador, deverá encaminhar, juntamente com os documentos indicados no parágrafo acima, o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente.

Relativamente aos Acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, solicitamos também o extrato contendo a respectiva participação acionária, expedido nos últimos 02 (dois) dias.

Os Acionistas estrangeiros deverão apresentar a mesma documentação que os Acionistas brasileiros, ressalvado o aspecto de que os documentos societários, antes do seu encaminhamento à Companhia, devem ser traduzidos para o português.

Ressaltamos que o envio prévio da mencionada documentação tem como objetivo proporcionar maior agilidade no cadastramento dos acionistas e maior agilidade aos trabalhos de preparação das Assembleias.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.4. Detentores de ADRs

No caso de detentores de ADRs, a instituição financeira depositária dos American Depositary Receipts [ADRs], nos Estados Unidos, é o Bank of New York, o qual enviará as proxies aos titulares dos ADRs para que estes exerçam seu direito de voto, e será representado nas Assembleias da Companhia, nos termos do Deposit Agreement firmado com a Companhia, por meio de seu representante no Brasil, o Banco Itaú Unibanco.

Fica ressaltado que a despeito do prazo acima mencionado, o acionista que comparecer até o início da Assembleia, munido dos documentos exigidos, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de depositá-los previamente.

4.5. Boletim de Voto a Distância

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

4.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

4.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer seu direito de participação e voto à distância, por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia [na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190]:

- (i) Via física do boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:

[a] Para pessoas naturais, documento de identidade oficial válido do acionista, com foto.

[b] Para pessoas jurídicas: [i] último Estatuto ou Contrato Social [conforme o caso] consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; [ii] documentos societários que comprovem a regularidade da representação do acionista; e [iii] documento de identidade oficial válido do representante legal do acionista, com foto.

[c] Para fundos de investimento: [i] último Regulamento do Fundo de Investimento, consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; [ii] último Estatuto ou Contrato Social [conforme o caso] do administrador ou gestor [conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento], consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; [iii] documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do acionista [conforme o caso]; e [iv] documento de identidade oficial válido do representante legal do administrador ou gestor [conforme o caso] e do acionista, com foto.

Com relação aos documentos indicados nos itens “[i]” e “[ii]” acima, a Companhia solicita, conforme o caso: [i] reconhecimento de firma e [iii] tradução simples.

O boletim, acompanhado da documentação requerida, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, em plena ordem, com até 7 (sete) dias de antecedência em relação à data de realização da respectiva Assembleia Geral, ou seja, até 21 de abril de 2017. Boletins recepcionados pela Companhia após este período serão desconsiderados.

Conforme disposto no artigo 21-U da Instrução CVM nº 481/2009 (“ICVM 481”), a Companhia comunicará ao acionista, por meio do endereço de e-mail informado no boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

O acionista participante da custódia fungível de ações da BM&FBOVESPA que optar por exercer seu direito de voto à distância por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá ainda apresentar um extrato atualizado de sua posição acionária emitido pela instituição custodiante (notadamente, o extrato emitido pela BM&FBOVESPA). Além disso, sem prejuízo das verificações de participação que a Companhia usualmente realiza em suas Assembleias Gerais, conforme os registros atualizados de participação de sua base acionária disponíveis à Companhia, o acionista deverá informar a Companhia, por meio do endereço eletrônico [invest@oi.net.br], a respeito de qualquer movimentação com as ações por ele detidas entre a data base de tal extrato e a data da respectiva Assembleia Geral, juntamente com os comprovantes de tais movimentações.

5. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 28/04/2017

O Edital de Convocação da AGO será publicado nos jornais Valor Econômico, nas edições de 29, 30 e 31 de março de 2017, e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, nas edições de 29, 30 e 31 de março de 2017.

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43
NIRE 33 3 0029520-8
COMPANHIA ABERTA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial [“Companhia”] convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, às 11hs, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- [1] Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- [2] Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- [3] Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- [4] Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016; e
- [5] Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na forma da Instrução CVM 481/09, e na BM&FBovespa (<http://www.bmfbovespa.com.br/>), para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, aos cuidados da Gerência Societário e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social,

ata de eleição de Conselho de Administração [quando houver] e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Por fim, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos seus acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária ["AGO"] e, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários ["CVM"], em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da BM&FBovespa, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGO, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha
Presidente do Conselho de Administração

6. TEXTOS EXPLICATIVOS DAS MATÉRIAS A SEREM DELIBERADAS NA AGO

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia estão à disposição dos acionistas na sede social da Oi, na sua página na internet [www.oi.com.br/ri], e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários [www.cvm.gov.br], BM&F Bovespa.

Para ajudá-lo a tomar uma decisão sobre as matérias elencadas no Edital de Convocação da AGO recomendamos a leitura atenta da Proposta da Administração, arquivada no sistema Empresas.net da Comissão de Valores Mobiliários – CVM [www.cvm.gov.br] e na página de Relações com Investidores da Companhia [www.oi.com.br/ri].

Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre os assuntos constantes da Ordem do Dia da Assembleia poderão ser dirimidos ou obtidos, conforme o caso, por meio de contato com a Diretoria de Relações com Investidores, pelo e-mail invest@oi.net.br.

7. DOCUMENTOS E LINKS RELACIONADOS

- www.oi.com.br/ri - informações sobre a Companhia
- www.bmfbovespa.com.br - informações diversas sobre empresas listadas
- www.cvm.gov.br - Legislação brasileira sobre as Sociedades por Ações

8. ANEXO I - Instrumento de Procuração

PROCURAÇÃO

POWER OF ATTORNEY

[ACIONISTA], [QUALIFICAÇÃO] ["Outorgante"], nomeia e constitui como seu Procurador o Sr. [NOME], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], com Carteira de Identidade RG nº [], inscrito no CPF/MF sob o nº [], residente e domiciliado na cidade de [], estado de [], na Rua [], [número], ["Outorgado"] para representar a Outorgante, na qualidade de Acionista da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial, ["Companhia"], na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em primeira convocação no dia 28 de abril de 2017, às 11h, na Sede social da Companhia localizada na Rua do Lavradio, nº 71, Centro, Rio de Janeiro, RJ, ["Assembleia"], e se necessário em segunda convocação em data a ser informada oportunamente, na Sede social da Companhia, aos quais outorga poderes para comparecer à Assembleia e votar, em nome e por conta do Outorgante, em conjunto ou isoladamente, independentemente da ordem de nomeação, em conformidade com as orientações de voto estabelecidas abaixo:

Ordem do Dia:

[1] Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;

A favor [] Contra [] Abstenção []

[2] Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;

A favor [] Contra [] Abstenção []

[3] Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;

A favor [] Contra [] Abstenção []

[4] Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016; e

A favor [] Contra [] Abstenção []

[5] Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

A favor [] Contra [] Abstenção []

[Cidade], [dia] de [mês] de [ano] / [Month], [date] [year]

[SHAREHOLDER], [IDENTIFICATION] ["Grantor"], hereby appoints and constitutes Mr. [NAME], [CITIZENSHIP], [MARITAL STATUS], [PROFESSION], with identity Car N. [], registered in the individual Taxpayer Register (CPF/MF) under N. [], resident and domiciled in the City of [], State of [], at [ADDRESS], ["Grantee"] to represent Grantor, in its capacity as shareholder of Oi S.A. – In Judicial Recuperation, ["Company"], in the Company's Ordinary Shareholders' Meeting to be held on first call on April 28th, 2017, at 11 p.m., at the Company's headquarters located at Rua do Lavradio, nº 71, Centro, Rio de Janeiro, RJ, [respectively "Meeting" or "Shareholders's Meeting"], and, if necessary, on second call, on a date to be timely informed, at the Company's headquarters, to whom powers are hereby granted to attend to the Shareholders' Meeting and vote on behalf of Grantor, jointly or individually, irrespective of the order of nomination, in accordance with the voting instructions established below:

Agenda:

[1] To examine the Managements statements, examine, discuss and vote the Management report and the financial statements for the fiscal year ended on December 31, 2016; as well as the independent auditors' report and the opinion of the Statutory Audit Committee;

Approve [] Disapprove [] Abstention []

[2] Examine, discuss and vote the Managements proposal for the results of fiscal year ended on December 31, 2016.

Approve [] Disapprove [] Abstention []

[3] Establish the global amount of compensation of the Managements and of the members of the Statutory Audit Committee of the Company;

Approve [] Disapprove [] Abstention []

[4] Ratify the election of members nominated in the Board of Directors Meeting held on August 12, 2016 and September 14, 2016 to the Board of Directors, in the form provided for in Article 150 of Law 6,404/76; and

Approve [] Disapprove [] Abstention [] [5] To elect the members of the Statutory Audit Committee and their alternates.

Approve [] Disapprove [] Abstention []

Outorgante / Grantor

Por / By: [assinatura autenticada / notarized signature]

Cargo / Title

9. ANEXO II - Boletim de Voto a Distância

**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
A SER REALIZADA EM 28/04/2017**

1. Nome e endereço de e-mail do acionista:

Nome:

E-mail:

2. CNPJ ou CPF do acionista:

3. Orientações de preenchimento:

Os campos acima deverão ser preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim.

Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância deverão observar as demais regras e formalidades descritas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia (*Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais*), disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br).

4. Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

4.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para

tal.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

4.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer seu direito de participação e voto à distância, por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190):

- (i) Via física do boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (a) Para pessoas naturais, documento de identidade oficial válido do acionista, com foto.
 - (b) Para pessoas jurídicas: (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido do representante legal do acionista, com foto.
 - (c) Para fundos de investimento: (i) último Regulamento do Fundo de Investimento, consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento), consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do acionista, com foto.

Com relação aos documentos indicados nos itens “(i)” e “(ii)” acima, a Companhia solicita, conforme o caso: (i) reconhecimento de firma; e (ii) tradução simples para documento em língua estrangeira.

O boletim, acompanhado da documentação requerida, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, em plena ordem, com até 7 (sete) dias de antecedência em relação à data de realização da respectiva Assembleia Geral, ou seja, até 21 de abril de 2017. Boletins recepcionados pela Companhia após este período serão desconsiderados.

Conforme disposto no artigo 21-U da Instrução CVM nº 481/2009 (“ICVM 481”), a Companhia comunicará ao acionista, por meio do endereço de e-mail informado no boletim de voto a distância,

se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

O acionista participante da custódia fungível de ações da BM&FBOVESPA que optar por exercer seu direito de voto à distância por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá ainda apresentar um extrato atualizado de sua posição acionária emitido pela instituição custodiante (notadamente, o extrato emitido pela BM&FBOVESPA). Além disso, sem prejuízo das verificações de participação que a Companhia usualmente realiza em suas Assembleias Gerais, conforme os registros atualizados de participação de sua base acionária disponíveis à Companhia, o acionista deverá informar a Companhia, por meio do endereço eletrônico invest@oi.net.br, a respeito de qualquer movimentação com as ações por ele detidas entre a data base de tal extrato e a data da respectiva Assembleia Geral, juntamente com os comprovantes de tais movimentações.

5. Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia:

Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190)
invest@oi.net.br

6. Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

Escriturador: Banco do Brasil
Telefone: (21) 3808-3715

O acionista poderá transmitir as instruções de voto a distância mediante entrega do boletim de voto em uma das agências do Banco do Brasil S.A. munido de cópias autenticadas dos documentos de identificação sendo: a) pessoa física: identidade, Comprovante de Residência emitido há menos de 90 dias; b) pessoa jurídica/fundos de investimento: estatuto/contrato social/regulamento, documentos comprobatórios da representação e identidade do representante; e c) acionistas com domicílio fiscal no exterior: adicionalmente, serão exigidos documentos comprobatórios da origem dos recursos conforme Resolução CMN 4.373 ou Lei 4.131 e demais legislações correlatas.

7. Ordem do Dia:

7.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal:

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.2. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016¹:

¹ A Proposta da Administração encontra-se disponível no sistema Empresas.net da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri).

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.3. Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia:

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.4. Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016:

Ricardo Reisen de Pinho (Titular)
Marcos Duarte Santos (Titular)
Demian Fiocca (Titular)
Hélio Calixto da Costa (Titular)
Blener Braga Cardoso Mayhew (Suplente)
Luis Manuel da Costa de Sousa Macedo (Suplente)
Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure (Suplente)
José Manuel Melo da Silva (Suplente)

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.5. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, conforme proposta da Administração:

Jose Claudio Rego Aranha (titular)
Alvaro Bandeira (suplente)
Pedro Wagner Pereira Coelho (titular)
Piero Carbone (suplente)
Gilberto Braga (titular)
Felipe Bueno da Silva (suplente)

Aprovar Rejeitar Abster-se

8. Caso seja necessária a realização de segunda convocação com relação à AGO, as instruções de voto contidas neste Boletim de Voto a Distância podem ser consideradas também na hipótese de deliberação das matérias da AGO em segunda convocação?

Aprovar Rejeitar Abster-se

[Cidade], [data]

[Nome do Acionista]



Oi S.A. – Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF Nº 76.535.764/0001-43
NIRE 3330029520-8
Companhia Aberta

Proposta da Administração a ser submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 28/04/2017, nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

Senhores Acionistas,

A administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) vem apresentar aos seus Acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017:

(i) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A administração da Companhia propõe que os Acionistas apreciem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2016, e, após atenta consideração, aprovem os referidos documentos, que foram publicados em 28/03/2017 no jornal Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e estão disponíveis para consulta no site da Companhia e no site da CVM, nos termos da Instrução CVM nº 481/09, juntamente com o parecer dos auditores independentes, o formulário das demonstrações financeiras padronizadas – DFP – e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia.

(ii) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

A administração da Companhia propõe que seja consignada a apuração de prejuízo no exercício encerrado em 31/12/2016 e aprovado o registro do prejuízo na conta de prejuízos acumulados.

(iii) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a seguinte proposta de valor global anual de Remuneração, relativa ao exercício social corrente, para a Administração e Conselho Fiscal: (i) para o Conselho de Administração, o valor de até R\$ 8.631.984,00 (oito milhões, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e oitenta e quatro reais); (ii) para a Diretoria, o valor de até R\$ 33.911.048,00 (trinta e três milhões, novecentos e onze mil e quarenta e oito reais) e (iii) para o Conselho Fiscal, o valor mínimo previsto no §3º do art. 162 da Lei das Sociedades Anônimas.

A verba global anual de remuneração proposta é líquida de encargos sociais que sejam ônus do empregador.

A Administração da Companhia esclarece que, a nível individual, não há qualquer incremento na remuneração de diretores e conselheiros em relação aos valores praticados em 2016, mas que o valor global anual ora proposto inclui o valor de remuneração potencial contratual vinculada ao resultado da Recuperação Judicial, que a remuneração global anual aprovada na AGO de 2016 não contemplava.

(iv) Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016

Nos termos do art. 31, § único, do Estatuto Social da Companhia e do art. 150 da Lei das S.A., o Conselho de Administração da Companhia, em razão da vacância de cargos do Conselho de Administração, aprovou as seguintes nomeações: (i) em reunião realizada em 12/08/2016, do Sr. Ricardo Reisen de Pinho e do Sr. Marcos Duarte Santos como membros efetivos; e (ii) em reunião realizada em 14/09/2016, cuja posse se tornou eficaz somente em 06/01/2017, com o deferimento, pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, do pedido de anuência prévia formulado pela Companhia: (a) do Sr. Hélio Calixto da Costa como membro efetivo, tendo como respectivo suplente o Sr. Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure; (b) do Sr. Demian Fiocca, como membro efetivo, tendo como respectivo suplente o Sr. Blemer Braga Cardoso Mayhew; (c) do Sr. Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo como membro suplente do Conselheiro efetivo João Manuel Pisco de Castro; e (d) do Sr. José Manuel Melo da Silva como membro suplente do Conselheiro efetivo Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão.

Dessa forma, a administração da Companhia propõe que seja ratificada pelos acionistas em Assembleia, em complementação do mandato em curso, ou seja, até a Assembleia Geral que aprovar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, chapa formada pelos seguintes membros nomeados pelo Conselho de Administração na forma do art. 31, § único, do Estatuto Social da Companhia e do art. 150 da Lei das S.A.: **(1) Ricardo Reisen de Pinho** como membro efetivo; **(2) Marcos Duarte Santos** como membro efetivo; **(3) Demian Fiocca** como membro efetivo; **(4) Blemer Braga Cardoso Mayhew** como suplente; **(5) Hélio Calixto da Costa** como membro efetivo; **(6) Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure** como suplente; **(7) Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo** como membro suplente; e **(8) José Manuel Melo da Silva** como membro suplente.

Uma vez aprovada a eleição proposta, o Conselho de Administração da Companhia continuará a contar com a seguinte composição:

EFETIVOS	SUPLENTES
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha	(VAGO)
Ricardo Reisen de Pinho	(VAGO)
Marcos Duarte Santos	(VAGO)
Demian Fiocca	Blener Braga Cardoso Mayhew
Thomas Cornelius Azevedo Reichenheim	Sergio Bernstein
João do Passo Vicente Ribeiro	(VAGO)
João Manuel Pisco de Castro	Luis Manuel da Costa de Sousa Macedo
Luís Maria Viana Palha da Silva	Maria do Rosário Amado Pinto Correia
André Cardoso de Menezes Navarro	(VAGO)
Hélio Calixto da Costa	Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure
Pedro Zañartu Gubert Morais Leitão	José Manuel Melo da Silva

As informações relativas à experiência profissional dos candidatos estão disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 481/09.

(v) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes

A administração da Companhia propõe que sejam eleitos, com mandato até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2018, os seguintes membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, cujos currículos estão disponíveis no **Anexo IV** à presente Proposta, conforme itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 481/09:

EFETIVOS	SUPLENTES
José Cláudio Rego Aranha	Alvaro Bandeira
Pedro Wagner Pereira Coelho	Piero Carbone
Gilberto Braga	Felipe Bueno da Silva

Pede-se que o acionista que deseje indicar uma chapa alternativa para o Conselho Fiscal informe a OI a este respeito, por escrito, antes da AGO, observando o disposto nos §2º e §3º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia e apresentando as informações relativas aos candidatos constantes nos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, bem como o nome e a qualificação de cada um e, ainda, termo firmado por cada candidato atestando sua aceitação a concorrer ao cargo. A OI dará a estes candidatos a mesma transparência conferida aos candidatos indicados pela administração.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.
Conselho de Administração

ANEXO I
(EDITAL DE CONVOCAÇÃO)

Edital de Convocação	6
----------------------------	---

ANEXO II
(ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA – COMENTÁRIOS DOS DIRETORES)

Condições financeiras/patrimoniais	8
Resultado operacional e financeiro	57
Efeitos Relevantes nas Demonstrações Financeiras	67
Mudanças nas práticas contábeis, ressalvas e ênfases	71
Políticas contábeis críticas.....	79
Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia	83
Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.....	83
Plano de negócios.....	84
Outros Fatores Relevantes.....	94

ANEXO III
(PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09)

Proposta para Destinação do Lucro Líquido, nos Termos do anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09	95
---	----

ANEXO IV
(ITEM 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Indicar em forma de tabela as informações do item 12.5 do Formulário de Referência	96
Conselho de Administração	96
Conselho Fiscal.....	104
Percentual de participação nas reuniões (membros do conselho de administração e fiscal)	110

Informações do item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, auditoria, risco financeiro e remuneração	110
Percentual de participação nas reuniões (membros dos comitês)	111
Relação Familiar	111
Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	111

ANEXO V

(ITEM 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA)

Política e prática de remuneração	112
Remuneração total por órgão	121
Remuneração variável	125
Plano de remuneração baseado em ações	127
Remuneração baseada em ações	131
Opções em aberto	137
Opções exercidas e ações entregues	137
Precificação das ações/opções	137
Quantidade de ações detidas por membros da administração e conselho fiscal	137
Plano de Previdência	138
Remuneração máxima, mínima e média	139
Mecanismos remuneração/indenização (Remuneração com base em contratos)	140
Percentual partes relacionadas na remuneração	140
Remuneração – outras funções	140
Remuneração reconhecida – controlador	140
Outras informações Relevantes	141

ANEXO I

Oi S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF: 76.535.764/0001-43

NIRE 33 3 0029520-8

COMPANHIA ABERTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Oi S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) convoca os Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2017, às 11hs, na sede social da Companhia, à Rua do Lavradio nº 71, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, RJ, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias:

- (1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal;
- (2) Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016;
- (3) Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia;
- (4) Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016; e
- (5) Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

INSTRUÇÕES GERAIS:

1. A documentação e as informações relativas às matérias que serão deliberadas na Assembleia estão à disposição na sede da Companhia, no Manual de Participação dos Acionistas, na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri), assim como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) na forma da Instrução CVM 481/09, e na BM&FBovespa (<http://www.bmfbovespa.com.br/>), para exame pelos senhores Acionistas.

2. Solicita-se ao Acionista que desejar participar pessoalmente da Assembleia ou ser representado por procurador proceder ao depósito dos seguintes documentos, na Rua Humberto de Campos n.º 425, 5º andar, Leblon, na Cidade do Rio de Janeiro – RJ, das 9h às 12h e das 14h às 18h, no prazo de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à realização da Assembleia, aos cuidados da Gerência Societário e M&A: (i) quando Pessoa Jurídica: cópias autenticadas do Instrumento de Constituição ou Estatuto Social ou Contrato Social, ata de eleição de Conselho de Administração (quando houver) e ata de eleição de Diretoria que contenham a eleição do(s) representante(s) legal(is)

presente(s) à Assembleia; (ii) quando Pessoa Física: cópias autenticadas do documento de identidade e CPF do acionista; e (iii) quando Fundo de Investimento: cópias autenticadas do regulamento do Fundo e Estatuto Social ou Contrato Social do administrador do Fundo, bem como ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) presente(s) à Assembleia. Além dos documentos indicados em (i), (ii) e (iii), conforme o caso, quando o Acionista for representado por procurador, deverá encaminhar juntamente com tais documentos o respectivo mandato, com poderes especiais e firma reconhecida, bem como as cópias autenticadas do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação, além do documento de identidade e CPF do procurador presente. A medida destina-se a conferir celeridade ao processo de cadastramento dos acionistas presentes à Assembleia. Os titulares de ações preferenciais terão direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação e constantes da Ordem do Dia da Assembleia Geral Ordinária ora convocada, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

3. O Acionista participante de Custódia Fungível de Ações Nominativas das Bolsas de Valores que desejar participar desta Assembleia deverá apresentar extrato emitido com data de até 2 (dois) dias úteis antecedentes à sua realização, contendo a respectiva participação acionária, fornecida pelo órgão custodiante.

4. Por fim, com o objetivo de facilitar e incentivar a participação dos seus acionistas nesta Assembleia Geral Ordinária ("AGO") e, atendendo as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), em especial a Instrução CVM nº 481/09, alterada pelas Instruções CVM nº 561/15 e 570/15, a Companhia possibilitará a participação e o exercício do voto a distância, permitindo que seus acionistas enviem, por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, Boletim de Voto a Distância, conforme disponibilizado pela Companhia no seu site de Relações com Investidores, bem como no site da CVM e da BM&FBovespa, juntamente com os demais documentos a serem discutidos na AGO, observadas as orientações constantes do Boletim de Voto a Distância.

Rio de Janeiro, 29 de março de 2017.

José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha

ANEXO II
ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA
(comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia)

10.1. Comentários dos diretores sobre:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para oferecer um leque de produtos de comunicações integrado que inclui telefonia fixa, móvel, transmissão de dados (inclusive banda larga), serviços de internet e ISP, TV paga, e outros serviços, para clientes residenciais, empresas de pequeno, médio e grande porte, e órgãos governamentais.

É importante esclarecer que, como forma de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia vinha trabalhando em alternativas para viabilizar sua participação na consolidação do mercado de telecomunicações no Brasil envolvendo uma potencial combinação de negócios com a TIM Participações S.A. A Oi sempre acreditou que este movimento seria positivo, com grande potencial de geração de valor ao propiciar sinergias e ganhos de escala, permitindo aumento de investimentos e aceleração da agenda digital no país, além de proporcionar maior penetração e qualidade dos serviços.

Com esse objetivo, em outubro de 2015 a Companhia e a sociedade LetterOne Technology (UK) LLP, integrante do grupo de investimentos LetterOne, concordaram em conceder-se mutuamente, até 23 de maio de 2016, direito de exclusividade com relação a combinações de negócios envolvendo companhias ou ativos de telecomunicações no Brasil. Entretanto, em fevereiro de 2016, a LetterOne divulgou comunicado ao mercado afirmando que havia sido informada pela TIM que esta não tem interesse em aprofundar negociações a respeito da possibilidade de uma combinação de negócios no Brasil e que, sem a participação da TIM, a LetterOne não poderia proceder com a operação da forma como anteriormente prevista.

A liquidez geral da Companhia, medida pela soma dos ativos circulantes e não circulantes menos a soma do passivo circulante e do não circulante era de 12.455 milhões em 31 de dezembro de 2016; 20.399 milhões em 31 de dezembro de 2015 e de 19.311 milhões em 31 de dezembro de 2014.

b) estrutura de capital

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de (i) R\$21.438,4 milhões, representado por 668.033.661 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais, tanto em 31 de dezembro de 2016 como em 31 de dezembro de 2015, e (ii) R\$21.438,2 milhões, representado por 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2014.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 30 de abril de 2014 e 5 de maio de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor total de R\$13.960 milhões (sendo R\$8.250 milhões em espécie e R\$5.710 milhões através de ativos da PT Portugal), mediante a emissão e subscrição de 226.254.457 ações ordinárias e 452.508.914 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 18 de novembro de 2014, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, na proporção de 10 para 1, de forma que cada lote de dez ações de cada espécie foi grupado em uma única ação da mesma espécie, ordinária ou preferencial. As ações de emissão da Companhia negociadas na NYSE na forma de ADSs também foram objeto do grupamento de ações, obedecendo à mesma proporção estipulada para o grupamento das ações no Brasil, de forma que os ADSs continuaram sendo negociados na proporção de um ADS para cada ação.

Como resultado do grupamento, as 2.861.553.190 ações ordinárias e 5.723.166.910 ações preferenciais passaram a representar 286.155.319 ações ordinárias e 572.316.691 ações preferenciais, respectivamente.

No dia 8 de outubro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia homologou a conversão voluntária de ações preferenciais em ações ordinárias de emissão da Oi, aprovou a efetiva conversão das ações preferenciais objeto das manifestações de conversão na BM&FBOVESPA e no Banco do Brasil e aceitou as solicitações de conversão apresentadas por titulares de ADSs Preferenciais.

Como resultado da conversão voluntária, o capital social da companhia passou a ser representado por 668.033.661 ações ordinárias e 157.727.241 ações preferenciais.

Em 1º de fevereiro de 2016, ocorreu a alteração na proporção do Programa de Depositary Receipts, Nível II, Patrocinado, de Ações Ordinárias de emissão da Companhia ("DR Ordinário"). Desde então, cada DR Ordinário passou a representar cinco ações ordinária de emissão da Companhia.

Em regra, as ações preferenciais não têm direito a voto, sendo asseguradas prioridades no recebimento de dividendo mínimo e não cumulativo de 6% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do capital social pelo número total de ações da Companhia, ou de 3% ao ano, calculado sobre o valor resultante da divisão do patrimônio líquido contábil pelo número total de ações da Companhia, o que for maior. Entretanto, a partir da Assembleia Geral Ordinária de 2017, os titulares de ações preferenciais passaram a ter direito a voto em todas as matérias sujeitas à deliberação dos acionistas, conforme parágrafo 3º do artigo 13 do Estatuto Social da Companhia e parágrafo 1º do artigo 111 da Lei 6.404/76, e votarão em conjunto com as ações ordinárias.

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros era a seguinte: em 31 de dezembro de 2016, 15% de capital próprio e 85% de capital de terceiros; em 31 de dezembro de 2015, 20% de capital próprio e 80% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2014, 19% de capital próprio e 81% de capital de terceiros.

Não há previsão estatutária para o resgate de ações de emissão da Companhia além daquelas legalmente previstas, podendo este, portanto, ocorrer nos termos do artigo 44 da Lei das Sociedades por Ações.

Finalmente, é importante esclarecer que a Companhia administra sua estrutura de capital de acordo com melhores práticas de mercado e o objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores comumente utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações e outros resultados não usuais), Dívida líquida (Dívida bruta menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA acumulado nos últimos 12 meses e índice de cobertura de juros.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia emite valores mobiliários no mercado local e internacional para refinarçar a sua dívida de curto prazo, em condições de normalidade com seus negócios. Adicionalmente, a Companhia continua buscando negociações e oportunidades de monetização de ativos não estratégicos, com o objetivo de fortalecer seu balanço patrimonial e maximizar o valor aos seus stakeholders.

As principais necessidades de caixa da Companhia são de:

- capital de giro;
- amortização do seu endividamento financeiro
- investimentos de capital com investimentos em operações, expansão das redes da Companhia e melhoria das habilidades e capacidade técnica das redes da Companhia;
- dividendos de nossas ações, inclusive na forma de juros sobre capital próprio.

As operações da Companhia dos segmentos residencial, mobilidade pessoal e empresarial / corporativo representam uma fonte de grande geração de caixa para a Companhia, permitindo, juntamente com a posição de liquidez em 31 de dezembro de 2015, a gestão de seus compromissos financeiros nos próximos 12 meses. Ainda, a Companhia espera que os investimentos realizados durante os últimos anos, acrescidos dos investimentos que eventualmente venham a ser realizados futuramente, permitirão aumentar a sua geração de caixa, fortalecendo gradualmente as suas métricas de fluxo de caixa e de crédito e melhorando a sua capacidade de honrar compromissos. É importante esclarecer que as estimativas e projeções da administração da Companhia podem não ser atingidas, podendo indicar incertezas materiais, e gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

O foco operacional e comercial da Oi permanece inalterado, mantendo a Companhia o empenho com investimentos que garantam melhoria permanente da qualidade dos serviços, os quais acredita permitirão continuar a levar avanços tecnológicos para seus clientes em todo o Brasil.

A Companhia também mantém seus esforços para melhorias operacionais e para transformação do negócio, com foco em austeridade, otimização de infraestrutura, revisão de processos e ações comerciais.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela gestão.

As projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados.

Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

Além disso, a ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa utilizados atividades operacionais relacionadas as operações continuadas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foi

de R\$3.100 milhões e o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais em 2015 foi de R\$1.539 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2014 foi de R\$3.652 milhões.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pode utilizar para eventuais coberturas de deficiências de liquidez são as mesmas mencionadas no item "d", ou seja, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano de Recuperação Judicial aplicáveis a cada caso:

- fluxo de caixa oriundo de atividades operacionais;
- empréstimos de curto e longo prazo;
- venda de ativos; e
- emissão de títulos de dívida nos mercados de capital nacional e internacional.

Conforme mencionado do item "d", a principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais de operações continuadas. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais relacionadas as operações continuadas, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$3.100 milhões e o fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais em 2015 foi de R\$1.539 milhões e o fluxo de caixa gerado em 2014 foi de R\$3.652 milhões.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia, em suas atividades comerciais normais, se utiliza de captações no mercado de capitais, empréstimos bilaterais e linhas de crédito junto ao BNDES e Agências de Crédito à Exportação para financiar seu plano de investimentos, refinanciamento de dívida e capital de giro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, não houve captação de recursos e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$6.289 milhões e R\$1.784 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$7.219 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$11.330 milhões e R\$3.705 milhões, respectivamente. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de

2014, o total consolidado de captações, líquidas de custos, foi de R\$2.665 milhões, e o total consolidado de amortizações de principal e juros foi de R\$5.054 milhões e R\$2.590 milhões, respectivamente.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015, e 2014 a dívida consolidada da Companhia era de R\$48.191 milhões, R\$54.981 milhões e R\$33.294 milhões, respectivamente. O nível do endividamento da Companhia eleva as despesas financeiras significativamente, refletindo-se na demonstração de resultados. Despesas financeiras consistem principalmente em juros sobre empréstimos e outros passivos, variações monetárias e cambiais, impostos sobre operações financeiras entre outras, quando aplicáveis. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$4.667 milhões, das quais R\$3.537 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$13.308 milhões, das quais R\$4.050 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as despesas financeiras da Companhia totalizavam R\$5.891 milhões, das quais R\$2.933 milhões correspondiam a juros sobre empréstimos e debêntures a pagar.

Em 31 de dezembro de 2016 o montante total da dívida (conforme definido pelo OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SEP/Nº02/2016, para o item "3.7" do Formulário de Referência) era de R\$69.716 milhões (R\$82.608 milhões em 31 de dezembro de 2015 e R\$83.478 milhões em 31 de dezembro de 2014) e o índice de endividamento (passivo circulante somado ao passivo não circulante, dividido pelo patrimônio líquido do acionista controlador) era de 5,60 (4,98 em 31 de dezembro de 2015 e 4,05 em 31 de dezembro de 2014).

As taxas de juros pagas pela Companhia dependem de uma série de fatores, incluindo as taxas de juros predominantes no mercado brasileiro e internacional e avaliações de risco da Companhia, do setor em que a Companhia atua e da economia brasileira, feitas por credores em potencial, compradores em potencial dos títulos de dívida de emissão da Companhia e pelas agências de rating que avaliam a Companhia e os títulos de dívida por ela emitidos.

A Standard & Poor's, Moody's e Fitch mantêm ratings da Companhia e dos títulos de dívida por ela emitidos. Qualquer *downgrade* no rating poderia gerar um aumento de juros e outras despesas financeiras para os empréstimos contraídos pela Companhia e títulos de dívida por ela emitidos, e poderia afetar negativamente sua capacidade de obter financiamentos em condições satisfatórias ou pelos valores requeridos por nós. As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

As tabelas a seguir demonstram a evolução de dívida da Companhia relativa a empréstimos e financiamentos nas respectivas datas:

Empréstimos e Financiamentos por Natureza

Em milhões de Reais	Vencimentos			
	2016	2015	2014	
"Senior Notes"	30.801	38.670	12.738	
Moeda nacional	1.151	1.091	1.137	Set/2016
Moeda estrangeira	29.650	37.579	11.601	Jul/2016 à Ago/2022
Instituições financeiras	13.242	17.541	15.779	
Cédula de Crédito Bancário - CCB	2.598	2.416	4.504	Jul/2016 à Jan/2028
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	1.616	1.398	1.497	Ago/2022
Bancos de Desenvolvimento e Agências de Crédito à Exportação	9.028	10.987	9.778	Jul/2016 à Dez/2033
Linha de crédito rotativo		2.740		
Debêntures públicas	4.436	4.145	7.807	Dez/2016 à Jul/2021z
Subtotal	48.479	60.356	36.324	
Custo de captação incorrido	(392)	(498)	(474)	
Total	48.086	59.858	35.850	
Circulante	48.086	11.810	4.464	
Não circulante		48.048	31.386	

Composição da Dívida por Moeda

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
EURO	18.127	24.222	2.413
Dólar Norte-Americano	16.511	22.714	12.368
Reais	13.448	12.922	21.068
Total	48.086	59.858	35.850

Composição da dívida por indexador

Em milhões de Reais	Em 31 de dezembro de		
	2016	2015	2014
Taxa pré-fixada	31.680	39.892	14.146
Libor	6.893	8.812	2.762
CDI	4.734	6.347	9.811
TJLP	3.089	3.149	5.149
IPCA	1.636	1.475	3.798
INPC	54	182	182
Total	48.086	59.857	35.850

(i) contratos de empréstimos e financiamentos relevantes¹

Financiamento em moeda nacional

Bancos de Desenvolvimento

Linhas de crédito celebradas com BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES (“**BNDES**”)

¹ Obrigações, encargos e datas de pagamento sujeitos a alterações na forma do Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas subsidiárias (“PRJ”) e da Lei n.º 11.101/2005.

A Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

Ao longo de 2016 não foram realizados desembolsos junto às linhas que se encontravam vigentes.

Em abril de 2014, a Companhia e suas controladas desembolsaram R\$836 milhões (sendo R\$209,7 milhões para a Oi, R\$408,4 milhões para a TMAR e R\$217,9 milhões para a Oi Móvel). Os custos de transação associados a esta emissão, no valor de R\$3,4 milhões, são amortizados no resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

No decorrer de 2016, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$442 milhões.

A Companhia e suas subsidiárias contrataram financiamentos junto ao BNDES e outros bancos de desenvolvimento da região Norte e Nordeste com o objetivo de financiar a expansão e melhoria da qualidade de rede fixa e móvel em todo o território nacional e atendimento às obrigações regulatórias.

A tabela abaixo apresenta informações selecionadas acerca dos empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia junto ao BNDES em 31 de dezembro de 2016:

<u>Empréstimo</u>	Saldo	Juros	Amortização	Vencimento
	(Em milhões de reais)			
Empréstimo				
Oi Móvel 2009 linha de crédito:				
Empréstimo A (1)	129	TJLP + 3,95%	Mensal	Dezembro, 2018
Empréstimo B (1)	14	4,50%	Mensal	Dezembro, 2018
Telemar 2012 linha de crédito:				
Empréstimo A	1.328	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	100	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo D	137	TJLP + 2,18%	Mensal	Janeiro, 2021

Empréstimo E	12	TJLP	Mensal	Janeiro, 2021
Oi 2012 linha de crédito:				
Empréstimo A	705	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	45	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Empréstimo C	143	2,50%	Mensal	Janeiro, 2021
Oi Móvel 2012 linhas de crédito:				
Empréstimo A	779	TJLP + 4,08%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo B	87	2,50%	Mensal	Julho, 2021
Empréstimo C	26	2,50%	Mensal	Julho, 2021

(1) Em 30 de setembro de 2013, as obrigações da Oi e Telemar assumidas nas linhas de créditos tomadas em 2009, foram assumidas pela TNL PCS, com o devido consentimento do BNDES. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS referentes a estas linhas de crédito.

Linhas de crédito celebradas com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB")

Em fevereiro de 2009, a TNL PCS celebrou uma linha de crédito com o BNB, pelo qual o BNB concordou em desembolsar empréstimos no valor total de até R\$369 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para investimentos em infraestrutura em telecomunicações de telefonia móvel da Telemar para a região nordeste do Brasil. Em 2009, foi um valor de R\$369 milhões. Este empréstimo prevê uma remuneração equivalente a 10,0% ao ano, com down step de 15% disponível para o pagamento antecipado dos juros. O contrato de abertura de crédito prevê um pagamento mensal de juros, até o vencimento em fevereiro de 2019. O valor de principal começou a ser pago em março de 2011, totalizando 96 parcelas mensais iguais. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$122 milhões. Como resultado da incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel em fevereiro de 2014, a Oi Móvel assumiu as obrigações da TNL PCS previstas nestes contratos de empréstimos.

Cédula de Crédito Bancário ("CCB")

Em maio de 2008, a TMAR contratou uma linha de crédito com uma instituição financeira brasileira, no montante de R\$4.300 milhões. Os empréstimos sob a referida linha de crédito, originalmente, foram atrelados ao pagamento da variação da taxa de CDI acrescida de 1,30% ao ano, por meio de pagamentos semestrais nos meses de maio e novembro de cada ano. Em maio de 2011, a Companhia renegociou essa modalidade de empréstimo, de modo que: (a) entre período de maio de 2011 a maio de 2014 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,00% ao ano; e (b) entre período de maio 2014 a maio de 2018 a taxa de remuneração foi fixada no pagamento da taxa CDI acrescida de 1,83% ao ano. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de R\$2.303 milhões.

Financiamento em moeda estrangeira

Linhas de crédito de ECA

A Companhia e a TMAR contrataram financiamentos junto a agências de crédito à exportação com o objetivo de financiar parte dos investimentos em equipamentos e serviços que incorporam tecnologia internacional.

A TMAR possui vigente contratos com as principais agências de crédito à exportação, dentre elas: CDB – *“China Development Bank”*, *“Delcredere Ducreire”* e FEC – *“Finnish Export Credit”*.

Em de 2016 foram amortizados US\$63 milhões (R\$223 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – *“Swedish Export Corporation”* em junho de 2011.

Em 2016 foram amortizados US\$45 milhões (R\$175 milhões) dos contratos de financiamento assinados pela TMAR junto ao FEC – *“Finnish Export Credit”* em junho de 2008, agosto de 2009 e dezembro de 2011.

Em 2016 foram amortizados US\$10 milhões (R\$34 milhões) do contrato de financiamento assinados pela Companhia junto ao FEC – *“Finnish Export Credit”* em outubro de 2014.

Em de 2016 foram amortizados US\$6 milhões (R\$24 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao *“Nordic Investment Bank”* em julho de 2008.

Em 2016 foram amortizados US\$51 milhões (R\$198 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao *“China Development Bank”* em fevereiro de 2009 e outubro de 2009.

Em 2016 foram amortizados US\$9 milhões (R\$34 milhões) do contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (*“Office National Du Ducreire/Nationale DelcredereDienst”*) em março de 2013.

Em 2016 foram amortizados US\$14 milhões (R\$49 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto à EDC (“Export Development Canada”) em julho de 2012.

Em 2016 foram amortizados US\$14 milhões (R\$57 milhões) do contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (“Crédit Agricole”) em abril de 2010.

Em dezembro de 2015 foram desembolsados US\$632 milhões (R\$2.391 milhões) dos contratos de financiamento assinados pela TMAR junto ao “China Development Bank” em dezembro de 2015, no valor total de US\$1.200 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos e refinarciat dívidas.

Em março de 2015, foram desembolsados US\$128 milhões (R\$414 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à FINNVERA em outubro de 2014, no valor total de US\$397 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em fevereiro de 2015, foram desembolsados US\$41 milhões (R\$112 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederediensst”) com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em abril de 2014, foram desembolsados US\$98,1 milhões (R\$222,8 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Export Development Canada” em julho de 2012.

Em março de 2014, foram desembolsados US\$92,5 milhões (R\$209,4 milhões) de um contrato de financiamento assinado pela Oi junto à ONDD (“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederediensst”) com o objetivo de financiar parte dos investimentos.

Em fevereiro de 2013, foram desembolsados US\$95,7 milhões (R\$190,3 milhões). de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Export Development Canada”.

Em fevereiro de 2013, foram amortizados R\$ 12 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao SEK – “Swedish Export Corporation” em junho de 2011 e de R\$93 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao FEC – “Finnish Export Credit”.

Em janeiro de 2013, foram amortizados R\$43 milhões de um contrato de financiamento assinado pela TMAR junto ao “Nordic Investment Bank” em julho de 2008.

Linha de crédito aberta com o Export Development Canada (“EDC”)

Em julho de 2012, a TMAR celebrou com a EDC um Export Credit Facility Agreement pelo qual a EDC se comprometeu a desembolsar um empréstimo no valor total de até US\$200 milhões. O valor captado foi e será utilizado em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo prevê a uma remuneração fixada em 2,25% ao ano. O Export Credit

Facility Agreement prevê que o valor de principal deve ser amortizado em 17 parcelas semestrais iguais, pagas no período de maio de 2014 a maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2016, o valor de principal em aberto era de US\$141 milhões.

Linha de crédito aberta com a FINNVERA

Em junho de 2008, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA no montante de principal de até US\$ 300 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação têm sido utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em sua infraestrutura de telefonia fixa e de telefonia móvel. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. O acordo de crédito estabelece pagamentos semestrais dos juros, com vencimento no mês de dezembro de 2018, e 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de dezembro de 2010 para o valor principal. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$ 106 milhões.

Em agosto de 2009, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$500 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 1,07% ao ano. O acordo de crédito prevê o pagamento semestral dos juros e o vencimento no mês de dezembro de 2019, bem como o pagamento do principal em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de agosto de 2011. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$206 milhões.

Em dezembro de 2011, a TMAR celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$200 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação foram utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da TMAR em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,90% ao ano. O acordo de crédito prevê que o pagamento semestral dos juros, e que o valor do principal será pago em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de fevereiro de 2013. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$118 milhões.

Em outubro de 2014, a Companhia celebrou um acordo de crédito de exportação com FINNVERA por meio de uma linha de financiamento no valor montante de principal de até US\$ 397,36 milhões. Os recursos dessa linha de crédito à exportação serão utilizados para financiar a compra de equipamentos relacionados com as despesas de capital da Companhia em telefonia fixa e de infraestrutura das telecomunicações móveis. A remuneração dessa linha de crédito para exportação foi fixada na variação da taxa LIBOR, acrescida de 0,95% ao ano, com pagamentos semestrais. O acordo estabelece também o pagamento do valor do principal em 17 parcelas semestrais iguais, com início da amortização no mês de maio de 2015 e final no mês de novembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto dessa linha de crédito era de US\$115 milhões.

Linha de crédito aberta com o Nordic Investment Bank

Em julho de 2008, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Nordic Investment Bank pelo o qual o Nordic Investment Bank se comprometeu em liberar uma linha de crédito o valor total de US\$250 milhões. Os recursos dessa linha de crédito foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX.

No âmbito desta linha de crédito, foram desembolsados pela Companhia o valor principal de US\$100 milhões (“Empréstimo A”) e US\$150 milhões (“Empréstimo B”). Este empréstimo prevê a uma remuneração equivalente à variação da taxa de LIBOR acrescida um spread de 1,18% ao ano, no caso do Empréstimo A e de 0,80 % ao ano, no caso do Empréstimo B, pagos semestralmente. Conforme estabelecido no contrato, o valor de principal do Empréstimo A deve ser amortizado em 17 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010; e o valor de principal do Empréstimo B deve ser amortizado em 11 parcelas semestrais, vencendo-se a primeira em julho de 2010. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto era US\$29 milhões

Linha de crédito aberta com a ONDD

Em março de 2013, a Companhia celebrou um Credit Facility Agreement junto à ONDD (“Office National Du Ducroire/Nationale Delcrederedienst”) no valor total de US\$ 257 milhões, dividido em US\$128,5 milhões (“Tranche A”) e US\$128,5 milhões (“Tranche B”) com o objetivo de financiar parte dos investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito estabelece uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de setembro de 2014, e que o valor do principal deve ser amortizado em 18 parcelas semestrais, a partir de setembro de 2014 para a Tranche A e a partir de setembro de 2015 para a Tranche B, com vencimento final de amortização em março de 2024. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto era US\$114 milhões.

Linha de crédito aberta com o China Development Bank (“CDB”)

Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o CDB, que se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,0% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2016. De acordo com o contrato, o valor do principal deve ser amortizado em 14 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a junho de 2025. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto era US\$33 milhões.

Em dezembro de 2015, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o CDB, que se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$600 milhões. Os recursos captados foram utilizados para refinarar dívidas. Esta linha de crédito faz jus a uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 1,9% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de

2016. O contrato estabelece que o valor do principal deve ser amortizado em 5 parcelas semestrais, no período de abril de 2019 a dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto era US\$600 milhões.

Em outubro de 2009, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o CDB, que se comprometeu em liberar uma linha de crédito no valor total de até US\$500 milhões. Os recursos captados foram utilizados para financiar em investimentos em infraestrutura – CAPEX. Esta linha de crédito estabelece uma remuneração equivalente a variação da taxa de Libor acrescida de um spread de 2,5% ao ano, pagos semestralmente, a partir de abril de 2010. O contrato prevê que valor do principal deve ser amortizado em 11 parcelas semestrais, no período de abril de 2012 a outubro de 2016. Em 31 de dezembro de 2016, o valor do principal em aberto era US\$35 milhões.

Linha de Crédito aberta com Crédit Agricole Corporate and Investment Bank (“Crédit Agricole”)

Em abril de 2010, a TMAR celebrou um Credit Facility Agreement com o Crédit Agricole no valor total de até US\$220 milhões, em duas tranches de \$110 milhões cada. Os desembolsos foram utilizados em investimentos em infraestrutura – CAPEX relativos aos serviços de telefonia fixa e móvel. Este empréstimo estabelece uma remuneração equivalente a variação da taxa média de Libor acrescida de um spread 1,40% ao ano, com pagamentos semestrais. O contrato prevê que o valor do principal deve ser amortizado em 17 parcelas semestrais desde agosto de 2011 para a primeira tranche e em agosto de 2012 para a segunda tranche. A TMAR celebrou com o Escritório Nacional de Du Ducroire (ONDD), a agência de crédito à exportação belga, uma apólice de seguro em conexão com este empréstimo. Em 31 de dezembro de 2015, o valor do principal em aberto foi de US\$107 milhões.

Senior Notes

Em junho de 2015 a Oi Holanda emitiu “Senior Notes” no montante de 600 milhões de Euros, com taxa de remuneração de 5,625% a.a. e vencimento em 2021, com o objetivo de refinarciar as dívidas da Oi e de suas subsidiárias. Com base nos recursos captados com a referida emissão a Companhia realizou aquisições no montante total de € 148 milhões de “Notes” anteriormente emitidas com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% e com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242%. Além disso, houve a adesão de troca por “Notes” da nova emissão, no montante total de € 173 milhões das “Notes” com vencimento em fevereiro de 2016 e cupom de 5,625% com vencimento em março de 2017 e cupom de 5,242% e com vencimento em dezembro de 2017 e cupom de 5,125%.

Em fevereiro de 2012, a Companhia emitiu Senior Notes no valor de US\$ 1.500 milhões (R\$ 2.741 milhões), com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. As “Notes” estabelecem que o vencimento final deve ser em fevereiro de 2022. Em julho de 2012 a Companhia transferiu essa emissão, líquida dos custos de captação, para sua subsidiária integral Oi Brasil Holdings Cooperatief através de uma “indenture” suplementar. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 12 milhões (US\$ 6 milhões) são amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

A Companhia possui outras emissões de Senior Notes em moeda estrangeira realizadas no mercado de capitais internacional pela sua controlada TMAR em 2009 e 2010. Em decorrência da Reorganização Societária aprovada em 27 de fevereiro de 2012, essas emissões foram acrescidas à dívida da Companhia, que substituiu a TMAR como emissora. Para mais informações acerca das emissões de Senior Notes pela Companhia e de suas subsidiárias vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

O objetivo dessas captações é alongar o perfil e reduzir o custo da dívida da empresa, investimentos e propósitos corporativos gerais.

Debêntures Públicas

Para maiores informações sobre emissões de debêntures, vide itens "18.5" e "18.8" deste Formulário de Referência.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 31 de dezembro de 2016, além das relações de longo prazo com instituições financeiras se encontram relatadas no item (i) acima, temos as seguintes transações:

CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários

Em agosto de 2010, a TMAR transferiu 162 imóveis para a nossa subsidiária integral Copart 4 Participações S.A., ou Copart 4, e a Oi transferiu 101 imóveis para a Copart 5 Participações S.A., ou Copart 5, nossa subsidiária integral. A TMAR celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para o uso contínuo de todas as propriedades transferidas para a Copart 4 e a Oi celebrou contratos de locação com termos de até 12 anos para a continuação do uso de todas as propriedades e propriedades transferidas para Copart 5.

A Copart 4 e a Copart 5 cederam os direitos aos fluxos de recebíveis, que representam todos os pagamentos sob estas locações para a BSCS - Brazilian Securities Companhia de Securitização, que emitiu os certificados de Recebíveis Imobiliários, ou CRI's, apoiados por estes recebíveis. Os CRI's foram comprados por instituições financeiras brasileiras.

Recebemos uma receita líquida referente à cessão dos créditos de locação no montante total agregado de R\$1.585.000,00 em uma base consolidada e confirmaram as nossas obrigações de fazer os pagamentos cedidos como dívida de curto e longo prazo nas nossas demonstrações financeiras consolidadas. Os rendimentos gerados nessa transação foram usados para pagar dívida de curto prazo. Em junho de 2012, cada um dos Copart 4 e Copart 5 amortizaram parcialmente os CRI's que eles emitiram para um montante total de R\$392,5 milhões. A partir de 31 de dezembro de 2013, a responsabilidade agregada sob estas locações foi R\$922.000.000,00.

Os ativos e passivos da Copart 5 encontram-se consolidados nos saldos das Demonstrações Financeiras da Companhia, devido aos principais riscos e benefícios dessa transação permanecerem na controladora.

Recuperação Judicial

Tendo em vista o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial das Empresas Oi, acima definidas, as dívidas contraídas até a data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial poderão ter seus prazos, encargos e demais condições alteradas na forma do plano de recuperação judicial apresentado perante o juízo da recuperação judicial em 05 de setembro de 2016, devidamente aditado, conforme o caso ("PRJ") e aprovado pelos credores das Empresas Oi e homologado judicialmente, de acordo com as disposições da Lei 11.101/2005. Para obter maiores informações sobre o PRJ, favor checar item(ns) "[]" do Formulário de Referência.

O pagamento do principal e dos juros de todas as dívidas contraídas por conta da abertura de linhas de crédito nacionais tais como BNDES e BNB, bem como a CCB contratada junto ao Banco do Brasil S.A., CRI, Debêntures, as linhas de crédito internacionais contratadas junto à ONDD, FINNVERA, CDB e NIB, além dos Senior Notes, entre outros, encontra-se suspenso desde 20 de junho de 2016, e será feito conforme previsto no mencionado PRJ.

Para assessorá-la na negociação de suas dívidas junto aos credores no âmbito do processo de recuperação judicial, a Companhia contratou a consultoria Laplace Finanças, conforme devidamente divulgado ao mercado por meio do comunicado ao mercado de 21 de novembro de 2016.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

O endividamento da Companhia contempla dívidas garantidas por direito real e/ou quirografário. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Para maiores informações acerca do grau de subordinação das dívidas da Companhia vide itens "3.8." deste Formulário de Referência.

(iv) eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a companhia vem cumprindo essas restrições.

A Companhia e suas controladas Telemar e Oi Móvel, originalmente, possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros ("covenants") nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e em suas emissões de Debêntures e Títulos, as quais estão sujeitas a alterações na forma do PRJ. Conforme o contrato de financiamento, o cumprimento destes índices

financeiros é apurado trimestralmente ou anualmente. Em razão do pedido de recuperação judicial, os passivos atrelados a estes contratos foram reclassificados para o passivo circulante. Neste sentido, os efeitos das cláusulas de "covenants" financeiros não são aplicáveis.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Linhas de crédito contratadas e utilizadas

N/A

Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

N/A

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

h.1) Demonstrações de Resultado

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (Consolidado)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Cabo verde Telecom, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	2016	2015	Variação %
Residencial	9.376	9.572	(2,0)
Mobilidade pessoal	7.849	8.395	(6,5)
Empresarial / Corporativo	7.607	7.980	(4,7)
Outros serviços e negócios	1.165	1.406	(17,1)
Receita de vendas e/ou serviços	25.996	27.353	(5,0)
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(6.317)	(5.445)	16,0
Interconexão	(1.173)	(1.809)	(35,2)
Pessoal	(2.852)	(2.719)	4,9
Serviços de terceiros	(6.399)	(6.317)	1,3
Serviços de manutenção de rede	(1.540)	(1.902)	(19,0)
Custo de aparelhos e outros	(284)	(285)	(0,4)
Publicidade e propaganda	(449)	(406)	10,6
Aluguéis e seguros	(4.330)	(3.600)	20,3

	2016	2015	Variação %
Provisões / Reversões	(860)	(860)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(643)	(721)	(10,8)
Despesa com perda por imparidade	(226)	(89)	153,9
Tributos e outras despesas	(768)	(1.129)	(32,0)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(95)	278	n.a
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	60	2.349	(97,4)
Resultado financeiro	(3.296)	(8.403)	(60,8)
Receitas financeiras	1.372	4.905	(72,0)
Despesas financeiras	(4.669)	(13.308)	(64,9)
Resultado antes dos tributos	(3.236)	(6.054)	(46,6)
Imposto de renda e contribuição social	(3.885)	(594)	365,3
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas	(7.121)	(6.649)	3,4
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	-	1.068	n.a
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(7.121)	(5.581)	22,3
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído ao acionista controlador	(6.944)	(5.168)	29,3
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	178	(412)	n.a

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 5,0% em 2016, principalmente devido à diminuição de 6,5% da receita líquida de mobilidade pessoal, de 4,7% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos, de 2,2% da receita líquida de serviços residenciais e de 17,1% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, devido principalmente pela consolidação dos resultados em África, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R\$ 832 milhões em 2016, comparado com R\$913 milhões em 2015.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 36,1% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	2016	2015	Variação %
Serviços de telefonia fixa	9.947	10.515	(5,4)
Banda larga	5.188	5.109	1,5
TV por assinatura	1.290	1.156	11,6
Total	16.425	16.780	(2,1)

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 2,0% devido principalmente a: (1) redução de 2,1% na base de clientes de serviços residenciais; e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas de TV paga e pelo aumento de 5,5% no ARPU residencial, principalmente em razão da estratégia comercial de rentabilização da base de clientes e melhor qualidade de vendas.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 30,2% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Cientes de telefonia móvel (em milhares):	2016	2015	Variação %
Pós-pago	6.872	6.791	1,2
Pré-pago	32.997	39.068	(15,5)
Total	39.870	45.860	(13,1)

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 6,5% devido principalmente a: (1) redução de 13,1% na base de clientes de mobilidade pessoal; e (2) redução na receita de uso da rede (interconexão), em razão da redução nas tarifas de interconexão VU-M. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de dados móveis e de serviços de valor adicionado e do aumento do ARPU móvel, devido principalmente à estratégia da Companhia de rentabilização da base de clientes.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 29,3% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	2016	2015	Variação %
Fixa	3.760	3.941	(4,6)
Banda larga	553	580	(4,7)

Móvel	2.290	2.223	3,0
Outros	13	12	8,3
Total	6.617	6.757	(2,1)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 4,7% principalmente devido a: (1) redução na base de clientes empresariais / corporativos; (2) redução das tarifas fixo-móvel (VC); e (3) de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas operacionais da Oi aumentaram 3,7% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente:

- Aumento de 20,0%, ou R\$730 milhões, em aluguéis e seguros;
- Aumento de 16,0%, ou R\$871 milhões, em depreciação e amortização;
- Aumento de 153,9%, ou R\$137 milhões, em despesas com perda de imparidade; e
- Aumento de 4,9%, ou R\$133 milhões, em despesas com pessoal.

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados pela redução nas despesas a seguir:

- Redução de 35,2%, ou R\$636 milhões, nos custos de interconexão; e
- Redução de 19,0%, ou R\$362 milhões, nas despesas de serviços de manutenção de rede.

O resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi reduziu 97,4%, para R\$60 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$2.349 milhões no mesmo período de 2015. Como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos reduziu para 0,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra 8.6% no mesmo período de 2015.

Aluguéis e Seguros. As despesas com aluguéis e seguros aumentaram 20,3%, para R\$4.330 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$3.600 milhões no mesmo período de 2015, devido principalmente da atualização dos custos de alugueis relacionados a ativos não estratégicos vendidos, incluindo a GlobeNet, torres fixas e torres móveis.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 16,0%, para R\$6.317 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$5.445 milhões no mesmo período de 2015, devido principalmente contabilização da mais valia relativa a incorporação dos ativos da TelemarPart em 01 de setembro de 2016, sendo os efeitos de 12 meses de despesas de depreciação e amortização da mais valia no resultado de 2016 e somente de 4 meses no resultado de 2015.

Despesas com perdas por imparidade. As despesas com perda por imparidade aumentaram 153,9%, para R\$226 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$89 milhões no mesmo período de 2015, devido principalmente contabilização de provisão para perda ao valor de recuperação dos ágios associados às empresas africanas.

Despesas com pessoal. As despesas com pessoal aumentaram 4,9%, para R\$2.852 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$2.719 milhões no mesmo período de 2015, devido principalmente a estratégia da Companhia de incorporação das operações de algumas prestadoras de serviço de rede no decorrer de 2016, o que reflete um aumento nas despesas com pessoal e redução nos custos com serviços de manutenção de rede.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 35,2%, para R\$1.173 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$1.809 no mesmo período de 2015, principalmente como resultado da redução nas tarifas interconexão VU-M ocorridas no período.

Despesas com serviços de manutenção de rede. As despesas com serviços de manutenção de rede diminuíram 19,0%, para R\$1.540 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 contra R\$1.902 milhões no mesmo período de 2015, devido principalmente a estratégia da Companhia de incorporação das operações de algumas prestadoras de serviço de rede no decorrer de 2016, o que reflete uma redução nos custos com serviços de manutenção de rede e um aumento nas despesas com pessoal.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira diminuiu 72,0% ou R\$3.533 milhões, para R\$1.372 milhões em 2016 em relação a R\$4.905 milhões em 2015, principalmente devido a redução de R\$3.753 milhões nas receitas de variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior.

Despesas financeiras. As despesas financeiras diminuíram 64,9% ou R\$8.639 milhões, para R\$4.669 milhões em 2016 em relação a R\$13.308 milhões em 2015, principalmente devido a: (1) R\$7.136 milhões de redução nas despesas de variação cambial e operações com instrumentos financeiros derivativos, ocorrido devido ao efeito positivo de variação cambial líquido dos efeitos das operações de derivativos de R\$2.204 milhões em 2016, comparado com efeito negativo ocorrido de R\$5.111 milhões, principalmente devido a apreciação de 16,5% do Real em relação ao Dólar e da apreciação de 19,1% do Real em relação ao Euro no decorrer do exercício de 2016. No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2016, a Companhia não possuía mais operações com instrumentos derivativos contratadas; (2) R\$764 milhões de redução nas despesas com perdas com investimentos financeiros classificados como ativos mantidos para venda, devido principalmente, a desvalorização do valor justo do investimento financeiro na Unitel de R\$970 milhões em 2016 contra R\$2.208 milhões em 2015; e (3) R\$ 514 milhões de redução nas despesas com juros sobre empréstimos a pagar e debentures.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social aumentou 554,0%, de R\$3.885 milhões em 2016 em relação a R\$594 milhões em 2015. A alíquota efetiva foi de 120,0% em 2016 e de 9,8% em 2015. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

	Exercício social encerrado	
	em 31 de dezembro de	
	2016	2015
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	(0,1)	(0,1)
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	(12,0)	(1,4)
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	0,7	0,1
Efeito tributário da provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(85,9)	(23,0)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Brasil	(45,9)	(3,9)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Exterior	(10,8)	(15,5)
Alíquota efetiva	(120,0)	(9,8)

Nossa taxa efetiva de imposto foi negativa em 120,0% em 2016 (2015 – 9,8%), principalmente como resultado de (1) efeito de provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos que reduziram a taxa de imposto efetiva em 85,9% (2015 – 23,0%); (2) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Brasil, os quais correspondem a efeitos de ativos fiscais diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa no decorrer do ano, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 45,9% (2015 – 3,9%); e (3) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Exterior, os quais correspondem a efeitos de ativos fiscais diferidos não constituídos no decorrer do ano, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 10,8% (2015 – 15,5%).

Resultado do exercício

Lucro (prejuízo) das operações continuadas. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo das operações continuadas foi de R\$7.121 milhões em 2016 e o prejuízo das operações continuadas foi de R\$6.649 milhões em 2015.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos). Em 2015, refere-se ao resultado na venda da PT e inclui: (1) o custo do investimento baixado que considera o valor do ágio ("goodwill"), decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e a PT deduzido de provisão para perda de R\$ 4,2 bilhões, reconhecida em dezembro de 2014 e despesas de venda totalizando R\$ 1,3 bilhões; e (2) a receita de R\$ 0,7 bilhão proveniente do recebimento em caixa diretamente pela Companhia. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento. Em 2014, O resultado líquido de operações descontinuadas está representado principalmente pela provisão para perda no valor de R\$ 4,2 bilhões no investimento da PT Portugal que resulta do reconhecimento dos ativos da PT Portugal ao seu valor justo deduzido de despesas de venda.

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo de exercício foi de R\$7.121 milhões em 2016 em comparação a um prejuízo de R\$6.649 milhões em 2015.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 (Consolidado)

A discussão dos resultados operacionais a seguir baseia-se nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. A Companhia identificou apenas um segmento operacional que corresponde aos negócios de Telecomunicações no Brasil.

Além dos negócios de Telecomunicações no Brasil, a Companhia tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obrigam à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas: Mobile Telecommunications Limited na Namíbia, Cabo verde Telecom, Companhia Santomense de Telecomunicações, Listas Telefónicas de Moçambique, ELTA – Empresa de Listas Telefónicas de Angola e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis e de listas telefónicas e foram consolidadas a partir de maio de 2014.

A geração de receita é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

A tabela a seguir apresenta os componentes da demonstração do resultado consolidada, além da variação percentual em relação ao exercício anterior, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

	2015	2014	Variação %
Residencial	9.572	9.703	(1,4)
Mobilidade pessoal	8.395	8.937	(6,1)
Empresarial / Corporativo	7.980	8.320	(4,1)
Outros serviços e negócios	1.406	1.286	9,3
Receita de vendas e/ou serviços	27.353	28.247	(4,2)
Despesas operacionais			
Depreciação e amortização	(5.445)	(4.535)	20,1
Interconexão	(1.809)	(2.690)	(32,8)
Pessoal	(2.719)	(2.829)	(3,9)
Serviços de terceiros	(6.317)	(6.259)	0,9
Serviços de manutenção de rede	(1.902)	(1.923)	(1,1)
Custo de aparelhos e outros	(285)	(730)	(61,0)
Publicidade e propaganda	(406)	(674)	(39,8)
Aluguéis e seguros	(3.600)	(3.120)	15,4
Provisões / Reversões	(862)	(779)	10,7

	2015	2014	Variação %
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(721)	(649)	11,1
Despesa com perda por imparidade	(89)	-	n.a
Tributos e outras despesas	(1.129)	(1.629)	(30,7)
Outras receitas operacionais, líquidas	278	3.246	(91,4)
Resultado operacional antes do resultado financeiro e tributos	2.348	5.675	(58,6)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	4.905	1.345	264,7
Despesas financeiras	(13.308)	(5.891)	125,9
Resultado antes dos tributos	(6.054)	1.129	n.a
Imposto de renda e contribuição social	(595)	(1.120)	(46,9)
Lucro (prejuízo) líquido das operações continuadas	(6.649)	9	n.a
Operações descontinuadas			
Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos)	1.068	(4.415)	(124,2)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(5.581)	(4.406)	26,7
Lucro (Prejuízo) líquido atribuído ao acionista controlador	(5.168)	(4.407)	17,3
Lucro líquido atribuído ao acionista não controlador	(412)	1	n.a

Na discussão a seguir, as referências a aumentos ou reduções em qualquer período são feitas em relação ao período anterior correspondente, salvo indicação em contrário pelo contexto.

A comparação do resultado operacional de 2015 com o resultado operacional de 2014 está influenciado pela consolidação dos resultados das operações em África a partir de 5 de maio de 2014. Os principais efeitos decorrentes da consolidação das operações em África são detalhados nas discussões abaixo.

Receita de vendas e / ou serviços

A receita operacional líquida reduziu 3,2% em 2015, principalmente devido à diminuição de 6,1% da receita líquida de mobilidade pessoal, de 4,1% da receita líquida dos serviços Empresariais / Corporativos e de 1,4% da receita líquida de serviços residenciais, cujos efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento de 9,3% na receita operacional líquida de outros serviços e negócios, devido principalmente pela consolidação dos resultados em África a partir de 5 de maio de 2014, que gerou uma receita líquida de outros serviços e negócios de R\$ 913 milhões em 2015, comparado com R\$635 milhões no período de 5 de maio a 31 de dezembro de 2014.

Residencial

A receita operacional líquida de serviços residenciais representou 35,0% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Este segmento da Oi inclui serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) de varejo e as adições (exclusões) líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Unidades Geradoras de Receita (em milhares):	2015	2014	Variação %
Serviços de telefonia fixa	10.515	11.590	(9,3)
Banda larga	5.109	5.241	(2,5)
TV por assinatura	1.156	1.235	(6,4)
Total	16.780	18.066	(7,1)

A receita operacional líquida de serviços residenciais diminuiu 1,4% devido principalmente a: (1) redução de 7,1% na base de clientes de serviços residenciais; e (2) redução nas tarifas fixo-móvel (VC). Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas de TV paga e pelo aumento de 6,4% no ARPU residencial, principalmente em razão da estratégia comercial de rentabilização da base de clientes e melhor qualidade de vendas.

O crescimento contínuo do ARPU residencial e o melhor mix de clientes e ofertas de alto valor (high-end) evidenciam o sucesso da estratégia de buscar cada vez mais a convergência de seus serviços, com o intuito de rentabilizar e fidelizar a base de clientes assim como melhorar a experiência e satisfação de seus clientes.

Mobilidade Pessoal

A receita operacional líquida da categoria mobilidade pessoal representou 30,7% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esse segmento inclui a venda de serviços de telefonia móvel pré e pós-pagos que incluem serviços de voz e comunicação de dados prestados aos nossos clientes de mobilidade pessoal. A tabela a seguir especifica o número total de linhas móveis e as adições líquidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Clientes de telefonia móvel (em milhares):	2015	2014	Variação %
Pós-pago	6.791	7.140	(4,9)
Pré-pago	39.068	41.322	(5,5)
Total	45.860	48.462	(5,4)

A receita operacional líquida dos serviços de mobilidade pessoal reduziu 6,1% devido principalmente a: (1) redução de 5,4% na base de clientes de mobilidade pessoal; (2) redução na receita de uso da rede (interconexão), em razão da redução 33% nas tarifas de interconexão VU-M; e (3) redução na receita de material de revenda, devido à estratégia de terceirização da venda de aparelhos, com objetivo de aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos nos canais de venda. Essa queda foi parcialmente compensada pelo aumento na receita de dados móveis e de serviços de valor adicionado e do aumento do ARPU móvel, devido principalmente à estratégia da Companhia de rentabilização da base de clientes.

Em novembro de 2015, a Oi lançou o Oi Livre, um conjunto de ofertas inovadoras do pré-pago com aumento expressivo da franquia de dados e cobrança de tarifa única para ligações para qualquer operadora em todo o Brasil. Desde seu lançamento, o Oi Livre conquistou 10

milhões de clientes e, em janeiro de 2016, já correspondia a 26,0% da base total do pré-pago. Além disso, o ARPU dos clientes que migraram para o Oi Livre por semana aumentou cerca de 17% em apenas três meses.

Empresarial / Corporativo

A receita operacional líquida da categoria Empresarial / Corporativo representou 29,2% da receita líquida gerada pelo segmento no exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Esse segmento incluiu soluções empresariais oferecidas a clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte que incluem serviços de voz e soluções de dados empresariais. A tabela a seguir especifica o número total de linhas (ou acessos) e as adições líquidas de varejo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Acessos fixos no varejo (em milhares):	2015	2014	Variação %
Fixa	3.941	4.189	(5,9)
Banda larga	580	617	(6,0)
Móvel	2.223	2.478	(10,3)
Outros	12	12	0,0
Total	6.757	7.296	(7,4)

A receita operacional líquida dos serviços Empresariais / Corporativos reduziu 4,1% principalmente devido a: (1) redução na base de clientes empresariais / corporativos; (2) redução das tarifas fixo-móvel (VC); e (3) de interconexão móvel VU-M. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento nas receitas de serviços de TI e de dados do segmento corporativo, principalmente relacionado ao aumento intensivo na oferta desses serviços, e do aumento da receita de mobilidade de PME's, associado à continuidade de medidas estruturantes de melhoria na experiência do cliente e simplificação do portfólio de ofertas.

Despesas (Receitas) Operacionais

As despesas (receitas) operacionais da Oi aumentaram 10,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, devido principalmente:

- Aumento de 15,4%, ou R\$480 milhões, em aluguéis e seguros;

- Aumento de 20,1%, ou R\$910 milhões, em depreciação e amortização; e
- Redução de 91,4%, ou R\$2.968 milhões, em outras receitas operacionais, líquidas;

Os efeitos desses aumentos foram parcialmente compensados pela redução nas despesas a seguir:

- Redução de 32,8%, ou R\$881 milhões, nos custos de interconexão;
- Redução de 61,0%, ou R\$445 milhões, nos custos de aparelhos e outros;
- Redução de 30,7%, ou R\$500 milhões, nas despesas de tributos e outras despesas; e
- Redução de 39,8%, ou R\$268 milhões, nas despesas de publicidade e propaganda.

O resultado operacional antes do resultado financeiro e dos tributos da Oi reduziu 58,6%, para R\$2.348 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$5.675 milhões no mesmo período de 2014. Como porcentagem da receita líquida, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos tributos reduziu para 8,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra 20,1% no mesmo período de 2014.

Aluguéis e Seguros. Os custos com aluguéis e seguros aumentaram 15,4%, para R\$3.600 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$3.120 no mesmo período de 2014, devido principalmente ao aumento nos custos de aluguéis em virtude da venda do último lote torres móveis ocorrida em dez/14 e atualização dos custos de alugueis de imóveis de infraestrutura de rede, decorrente dos ativos não estratégicos vendidos, incluindo a GlobeNet, torres fixas e torres móveis.

Interconexão. Os custos de interconexão diminuíram 32,8%, para R\$1.809 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$2.690 no mesmo período de 2014, principalmente como resultado da queda de 33% nas tarifas interconexão VU-M em fevereiro de 2015 e à redução no tráfego off-net de voz móvel, refletindo as novas ofertas de serviços móveis.

Depreciação e Amortização. As despesas de depreciação e amortização aumentaram 20,1%, para R\$5.445 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$4.535 no mesmo período de 2014, devido principalmente ao efeito de 4 meses de despesas de depreciação e amortização da mais valia no resultado de 2015.

Custo de aparelhos e outros. Os custos de aparelhos e outros reduziram 61,0%, para R\$285 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$730 no mesmo período de 2014, principalmente devido à estratégia de terceirização da venda de aparelhos, com objetivo de aumentar a eficiência logística e melhorar o abastecimento de aparelhos nos canais de venda.

Propaganda e Publicidade. As despesas de propaganda e publicidade reduziram 39,8%, para R\$406 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 contra R\$674 no mesmo período de 2014, principalmente devido a maior seletividade das vendas que provocou uma desaceleração na intensidade comercial.

Outras receitas operacionais, líquidas. As outras receitas operacionais, líquidas, reduziram 91,4% para R\$278 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, contra R\$3.246 no mesmo período em 2014, devido principalmente aos seguintes efeitos não recorrentes ocorridos no decorrer do ano de 2014: (1) ganho na venda de investimentos de subsidiárias detentoras de torres de telecomunicações móveis no montante de R\$2.370 milhões; (2) efeito de R\$355 milhões de reversão de provisão decorrentes da revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos societários e (3) efeito da reversão de R\$476 milhões da provisão em virtude da adesão ao REFIS.

Resultado financeiro

Receitas financeiras. A receita financeira aumentou 264,7% ou R\$3.560 milhões, para R\$4.905 milhões em 2015 em relação a R\$1.345 milhões em 2014, principalmente devido a: (1) aumento de R\$3.317 milhões nas receitas de variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior, devido principalmente a entrada do caixa pela venda da PT Portugal a Altice em junho de 2015; e (2) aumento de R\$356 milhões em outras receitas devido principalmente ao ganho nas operações de pagamento de debêntures próprias.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram 125,9% ou R\$7.416 milhões, para R\$13.307 milhões em 2015 em relação a R\$5.891 milhões em 2014, principalmente devido a: (1) aumento de R\$9.344 milhões nas despesas com variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros, aumento de R\$1.199 milhões nas despesas de juros sobre empréstimos a pagar a terceiros, parcialmente compensados pelo aumento de R\$5.370 milhões nas receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos. Os efeitos desses aumentos estão associados principalmente pela consolidação dos resultados da subsidiária PT Finance Internacional (PTIF) após a conclusão da venda da PT Portugal para Altice em junho de 2015, bem como pela depreciação de 47,0% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 31,7% do Real em relação ao Euro no decorrer do exercício de 2015; (2) aumento de R\$1.854 milhões nas despesas com perdas com investimentos financeiros classificados como ativos mantidos para venda, devido principalmente, a desvalorização do valor justo do investimento financeiro na Unitel, líquido da reclassificação da variação cambial acumulada até a data do "impairment" em outros resultados abrangentes; e (3) aumento de R\$327 milhões de despesas com impostos sobre operações financeiras e encargos bancários, devido ao aumento nas despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foi de 34%. A despesa com imposto de renda e contribuição social reduziu 46,9%, de R\$595 milhões em 2015 em relação a R\$1.120 milhões em 2014. A alíquota efetiva foi de 9,8% em 2015 e de 99,3% em 2014. O quadro abaixo apresenta uma conciliação da alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social com a alíquota efetiva para cada período apresentado.

Exercício social encerrado**em 31 de dezembro de**

	2015	2014
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34,0%	34,0%
Efeitos tributários sobre equivalência patrimonial	(0,1)	0,2
Efeitos tributários de (adições) exclusões permanentes	(1,4)	67,4
Efeitos tributários sobre incentivos fiscais	0,1	(3,2)
Efeito tributário da provisão para perda de créditos fiscais diferidos	(23,0)	-
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Brasil	(3,9)	(0,5)
Efeito tributário de ativos fiscais diferidos não constituídos no Exterior	(15,5)	-
Alíquota efetiva	(9,8)	99,3

Nossa taxa efetiva de imposto foi negativa em 9,8% em 2015, principalmente como resultado de (1) efeito de provisão para perda ao valor de realização de créditos fiscais diferidos que reduziram a taxa de imposto efetiva em 23,0%; (2) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Brasil, os quais correspondem a efeitos de ativos fiscais diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa no decorrer do ano, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 3,9%; (3) efeito de ativos fiscais diferidos não constituídos de empresas situadas no Exterior, os quais correspondem a efeitos de ativos fiscais diferidos não constituídos no decorrer do ano, que reduziram a taxa de imposto efetiva em 15,5%.

Nossa taxa efetiva de imposto foi 99,3% em 2014, principalmente como resultado de (1) efeito de adições permanentes, principalmente como resultado dos efeitos líquidos de adições permanentes de quitação de principal, multa e juros com a utilização de saldo de prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL nos termos do artigo 2º. da Lei 12.996/2014 e do artigo 33º. da Lei 13.043/2014 no montante de R\$ 443 milhões e baixa de créditos fiscais de improvável realização relativos a perdas potenciais das ações detidas da PT SGPS pela controlada TMAR de R\$ 266 milhões, que aumentaram a taxa de imposto efetiva em 67,4%; e (2) efeito fiscal dos incentivos fiscais previstos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, ou a SUDENE, resultantes de uma redução na base de cálculo do lucro nas regiões promovidas pela SUDENE, que reduziu a nossa taxa efetiva de imposto por 3.2%.

Resultado do exercício

Lucro (prejuízo) das operações continuadas. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo das operações continuadas foi de R\$6.649 milhões em 2015 e contra um Lucro de R\$9 milhões em 2014.

Resultado líquido de operações descontinuadas (líquidos de impostos). Em 2015, refere-se ao resultado na venda da PT e inclui: (1) o custo do investimento baixado que considera o valor do ágio ("goodwill"), decorrente da combinação de negócios entre a Companhia e a PT deduzido de provisão para perda de R\$ 4,2 bilhões, reconhecida em dezembro de 2014 e despesas de venda totalizando R\$ 1,3 bilhões; e (2) a receita de R\$ 0,7 bilhão proveniente do recebimento em caixa diretamente pela Companhia. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento. Em 2014, O resultado líquido de operações descontinuadas está representado principalmente pela provisão para perda no valor de R\$ 4,2 bilhões no investimento da PT Portugal que resulta do reconhecimento dos ativos da PT Portugal ao seu valor justo deduzido de despesas de venda.

Prejuízo do exercício. Em razão do mencionado nas movimentações acima, o prejuízo de exercício foi de R\$5.581 milhões em 2015 em comparação a um prejuízo de R\$4.406 milhões em 2014.

h.2) Balanço Patrimonial

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 das contas patrimoniais.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
	2016	%	2015	%	Dez/16 x Dez/15
ATIVO					
Circulante	26.707	32,5	38.067	37,0	(29,8)
Caixa e equivalentes de caixa	7.563	9,2	14.898	14,5	(49,2)
Aplicações financeiras	117	0,1	1.802	1,7	(93,5)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	606	0,6	(100,0)

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
Contas a receber	8.347	10,2	8.380	8,1	(0,4)
Estoques	355	0,4	352	0,3	0,9
Tributos correntes a recuperar	1.321	1,6	916	0,9	44,2
Outros tributos	1.223	1,5	923	0,9	32,5
Depósitos judiciais	978	1,2	1.258	1,2	(22,3)
Ativo relacionado aos fundos de pensão	7	-	1	-	n.a
Despesas antecipadas	294	0,4	293	0,3	0,3
Ativos mantidos para venda	5.404	6,6	7.686	7,5	(29,7)
Demais ativos	1.099	1,3	952	0,9	15,4
Não circulante	55.465	67,5	64.940	63,0	(14,6)
Aplicações financeiras	169	0,2	126	0,1	34,1
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	6.780	6,6	(100,0)
Tributos diferidos a recuperar	2.515	3,1	5.796	5,6	(56,6)
Outros tributos	739	0,9	660	0,6	12,0
Depósitos judiciais	14.123	17,2	13.119	12,7	7,7
Ativo relacionado aos fundos de pensão	110	0,1	129	0,1	(14,7)
Despesas Antecipadas	11	-	71	0,1	(84,5)
Demais ativos	220	0,3	225	0,2	(2,2)
Investimentos	136	0,2	155	0,2	(12,3)
Imobilizado	26.268	32,0	26.010	25,3	1,0

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
Intangível	11.173	13,6	11.869	11,5	(5,9)
TOTAL DO ATIVO	82.171	100,00	103.008	100,0	(20,2)

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
PASSIVO	2016	%	2015	%	Dez/16 x Dez/15
Circulante	60.749	73,9	25.574	24,8	137,5
Salários, encargos sociais e benefícios	668	0,8	660	0,6	1,2
Fornecedores	6.361	7,7	5.005	4,9	27,1
Empréstimos e financiamentos	48.086	58,5	11.810	11,5	307,2
Instrumentos financeiros derivativos	105	0,1	1.989	1,9	(94,7)
Tributos correntes a recolher	473	0,6	340	0,3	39,1
Outros tributos	1.814	2,2	1.554	1,5	16,7
Dividendos e juros sobre capital próprio	6	0,0	96	0,1	(93,8)
Autorizações e concessões a pagar	107	0,1	912	0,9	(88,3)
Programa de refinanciamento fiscal	106	0,1	78	0,1	35,9
Provisões	763	0,9	1.021	1,1	(25,3)
Provisões para fundos de pensão	147	0,2	145	0,1	1,4
Passivos associados a ativos mantidos para venda	545	0,7	745	0,7	(26,8)
Demais obrigações	1.568	1,9	1.220	1,2	28,5

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
Não Circulante	8.966	10,9	57.035	55,4	(84,3)
Empréstimos e financiamentos	-	-	48.048	46,6	n.a
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	521	0,5	(100,0)
Outros tributos	1.073	1,3	924	0,9	16,1
Autorizações e concessões a pagar	4	-	7	-	(42,9)
Programa de refinanciamento fiscal	655	0,8	717	0,7	(8,6)
Provisões	4.103	5,0	3.414	3,3	20,2
Provisões para fundos de pensão	450	0,5	399	0,4	12,8
Demais obrigações	2.680	3,3	3.004	2,9	(10,8)
Patrimônio líquido	12.455	15,2	20.399	19,8	(38,9)
Capital social	21.438	26,1	21.438	20,8	-
Custo de emissão de ações	(377)	(0,5)	(377)	(0,4)	-
Reservas de capital	13.242	16,1	13.242	12,9	-
Ações em tesouraria	(5.531)	(6,7)	(5.531)	(5,4)	-
Outros resultados abrangentes	(262)	(0,3)	338	0,3	(177,5)
Outros	-	-	4	-	(100,0)
Prejuízos acumulados	(16.849)	(20,5)	(9.906)	(9,6)	70,1
Participação dos não controladores	791	1,0	1.191	1,2	(33,6)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	82.171	100,0	103.008	100,0	(20,2)

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$7.849 milhões em 31 de dezembro de 2016, um decréscimo de R\$8.977 milhões ou 53,4% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$5.780 milhões; (ii) liquidação de encargos financeiros de dívida no montante de R\$2.232 milhões (iii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$3.264 milhões; (iv) desembolsos líquidos de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R\$660 milhões; e (v) desembolsos relacionados a autorizações e licenças no montante de R\$205 milhões. Os efeitos dessa diminuição foram parcialmente compensados pela geração de caixa operacional no montante de R\$3.100 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$105 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$4.981 milhões em relação ao mesmo período de 2014. No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2016, a Companhia não possuía mais operações com instrumentos derivativos contratadas.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$8.347 milhões, mantendo-se estável em relação a dezembro de 2015.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$2.515 milhões em 31 de dezembro de 2016, um decréscimo de R\$3.281 milhões em relação ao mesmo período de 2015, principalmente devido a: (1) pela provisão para perda ao valor de realização dos créditos fiscais no montante de R\$2.779 milhões; e (2) efeitos de redução de créditos fiscais diferidos decorrentes de contabilidade de hedge, no montante de R\$205 milhões.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$15.101 milhões em 31 de dezembro de 2016, um aumento de R\$724 milhões ou 5% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$ milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$ milhões em depósitos judiciais tributários e R\$ milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativos mantidos para venda

A redução no saldo no decorrer do exercício ocorreu devido ao reconhecimento de provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel no montante de R\$970 milhões e provisão para perda nos ágios de empresas africanas no montante de R\$225 milhões, bem como variação cambial de R\$933 milhões resultante da variação do Real frente ao Dolar e ao Euro no decorrer de 2016.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$26.268 milhões em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$258 milhões ou 1% em relação a 31 de dezembro de 2015, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$4.609 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; e (2) depreciações no montante de R\$4.354 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$11.173 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$696 milhões ou 5,9% em relação a 31 de dezembro de 2015, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$528 milhões; (2) ágio associado a aquisições de investimentos no montante de R\$542 milhões e (3) amortizações no montante de R\$1.781 milhões que incluem a amortização da mais valia incorporada da controladora TelemarPart.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos – circulante e não circulante

A conta de empréstimos e financiamento – circulante e não circulante, possuía saldo de R\$59.858 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$11.772 milhões ou 19,7% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os efeitos dessa redução estão representados principalmente por: (i) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$8.012 milhões e (ii) variação cambial resultante da variação do Real frente ao Dolar e ao Euro no decorrer de 2016.

O pedido de recuperação judicial (ajuizado na Justiça Estadual do Rio de Janeiro em 20 de junho de 2016) constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes. Para efeitos contábeis e de divulgação, a parcela dos empréstimos e financiamentos exigíveis nos termos contratuais no longo prazo foi reclassificada para o passivo não circulante no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016. Os saldos com mútuos e debêntures de controladas foram mantidos no balanço conforme maturidade contratual definida.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$111 milhões em 31 de

dezembro de 2016, uma redução de R\$808 milhões ou 87,9% em relação a 31 de dezembro de 2015, principalmente como resultado da liquidação em 2016 do valor remanescente das licenças 3G.

Provisões – circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$4.866 milhões em 31 de dezembro de 2016, um acréscimo de R\$431 milhões ou 9,7% em relação a 31 de dezembro de 2015. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado do aumento nas provisões associada a aquisição de controladas no decorrer de 2016 no montante de R\$315 milhões.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda corresponde à classificação dos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$12.455 milhões em 31 de dezembro de 2016, uma redução de R\$7.944 milhões em relação a 31 de dezembro de 2015. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) prejuízo do exercício no montante de R\$7.121 milhões; (2) efeitos negativos de variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior no montante de R\$1.176 milhões. Essas movimentações foram compensadas pelos efeitos de positivos de outros resultados abrangentes associados a operações de hedge accounting e planos de pensão no montante de R\$354 milhões.

Comparação das posições de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 das contas patrimoniais.

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
	2015	%	2014	%	Dez/15 x Dez/14
ATIVO					
Circulante	38.067	37,0	49.287	47,9	(22,8)
Caixa e equivalentes de caixa	14.898	14,5	2.449	2,4	508,3
Aplicações financeiras	1.802	1,7	171	0,2	953,6

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Variação %
Instrumentos financeiros derivativos	606	0,6	341	0,3	77,8
Contas a receber	8.380	8,1	7.450	7,2	12,5
Estoques	352	0,3	479	0,5	(26,5)
Tributos correntes a recuperar	916	0,9	1.097	1,1	(16,5)
Outros tributos	923	0,9	1.054	1,0	(12,4)
Depósitos judiciais	1.258	1,2	1.134	1,1	11,0
Ativo relacionado aos fundos de pensão	1	0,0	2	0,0	(62,4)
Despesas antecipadas	293	0,3	301	0,3	(2,6)
Ativos mantidos para venda	7.686	7,5	33.927	33,0	(77,3)
Demais ativos	952	0,9	882	0,9	8,0
Não circulante	64.940	63,0	53.502	52,1	21,4
Aplicações financeiras	126	0,1	111	0,1	13,5
Instrumentos financeiros derivativos	6.780	6,6	2.881	2,8	135,3
Tributos diferidos a recuperar	5.796	5,6	7.626	7,4	(24,0)
Outros tributos	660	0,6	742	0,7	(11,1)
Depósitos judiciais	13.119	12,7	12.260	11,9	7,0
Ativo relacionado aos fundos de pensão	129	0,1	46	0,0	180,4
Despesas Antecipadas	71	0,1	104	0,1	(31,7)
Demais ativos	225	0,2	223	0,2	0,9

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
Investimentos	155	0,2	148	0,1	4,7
Imobilizado	26.010	25,3	25.670	25,0	1,3
Intangível	11.869	11,5	3.691	3,6	221,6
TOTAL DO ATIVO	103.008	100,0	102.789	100,0	0,2

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
PASSIVO	2015	%	2014	%	Dez/15 x Dez/14
Circulante	25.574	26,4	42.558	41,4	(39,9)
Salários, encargos sociais e benefícios	660	0,7	744	0,7	(11,3)
Fornecedores	5.005	5,2	4.337	4,2	15,4
Empréstimos e financiamentos	11.810	12,2	4.464	4,3	164,6
Instrumentos financeiros derivativos	1.989	2,1	524	0,5	279,6
Tributos correntes a recolher	340	0,4	477	0,5	(28,7)
Outros tributos	1.554	1,6	1.668	1,6	(6,8)
Dividendos e juros sobre capital próprio	96	0,1	185	0,2	(48,1)
Autorizações e concessões a pagar	912	0,9	676	0,7	34,9
Programa de refinanciamento fiscal	78	0,1	94	0,1	(17,0)
Provisões	1.021	1,1	1.059	1,0	(3,6)
Provisões para fundos de pensão	145	0,1	130	0,1	11,5

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
Passivos associados a ativos mantidos para venda	745	0,8	27.178	26,4	(97,3)
Demais obrigações	1.220	1,3	1.022	1,0	19,4
Não Circulante	57.035	58,8	40.921	39,8	39,4
Empréstimos e financiamentos	48.048	49,5	31.386	30,5	53,1
Instrumentos financeiros derivativos	521	0,5	143	0,1	264,3
Outros tributos	924	1,0	875	0,9	5,6
Autorizações e concessões a pagar	7	0,0	686	0,7	(99,0)
Programa de refinanciamento fiscal	717	0,7	896	0,9	(20,0)
Provisões	3.414	3,5	4.073	4,0	(16,2)
Provisões para fundos de pensão	399	0,4	347	0,3	15,0
Demais obrigações	3.004	3,1	2.515	2,4	19,4
Patrimônio líquido	20.399	19,8	19.310	18,8	5,6
Capital social	21.438	20,8	21.438	20,9	0,0
Custo de emissão de ações	(377)	(0,4)	(310)	(0,3)	21,6
Reservas de capital	13.242	12,9	3.978	3,9	232,9
Obrigações em instrumentos patrimoniais		0,0	(2.895)	(2,8)	(100,0)
Reservas de lucro		0,0	1.933	1,9	(100,0)
Ações em tesouraria	(5.531)	(5,4)	(2.368)	(2,3)	133,6

	Consolidado, em milhões de reais, exceto porcentagem				Varição %
Outros resultados abrangentes	338	0,3	45	0,0	651,1
Outros	4	0,0	4	0,0	0,0
Prejuízos acumulados	(9.906)	(9,6)	(4.024)	(3,9)	146,2
Participação dos não controladores	1.191	1,2	1.509	1,5	(21,1)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.008	100,0	102.789	100,0	0,2

ATIVO

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

A conta de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (incluindo aplicações financeiras classificadas no ativo não circulante) possuía saldo de R\$16.826 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$14.095 milhões ou 508% em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (1) caixa recebido pela venda da PT Portugal no montante de R\$17.218 milhões; (2) captações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$7.219 milhões; (3) atualização do caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$3.316 milhões; e (4) desembolsos relacionados a: (i) amortização de principal de empréstimos e financiamentos no montante de R\$8.604 milhões; (ii) aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível no montante de R\$3.681 milhões; (iii) desembolsos líquidos de depósitos e bloqueios judiciais, no montante de R\$1.066 milhões; e (iv) desembolsos relacionados a autorizações e licenças no montante de R\$349 milhões.

Instrumentos financeiros derivativos – Ativo e Passivo - circulante e não circulante

A conta de instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo - circulante e não circulante) possuía saldo ativo de R\$4.876 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$2.321 milhões em relação ao mesmo período de 2014. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente como resultado de: (1) aumento nas operações de instrumentos financeiros derivativos para proteção cambial e (2) depreciação de 47,0% do Real em relação ao Dólar e da depreciação de 31,7% do Real em relação ao Euro no decorrer do exercício de 2015.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de contas a receber possuía saldo de R\$8.380 milhões, um acréscimo de R\$930 milhões ou 12% em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente como resultado do aumento de créditos de clientes a vencer.

Tributos diferidos a recuperar – não circulante

A conta tributos diferidos a recuperar possuía saldo de R\$8.833 milhões em 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de R\$1.257 milhões em relação ao mesmo período de 2014, principalmente devido a: (1) efeitos da incorporação de créditos fiscais diferidos decorrentes da incorporação, em setembro de 2015, da controladora Telemar Participações S.A. ("TmarPart") no montante de R\$982 milhões; (2) constituição de créditos de IR e CS sobre diferenças temporárias reconhecidos em contrapartida ao resultado e ao patrimônio líquido no montante de R\$1.130 milhões (3) constituição de créditos de IR e CS sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no montante de R\$768 milhões. Os efeitos desses aumentos foram compensados (1) pela provisão para perda ao valor de realização dos créditos fiscais no montante de R\$1.392 milhões e (2) compensações relativas ao parcelamento PRORELIT - Programa de Redução de Litígios Tributários no montante de R\$318 milhões.

Depósitos judiciais – circulante e não circulante

A conta de depósitos judiciais possuía saldo de R\$14.377 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$983 milhões ou 7% em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente pelo aumento de R\$540 milhões em depósitos judiciais cíveis, R\$83 milhões em depósitos judiciais tributários e R\$361 milhões em depósitos judiciais trabalhistas, relacionados a processos judiciais.

Ativos mantidos para venda

Em 2015, a conta de ativos mantidos para venda corresponde à classificação das operações das operações na África devido à intenção da Companhia em vender as participações nas empresas africanas e asiáticas. A redução no saldo no decorrer do exercício ocorreu devido a concretização da venda das ações da PT Portugal para a Altice (envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria). Adicionalmente, em dezembro de 2015, a Companhia reconheceu provisão pela desvalorização dos investimentos na Unitel e provisão para perda nos ágios de empresas africanas no montante de R\$2,2 bilhões.

Imobilizado

O ativo imobilizado possuía saldo de R\$26.010 milhões em 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de R\$340 milhões ou 1,3% em relação a 31 de dezembro de 2014, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$3.623 milhões, relacionadas a nossos investimentos em expansão e modernização da rede; (2) reconhecimento da mais valia relacionada a incorporação da controladora TelemarPart no montante líquido de R\$582 milhões e (3) depreciações no montante de R\$3.854 milhões.

Intangível

O ativo intangível possuía saldo de R\$11.869 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$8.178 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014, representado principalmente devido a: (1) adições no montante de R\$720 milhões; (2) reconhecimento da mais valia

relacionada a incorporação da controladora TelemarPart no montante líquido de R\$8.850 milhões e (3) amortizações no montante de R\$1.392 milhões.

PASSIVO

Empréstimos e financiamentos - circulante

A conta de empréstimos e financiamento - circulante, possuía saldo de R\$11.810 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$7.346 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos desse aumento estão representados principalmente por: (i) transferências de dívidas do não circulante para o circulante no montante de R\$10.501 milhões; (ii) juros e variações cambiais e variações monetárias de R\$6.954 milhões e (iii) amortizações de principal e juros da dívida no montante de R\$10.143 milhões.

Empréstimos e financiamentos - não circulante

A conta de empréstimos e financiamentos - não circulante, possuía saldo de R\$48.048 milhões em 31 de dezembro de 2015, um acréscimo de R\$16.662 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente pela transferência do endividamento que se manteve na Companhia (anteriormente classificados como passivos associados a ativos mantidos para venda) por ocasião da venda da PT Portugal para Altice juntamente com o recebimento do caixa de igual montante.

Autorizações e concessões a pagar - circulante e não circulante

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. A conta de autorizações e concessões a pagar possuía saldo de R\$919 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$443 milhões ou 33% em relação a 31 de dezembro de 2014, principalmente como resultado de amortizações de principal e juros das outorgas de radiofrequência 3G e 4G e pagamento do ônus das concessões dos serviços STFC.

Programa de refinanciamento fiscal - circulante e não circulante

A conta de refinanciamento fiscal possuía saldo de R\$795 milhões em 31 de dezembro de 2015, uma redução de R\$195 milhões que estão relacionados aos pagamentos dos parcelamentos de tributos federais.

Provisões - circulante e não circulante

A conta de provisões possuía saldo de R\$4.435 milhões em 31 de dezembro de 2015, um decréscimo de R\$697 milhões ou 14% em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente como resultado de: (i) redução de R\$325 milhões relacionada a revisão da metodologia de apuração das provisões para perdas em processos cíveis - societários

relacionados aos contratos de participação financeira, incluindo técnicas estatísticas, em função de maior experiência acumulada no assunto; (2) acréscimo no volume de baixa por pagamentos e encerramentos de processos no montante de R\$272 milhões.

Passivos associados a ativos mantidos para venda

A conta de passivos associados a ativos mantidos para venda correspondia à classificação das operações da PT Portugal e as operações na África como passivos associados a ativos mantidos para venda. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice em junho de 2015, o endividamento de uma das subsidiárias se manteve na Companhia juntamente com o recebimento do caixa de igual montante, sendo posteriormente reclassificado para endividamento da Companhia. O saldo remanescente refere-se aos passivos associados a ativos mantidos para venda das operações africanas e asiáticas.

Demais obrigações - circulante e não circulante

A conta de demais obrigações possuía saldo de R\$4.224 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$687 milhões que estão relacionados principalmente com aumento nas provisões com indenizações a pagar.

Patrimônio Líquido

O saldo do patrimônio líquido era de R\$20.399 milhões em 31 de dezembro de 2015, um aumento de R\$1.089 milhões em relação a 31 de dezembro de 2014. Os efeitos dessa variação estão representados principalmente por: (1) incorporação do acerto líquido da TelemarPart no montante de R\$7.292 milhões; (2) efeitos positivos de variações cambiais decorrentes de investimentos no exterior no montante de R\$242 milhões; (3) prejuízo do exercício no montante de R\$5.581 milhões; e (4) efeitos de redução de outros resultados abrangentes associados a operações de hedge accounting e planos de pensão no montante de R\$563 milhões.

h.3) Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa

Durante o ano 2016, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$3.264 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$660 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2015, houve entrada de recursos pelo caixa recebido pela venda da PT Portugal no montante de R\$17.218 milhões. A utilização do caixa nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$3.681 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e

(2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$1.006 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis.

Durante o ano 2014, a utilização do caixa líquido nas atividades de investimentos das operações continuadas consistiram, principalmente, de (1) investimentos no montante de R\$5.370 milhões em compras de bens, equipamentos e ativos intangíveis, principalmente relacionados com a expansão da rede de comunicação de dados da Companhia e a implementação de projetos para atender às exigências regulamentares da ANATEL; e (2) depósitos judiciais líquidos (que consistem em depósitos subtraídos dos levantamentos e/ou substituições) de R\$938 milhões, basicamente, relativos a provisões para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis. Os efeitos dessas utilizações de caixa foram parcialmente compensados pelos recursos obtidos na venda de ativos não estratégicos no montante de R\$4.454 milhões, principalmente associados ao recebimento da venda da Globenet em janeiro de 2014 e venda de torres móveis.

Fluxo de Caixa utilizado nas atividades de financiamento

Durante o ano 2016 utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$5.780 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$205 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R\$97 milhões.

Durante o ano 2015, as principais fontes de captação de financiamentos das operações continuadas foram: (1) emissão de Senior Notes no montante de 600 milhões; e (2) desembolsos de linhas de créditos e créditos rotativos no montante aproximado de US\$1.600 milhões. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$8.604 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$349 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito de refinanciamento de impostos no montante de R\$93 milhões.

Durante o ano 2014, as principais fontes de financiamento das operações continuadas foram: (1) aumento de capital no montante de R\$8.230 milhões, (2) R\$1.300 milhões captados por meio de Cédula de Crédito Bancário numa operação de linha de crédito rotativo, (3) US\$98 milhões tomado por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a TMAR e a EDC em julho de 2012, (4) US\$ 92 milhões tomados por meio de Export Credit Facilities celebrado entre a Oi e a ONDD em março de 2013, (5) desembolsos junto ao BNDES para amparar investimentos no montante de R\$836 milhões. Para mais informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, ver item 10.1.(f) deste Formulário de Referência.

Utilizamos as disponibilidades da Companhia das operações continuadas principalmente para: (1) pagamento de empréstimos, financiamentos e derivativos no montante de R\$5.054 milhões, (2) pagamentos parcelados de licenças e concessões no valor total de R\$205 milhões, e (3) pagamentos parcelados no âmbito do REFIS no montante de R\$870 milhões.

10.2. Comentários dos diretores sobre:

a) resultado das operações da Companhia, em especial:

Abaixo os Diretores da Companhia apresentam seus comentários acerca do resultado das operações da Companhia, em especial, descrevem os componentes da receita e os fatores que afetam materialmente os resultados operacionais.

i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os serviços de telecomunicações da Companhia englobam:

- Serviços de telefonia fixa local nas Regiões I e II, inclusive instalação, assinatura mensal, serviços medidos, chamadas a cobrar e serviços locais suplementares;
- Serviços de longa distância nacional e internacional, por meio de telefonia fixa nas Regiões I e II e telefonia móvel nas Regiões I, II e III, com uso de códigos de seleção de prestadora para longa distância, os quais são representados pelo número "14" no caso da Companhia e pelo número "31" no caso da TMAR;
- Serviços de telefonia móvel, em todo território nacional, com a utilização de tecnologia 2G e 3G, bem como a tecnologia 4G;
- Serviços de transmissão de dados, que incluem (1) serviços ADSL; (2) arrendamento de linhas digitais e analógicas exclusivas para outras operadoras, ISPs e clientes corporativos; (3) soluções de IP; e (4) outros serviços de transmissão de dados;
- Uso da rede própria (1) para completar chamadas iniciadas por clientes de outras operadoras (serviços de interconexão); ou (2) por operadoras que não possuem a rede necessária;
- Serviços de TV paga;
- Serviços de transporte de tráfego;
- Terminais de Uso Público;

- Serviços de valor agregado que incluem correio de voz, identificador de chamadas e assistência a lista, entre outros;
- Serviços avançados de voz para clientes corporativos, tais como serviços de 0800 (chamada gratuita); e
- Operação do portal da internet iG.

A geração de receita de cada um dos segmentos de negócios é avaliada pela Administração na visão segmentada por cliente nas seguintes categorias:

- Serviços Residenciais, com foco na venda de serviços de telefonia fixa, incluindo serviços de voz, serviços de comunicação de dados (banda larga) e TV por assinatura;
- Mobilidade Pessoal com foco na venda de serviços de telefonia móvel para clientes Pós-pago e Pré-pago e clientes de banda larga móvel; e
- Empresarial/Corporativo que incluem soluções empresariais para nossos clientes corporativos de pequeno, médio e grande porte.

ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais fatores que afetam a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia, conforme comentários dos Diretores, são:

Taxa de crescimento do Produto Interno Bruto do Brasil e da demanda por serviços de telecomunicações

Por ser uma empresa brasileira com substancialmente todas as operações realizadas no Brasil, a Companhia é afetada pelas condições econômicas do país. A taxa de variação anual do PIB brasileiro foi de -3,6% em 2016, -3,8% em 2015 e 0,10% em 2014 e 2,7% em 2013. Enquanto os Diretores da Companhia acreditam que o crescimento do PIB brasileiro estimula a demanda por serviços de telecomunicações, a Companhia acredita também que a demanda por esses mesmos serviços seja relativamente inelástica em períodos de estagnação econômica e que o efeito nas receitas da Companhia de uma desaceleração da economia ou mesmo de uma recessão no

Brasil devido às atuais condições econômicas internacionais não seria relevante. Contudo, uma deterioração grande e prolongada das condições econômicas no Brasil poderia afetar negativamente o volume de assinantes e de uso dos serviços prestados pela Companhia e, conseqüentemente, suas receitas operacionais.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número dos nossos assinantes de telefonia móvel diminuiu 12,3% e entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014 essa queda foi de 5,6%, de 42,2 milhões em dezembro de 2016 em relação a 48,1 milhões em dezembro de 2015 e 50,9 milhões em dezembro de 2014, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço reduziu 5,0% entre 2016 e 2015 e reduziu 8,1% entre 2015 e 2014.

Entre os exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, o número dos nossos assinantes de telefonia móvel diminuiu anualmente 12,3% e 5,6%, respectivamente. De 42,2 milhões em dezembro de 2016 em relação a 48,1 milhões em dezembro de 2015 e 50,9 milhões em dezembro de 2014, enquanto o número de linhas de telefone fixo Oi em serviço apresentou uma queda de 5,0% entre 2016 e 2015 depois de reduzir 8,1% entre 2015 e 2014.

Demanda pelos Serviços de Telecomunicações

Demanda pelos Serviços de Telefonia Fixa Local

O nível de penetração da telefonia fixa no Brasil é similar àquela de países com a mesma renda per capita e, assim como aconteceu em outros países, a base de clientes de telefonia fixa manteve-se estável com tendência de queda.

A demanda pelos serviços de telefonia fixa local fornecido pela Companhia estabilizou-se nos últimos anos, apresentando sensível diminuição no número de linhas fixas em serviço de aproximadamente 5,0% entre o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tendo, anteriormente, apresentado uma redução de 8,1% entre 2015 e 2014.

A Companhia procura reverter uma tendência generalizada no setor de telecomunicações brasileiro de substituir os serviços de telefonia fixa local por telefonia móvel (1) oferecendo serviços de valor agregado aos clientes de telefonia fixa, principalmente assinatura de serviços de banda larga, e (2) promovendo a convergência de serviços de telecomunicações através da oferta de pacotes convergentes de

telefonia fixa local, de longa distância, móvel, banda larga e TV paga. Em decorrência dessas ofertas, os Diretores da Companhia esperam que o número de linhas fixas em serviço permaneça estável ou diminua muito pouco nos próximos anos. Em dezembro de 2016, a banda larga fixa atingiu 52% das residências com serviços Oi.

A Companhia está sujeita, segundo regulamentos da ANATEL e os contratos de concessão, a oferecer planos básicos de telefonia fixa a seus clientes residenciais com 200 minutos de uso da rede de telefonia fixa para fazer ligações locais. O cliente de um plano básico paga um valor mensal pelo serviço e quando as ligações locais excedem o limite do plano a Companhia cobra um valor por minuto excedente. No entanto, a Companhia oferece diversos planos alternativos de telefonia fixa com diferentes ofertas para atender às diferentes necessidades e perfis de consumo do mercado, adequadas ao perfil de cada cliente. Um exemplo clássico é o plano ilimitado para clientes que realizam muitas chamadas por mês e pagam uma mensalidade fixa para a Oi. A Companhia registrou melhora na perda de receita com assinatura em decorrência da estratégia lançada em 2006 de adequação das ofertas ao perfil dos clientes e fidelização dos mesmos.

O aumento substancial do número de usuários de telefonia móvel no Brasil também teve um impacto negativo sobre o uso dos telefones públicos. Como operadora com concessão pública de serviços de telefonia fixa local das Regiões I e II, a Companhia está sujeita aos regulamentos da ANATEL e segundo os contratos de concessão por ela celebrados, é necessário cumprir certas metas de disponibilidade de telefones públicos em toda a área de concessão. Contudo, como uma parte cada vez maior da população utiliza celulares para fazer ligações quando não há um telefone público ou fixo nas proximidades, o número de telefones públicos declinou nos últimos três exercícios sociais.

Demanda pelos Serviços de Telefonia Móvel

Os Diretores da Companhia acreditam que a principal razão pela qual a sua base de clientes de serviços de telefonia móvel ter diminuído para 42,1 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 em relação a 48,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi a diminuição da base de terminais pré-pago de 39,3 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 32,9 milhões no exercício solcial encerrado em 31 de dezembro de 2016 em função da situação econômica adversa na qual se encontra o país. A base de terminais pós-pagos aumentou de 8,7 milhões no final do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para 9,2 milhões ao final do ano de 2016. A base de clientes de telefonia móvel sofreu uma redução de aproximadamente 5,3% comparando-se 31 de dezembro de 2015 com a mesma data de 2016.

O mercado de serviços de telefonia móvel é altamente competitivo na região em que a Companhia opera. O índice médio de cancelamento no segmento de telefonia móvel da Companhia, que representa o número de assinantes cujo serviço é desconectado durante determinado mês (churn), voluntária ou involuntariamente, dividido pelo número de assinantes no início de cada mês vem reduzindo. Para tanto, incorremos em despesas de vendas com marketing e esforços de vendas designados para reter os atuais clientes de telefonia móvel e atrair novos clientes, e (2) os descontos oferecidos em atividades promocionais levam a despesas frente às nossas receitas operacionais brutas do nosso segmento de telefonia móvel.

Os Diretores da Companhia esperam que o segmento de serviços de telefonia móvel continue a crescer em termos de base de cliente, volume de tráfego e receitas de serviços de valor agregado.

Demanda pelos Serviços de Transmissão de Dados

Em 31 de dezembro de 2016, a base da Companhia de clientes de serviços de banda larga era de aproximadamente 5,7 milhões, mantendo-se estável em relação a 31 de dezembro de 2015. A base de clientes de serviço de banda larga reduziu-se de aproximadamente 5,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 para aproximadamente 5,7 milhões na mesma data de 2015.

Os Diretores da Companhia acreditam que a manutenção da base de clientes seja o resultado de mudanças nas preferências dos consumidores que levam a um aumento do número dos clientes de telefonia fixa valorizam as velocidades de transmissão de dados disponíveis através dos serviços de banda larga.

Efeitos da expansão de serviços de transmissão de dados móveis

Em 2014, demos prosseguimento aos investimentos na expansão da cobertura 3G e 4G, com o aumento na cobertura e ofertas competitivas, dando um foco maior no acesso via celular no pós-pago, onde crescemos a nossa base de clientes móveis. Com grande foco no aumento

de receita e maior penetração de uso de dados pelos clientes pré-pagos, criamos ofertas para a aquisição, bem como desenvolvemos várias ações de rentabilização da base usuária de dados no pré-pago.

Apostando na diferenciação, ampliamos fortemente a rede Oi WiFi, aumentando os hotspots em todo o Brasil.

A Companhia vem ampliando os investimentos nas infraestruturas de redes para oferecer os serviços de 3G, 4G e WiFi. Nós financiamos a compra e instalação de nossos equipamentos de rede por meio de empréstimos e financiamentos, inclusive financiamentos com nossos fornecedores.

De acordo com as licenças de radiofrequência de rádio 3G, a Companhia possuía até 2016, determinadas obrigações de expansão de serviço que requerem investimentos de capital, tais obrigações foram integralmente cumpridas.. Caso a Companhia não seja capaz de fazer frente a esses investimentos de capital utilizando seu fluxo de caixa operacional, poderá incorrer em endividamento adicional ou mesmo obrigações de financiamento de fornecedores, o que aumentaria seu endividamento total e despesas financeiras líquidas.

De modo a acelerar a implantação, a implantação considera uma configuração de compartilhamento de radio (Radio Access Network), onde o acesso LTE eNode B compartilhada com outra operadora.

Em 31 de dezembro de 2016, nossa rede de acesso móvel 2G, constituídas por 13.850 estações de rádio ativas, que abrangem 3.404 municípios, ou 93% da população urbana do Brasil. Temos cobertura GPRS em 100% das localidades cobertas e cobertura EDGE em todas as capitais estaduais. Neste mesmo período nossas redes de acesso móvel 3G, constituídas por 9.621 estações rádio-base ativas, cobriam 1.483 municípios, ou 80% da população urbana do Brasil. Temos cobertura HSPA em todas as capitais estaduais. Adicionalmente, em 2016, nossas redes de acesso 4G, constituídas por 6.644 estações base de rádio ativas, abrangiam 277 municípios, ou 62,5% da população urbana do Brasil.

Além dessas redes de acesso móvel, a Companhia também possui hotspots Wi-Fi em áreas públicas, como cafeterias, aeroportos e shopping centers. Desde 2012, oferecemos redes sem fio urbanas ao ar livre, inclusive nos bairros de Copacabana e Ipanema, na cidade do Rio de Janeiro. Em 31 de dezembro de 2016, nossa rede Wi-Fi consistia em dois milhões de hotspots, com acesso de banda larga compatível com dois milhões de pontos de acesso fornecidos pela Fon Wireless Ltd., ou Fon, que permite aos nossos clientes acessar as

linhas Fon em todo o mundo. Clientes que contratarem os planos compatíveis podem navegar na rede 4G da Oi, caso tenham aparelho e chip que permitam o uso da tecnologia. Os clientes podem conferir a área de cobertura da rede 4G da Oi no site.

Desta forma, conseguimos ampliar o portfólio de internet móvel e atender a todos os tipos de clientes do segmento móvel.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A seguir os Diretores comentam as variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Preços, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os diretores entendem que a Companhia sofre crescentes pressões para reduzir as taxas em resposta à concorrência de preços. Essa concorrência de preços geralmente tem a forma de pacotes promocionais especiais, inclusive, subsídios de aparelhos móveis, promoções de uso de tráfego e incentivos para ligações realizadas na própria rede do provedor de serviços de telefonia móvel. A concorrência, com planos de serviços e promoções, pode ocasionar um aumento nas despesas de mercado e custos de obtenção de clientes da Companhia, que poderiam afetar de maneira adversa seus resultados operacionais. A incapacidade da Companhia de concorrer de maneira eficaz com esses pacotes poderia resultar em perda de sua fatia de mercado, afetando de maneira adversa sua receita operacional e rentabilidade.

Este ambiente competitivo é altamente afetado por tendências-chave, destacando-se as seguintes:

- Convergência tecnológica e de serviços: a convergência tecnológica e de serviços possibilita que as operadoras de telecomunicações antes limitadas a oferecer apenas um único serviço a oferecer vários serviços em outros setores da indústria, tais como os serviços de banda larga oferecidos pelas operadoras de televisão a cabo e operadoras de telefonia móvel (através da tecnologia 3G e 4G), além da rede Oi WiFi, assim como os serviços de telefonia fixa transmitidas por operadoras de telefonia móvel.

- **Consolidação:** a consolidação invadiu o setor de telecomunicações em toda a América Latina, incluindo o Brasil. Essa consolidação levou à formação de grandes conglomerados que se beneficiam tanto das economias de escala como da capacidade de realizar ações coordenadas em diferentes segmentos da indústria, conferindo-lhes vantagens competitivas em um ambiente que também é caracterizado pela convergência de mídia e serviços de telecomunicações.
- **Oferta de serviços convergentes:** as operadoras de serviços de telecomunicações começaram a oferecer pacotes convergentes que antes não eram capazes de oferecer independentemente.

Em resposta a essas pressões da concorrência, (1) a Companhia poderá passar a oferecer seus serviços a tarifas menores que os tetos estabelecidos pela ANATEL, e (2) periodicamente, poderá oferecer seus serviços com descontos promocionais ou serviços adicionais gratuitos juntamente com a compra de alguns de seus serviços. A Companhia registra os serviços por ela vendidos a tarifas inferiores àquelas estabelecidas em seus planos ou às tarifas aprovadas pela ANATEL, e o valor dos serviços oferecidos com desconto ou gratuitamente como descontos e devoluções em suas demonstrações financeiras.

Inflação

As tarifas dos serviços de telecomunicações estão sujeitas a ampla regulamentação da ANATEL. As tarifas para serviços de telefonia fixa local, de longa distância, telefonia móvel prestados pela Companhia, bem como interconexão com a sua rede de telefonia fixa, e serviços EILD e SLD estão sujeitas a regulamentação da ANATEL. Precisamos obter a aprovação da ANATEL antes de oferecer novos planos de telefonia fixa ou móvel. As tarifas estabelecidas ou aprovadas pela ANATEL pelos serviços prestados pela Companhia servem de teto para as tarifas por ela cobradas, estando a Companhia autorizada a oferecer descontos pelos serviços de telefonia sobre as tarifas aprovadas pela ANATEL. Após a determinação ou aprovação das tarifas pela ANATEL, o valor teto fica sujeito a um reajuste anual de acordo com a inflação, medida pelo índice IST. O valor teto dos planos de telefonia fixa local é reajustado pela inflação, medida pelo IST, menos o valor de ganhos de produtividade alcançados por nós e pelo setor de telefonia fixa local como um todo. De janeiro a dezembro de 2014, o índice de serviços de telecomunicações (IST) foi apurado em 5,72%.

Taxa de câmbio

A Companhia mantém suas operações substancialmente no Brasil e as receitas operacionais da Companhia não são afetadas de forma relevante por alterações na taxa de câmbio.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

Comentário dos diretores sobre impactos da Inflação e da variação nos preços dos insumos e produtos no resultado operacional:

Os diretores da Companhia entendem que com o atual cenário de volta da inflação para níveis mais próximos do centro da meta estabelecida pelo Banco Central, os custos e despesas da Companhia tendem a sofrer menos pressões, assim como suas margens operacionais e de liquidez. Ainda assim, a Companhia permanece envidando esforços no sentido de buscar iniciativas de redução de custos e de utilização dos seus recursos de forma otimizada. Neste sentido, em 2016, os esforços realizados compensaram os aumentos decorrentes do impacto da inflação.

Ao final de 2014, a Companhia estabeleceu como uma das bases do seu plano operacional o foco em eficiência e produtividade e a redução dos custos. Como consequência da execução deste plano, em 2016 a Oi reduziu 2,0% dos custos de rotina das operações brasileiras em relação a 2015, totalizando R\$ 18.824 milhões no ano. Considerando uma inflação de 6,3% em 2016, este desempenho significou uma redução real de quase 13% no Opex. No trimestre, o Opex de rotina das operações brasileiras apresentou queda de 4,8% em relação ao 4T15 e ficou praticamente estável em relação ao trimestre anterior. Adicionalmente, cumpre ressaltar que dois terços dos contratos existentes na Companhia possuem ajustes anuais atrelados à inflação.

As despesas com aluguéis e seguros nas operações brasileiras foram de R\$ 1.097 milhões no 4T16, aumento anual de 14,8% que se deve principalmente aos maiores gastos com veículos, devido às incorporações das operações das PSRs e ao aumento contratual de capacidade de cabos submarinos (Globenet). Em relação ao 3T16, houve aumento de 5,1%, decorrente basicamente do acerto de contas com outras operadoras, relacionado ao aluguel de torres e equipamentos.

Comentários dos diretores sobre os impactos nas Taxas de câmbio e nas Taxas de juros no resultado financeiro

Substancialmente todos os custos de serviços e despesas operacionais da Companhia são incorridos em reais no Brasil. Dessa maneira, não são esperados impactos significativos relacionados às alterações nas taxas de câmbio nas operações.

Em 31 de Dezembro de 2016, a dívida bruta consolidada da Oi S.A. – em Recuperação Judicial, era de R\$48.191 milhões, representando uma redução de 12,35% em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, quando o valor da dívida bruta consolidada era de R\$54.981 milhões. Cabe ressaltar, no entanto, que face ao deferimento do pedido de recuperação judicial em junho de 2016, os passivos financeiros onerosos da Companhia estão incluídos na lista de credores, sendo atualmente objetos de renegociação, a serem pagos na forma do Plano de Recuperação Judicial. Após o protocolo do pedido de recuperação judicial estão suspensas as exigibilidades de pagamento de juros e do principal dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

	2016	2015	Variação %
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	1.372	4.905	(72,0)
Despesas financeiras	(4.669)	(13.308)	(64,9)

Receitas financeiras. A receita financeira diminuiu 72,0% ou R\$3.533 milhões, para R\$1.372 milhões em 2016 em relação a R\$4.905 milhões em 2015, principalmente devido a redução de R\$3.753 milhões nas receitas de variação cambial sobre aplicações financeiras no exterior.

Despesas financeiras. As despesas financeiras diminuíram 64,9% ou R\$8.639 milhões, para R\$4.669 milhões em 2016 em relação a R\$13.308 milhões em 2015, principalmente devido a: (1) R\$7.136 milhões de redução nas despesas de variação cambial e operações com instrumentos financeiros derivativos, ocorrido devido ao efeito positivo de variação cambial líquido dos efeitos das operações de derivativos de R\$2.204 milhões em 2016, comparado com efeito negativo ocorrido de R\$5.111 milhões, principalmente devido a apreciação de 16,5% do Real em relação ao Dólar e da apreciação de 19,1% do Real em relação ao Euro no decorrer do exercício de 2016. No seguimento da renegociação de dívidas no âmbito da recuperação judicial, as operações com instrumentos derivativos foram sendo revertidas ao longo de 2016, sendo que em dezembro de 2016, a Companhia não possuía mais operações com instrumentos derivativos contratadas; (2) R\$764 milhões de redução nas despesas com perdas com investimentos financeiros classificados como ativos mantidos para venda, devido principalmente, a desvalorização do valor justo do investimento financeiro na Unitel de R\$970 milhões em 2016 contra R\$2.208 milhões em 2015; e (3) R\$ 514 milhões de redução nas despesas com juros sobre empréstimos a pagar e debentures..

Para maiores informações acerca do impacto da inflação, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, vide itens "4.1", "5.1" e "5.2" deste Formulário de Referência.

10.3. Comentários dos diretores sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras e nos resultados da Companhia:

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Em 5 de maio de 2014, a Companhia adquiriu a PT Portugal, e desde então, consolidava integralmente seus resultados, ativos e passivos. Com a alienação das ações da PT Portugal para a Altice e aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel, mencionado no item ii abaixo, a Companhia classificou as operações da PT Portugal e as operações em África como ativos mantidos para a venda e passivos associados a ativos mantidos para venda, em conformidade com o CPC 31/IFRS 5.

Com a venda das ações da PT Portugal para a Altice em junho de 2015, os resultados com a venda do investimento foram apresentados como operações descontinuadas em única linha na demonstração do resultado.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

As demonstrações financeiras da Companhia tiveram impactos decorrentes das aquisições e alienações de participações societárias, sendo as mais relevantes as descritas abaixo. Para informações adicionais sobre essas operações, vide item 15.7 do Formulário de Referência.

ARM Engenharia/Rede Conecta

Em outubro de 2012, a Companhia e algumas de suas subsidiárias celebraram contrato de prestação de serviços com a ARM Tecnologia e Serviços de Engenharia S.A. ("ARM Engenharia") para a instalação, operação e manutenção corretiva e preventiva relativas à planta externa e equipamentos associados da Oi e suas subsidiárias, telefones públicos e redes de fibra ótica e comunicação de dados (incluindo serviços de acesso a banda larga) nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina e, em janeiro de 2012 no Estado de São Paulo.

Em abril e maio de 2016, a Serede, subsidiária integral indireta da Companhia, adquiriu os estabelecimentos empresariais da ARM Engenharia nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e passou a administrar e conduzir tais operações. Também em

maio de 2016, a Serede celebrou com os acionistas da ARM Engenharia contrato para a aquisição da totalidade das ações de emissão da referida sociedade. A operação foi concluída em 27 de junho de 2016, após o cumprimento das condições precedentes previstas em contrato, comuns em operações da mesma natureza, incluindo a conclusão de auditoria jurídica e financeira na ARM Engenharia e a obtenção de aprovação pelo Conselho Administrativo para Defesa Econômica. Na mesma data, a denominação da ARM Engenharia foi alterada para Rede Conecta – Serviços de Rede S.A..

Telemont - RJ

Em outubro de 2015, a Serede controlada indireta da Companhia adquiriu e incorporou as operações da Telemont no Estado do Rio de Janeiro. A Telemont mantém a prestação de serviços de planta externa nos demais estados onde possui parceria com a Companhia.

PT Portugal

Em maio de 2014, em conformidade com o plano de combinação de negócios entre a Companhia e a Pharol SGPS S.A. (nova denominação da Portugal Telecom, SGPS, S.A. - "PT SGPS" ou "PT"), foi integralizado o aumento de capital da Companhia aprovado pelo Conselho de Administração em abril de 2014, sendo que a parcela subscrita pela PT foi integralizada mediante a contribuição para a Companhia da totalidade das ações de emissão da PT Portugal SGPS, S.A. ("PT Portugal").

A PT Portugal e suas controladas operavam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimídia, em Portugal (denominado segmento operacional "Telecomunicações em Portugal") e em outros países da África e da Ásia (denominado segmento operacional "Outros negócios").

Alienação das Ações da PT Portugal para a Altice

Em 9 de dezembro de 2014, a Companhia e Altice Portugal S.A. ("Altice PT"), subsidiária integral da Altice S.A. ("Altice"), celebraram o contrato de compra e venda da integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Em 22 de janeiro de 2015, os acionistas da PT SGPS aprovaram que a Oi alienasse a integralidade das ações da PT Portugal à Altice PT, nos termos e condições do Contrato de Compra e Venda de Ações. Dessa forma, a condição suspensiva prevista no referido contrato para a sua eficácia foi implementada.

Em 02 de junho de 2015, após o cumprimento de todas as condições contratuais precedentes, foi efetivada a alienação da integralidade da participação societária detida pela Companhia na PT Portugal à Altice PT, envolvendo substancialmente as operações conduzidas pela PT Portugal em Portugal e na Hungria.

Pela aquisição da PT Portugal, a Altice Portugal desembolsou o valor total de 5,789 bilhões de Euros, dos quais 4,920 bilhões de Euros foram recebidos, em caixa, pela Oi e 869 milhões de Euros foram destinados a imediatamente quitar dívidas da PT Portugal em Euros. O preço final está sujeito a eventuais ajustes pós fechamento a serem apurados nos próximos meses em função de alterações nas posições de caixa, dívida e capital de giro na data de fechamento.

Aprovação de medidas preparatórias à venda da Africatel

Em reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 16 de setembro de 2014, a administração da Oi foi autorizada a tomar as medidas necessárias para a alienação da participação da Companhia na Africatel, representativa de 75% do capital social da Africatel, e/ou seus ativos. A Oi iria liderar o processo de venda, não obstante acreditasse ser no melhor interesse de ambos os acionistas da Africatel para a maximização do valor dos seus investimentos que tal venda fosse realizada de uma forma coordenada com a Samba Luxco, uma coligada da Helios Investors L.P., que detinha na época os 25% restantes do capital social da Africatel. A Oi estava empenhada em trabalhar com seus parceiros locais e cada uma das companhias operacionais em que a Africatel investiu de modo a garantir uma transição coordenada de sua participação nessas companhias.

Não obstante o disposto acima, a nossa subsidiária indireta Africatel GmbH & Co. KG, ("Africatel GmbH") detentora direta do investimento da Oi no capital da Africatel, recebeu, no dia 16 de setembro de 2014, uma correspondência da Samba Luxco, por meio da qual esta exerceu um suposto direito de venda das ações por ela detidas na Africatel ("Put"), segundo o Acordo de Acionistas dessa empresa. Segundo a correspondência, a Put decorreria da transferência indireta das ações da Africatel, antes detidas indiretamente pela Pharol, para a Companhia em integralização do aumento de capital concluído em maio de 2014. Nessa correspondência, a Samba Luxco alegou estar exercendo o suposto direito e, por conseguinte, exigiu que a Africatel GmbH adquirisse as suas ações da Africatel.

A Companhia julga que não houve qualquer ato ou fato que, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, dê lugar ao exercício da Put. Nesse sentido, sem prejuízo do valor que a Companhia deposita na manutenção de uma relação de respeito mútuo com a Samba Luxco, a Africatel GmbH decidiu disputar tal exercício da Put pela Samba Luxco, nos termos do Acordo de Acionistas da Africatel, o que foi devidamente informado em resposta da Africatel GmbH à carta da Samba Luxco, no dia 26 de setembro de 2014.

Assim, no dia 12 de novembro de 2014, o Tribunal Arbitral Internacional da Câmara Internacional de Comércio notificou a Africatel GmbH de que a Samba Luxco havia iniciado um processo de arbitragem contra a Africatel GmbH para aplicar o pretense direito de venda ou, em alternativa, certos direitos e demandas. A Africatel GmbH apresentou a sua resposta ao pedido da Samba Luxco para arbitragem em 15 de dezembro de 2014. O tribunal arbitral foi instalado no dia 12 de março de 2015 e a Africatel GmbH apresentou sua defesa no dia 9 de outubro de 2015.

Ao mesmo tempo em que pretendia defender decisivamente a Africatel GmbH neste processo, a Oi também focou seus esforços na venda da Africatel e/ou de seus ativos, uma vez que acreditava que, caso este objetivo fosse alcançado de maneira bem sucedida, a arbitragem iniciada perderia seu objeto.

Em 16 de junho de 2016, PT Participações, Africatel GmbH e Africatel, todas subsidiárias da Companhia, celebraram uma série de instrumentos contratuais com a Samba Luxco, com o principal objetivo de resolver e extinguir o procedimento arbitral.

Dentre os instrumentos celebrados, incluem-se aditivos ao Acordo de Acionistas da Africatel e um Contrato de Resolução e Permuta de Ações (*Settlement and Share Exchange Agreement – "SSEA"*), pelo qual a Samba Luxco deveria, quando da implementação do acordo: (i) encerrar o procedimento arbitral em curso e dar quitação às subsidiárias da Oi com relação a todas as demandas pretéritas e atuais relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel e suscitadas na arbitragem, (ii) renunciar a certos direitos de aprovação que possuía segundo o Acordo de Acionistas da Africatel, e (iii) transferir para a Africatel 11.000 ações representativas do capital social da Africatel, cada uma com valor nominal de € 1,00, reduzindo-se a participação da Samba Luxco na Africatel de 25% para 14%. Em contrapartida, a Africatel deveria transferir para a Samba Luxco sua participação de aproximadamente 34% no capital social da operadora namibiana de telecomunicações Mobile Telecommunications Limited ("MTC").

Em 31 de janeiro de 2017, tendo em vista a obtenção das aprovações regulatórias e anticoncorrenciais necessárias e o cumprimento das demais condições contratuais, ocorreu a implementação das transações previstas nos instrumentos contratuais celebrados em 16 de junho de 2016. Com isso, a Samba Luxco reduziu sua participação acionária na Africatel para 14.000 ações e esta última transferiu para a Samba Luxco a totalidade de sua participação na MTC.

A Samba Luxco também liberou a Africatel GmbH, Africatel, Pharol e suas afiliadas e sucessoras de todas as reclamações apresentadas na arbitragem, de forma irrevogável e incondicional. As partes requereram ao tribunal arbitral constituído segundo as regras da Câmara de Comércio Internacional que emita uma Sentença por Consentimento com o objetivo de registrar os termos do acordo previsto no SSEA, segundo os quais a arbitragem deve ser encerrada e as subsidiárias da Oi devem receber quitação com relação a todas as demandas pretéritas e atuais da Samba Luxco relacionadas a supostas violações ao Acordo de Acionistas da Africatel, suscitadas na arbitragem.

No que diz respeito à participação indireta da Africatel na Unitel, por meio de sua subsidiária PT Ventures, cumpre ressaltar que, em 13 de outubro de 2015, a PT Ventures deu início a um processo arbitral em face dos demais acionistas da Unitel, em virtude da violação, por estes, de diversas regras do Acordo de Acionistas da Unitel e da legislação angolana, incluindo o fato de tais acionistas terem levado a Unitel a não efetuar o pagamento dos dividendos devidos à PT Ventures e a reter informações e esclarecimentos sobre tal pagamento. Em 14 de outubro de 2016, a PT Ventures apresentou suas alegações iniciais, acompanhadas de relatório de especialista financeiro. O valor demandado pela PT Ventures é de US\$ 3.036.494.891, acrescido de juros até a data do pagamento efetivo pelos Respondentes, totalizando US\$ 3.400.847.957 em 14 de outubro de 2016, conforme o relatório do especialista financeiro.

Além disso, em 20 de outubro de 2015, a PT Ventures ajuizou ação declarativa de condenação em face da Unitel, junto a um Tribunal Angolano, para reconhecimento do direito da PT Ventures ao recebimento aos valores em aberto dos dividendos declarados em 2010, bem como aos dividendos referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Os outros acionistas da Unitel afirmaram à PT Ventures que entendem que a venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco em 2007 constituiu uma violação do acordo de acionistas da Unitel. A PT Ventures contesta essa interpretação das disposições pertinentes ao acordo de acionistas da Unitel e entende que tais disposições se aplicam apenas à transferência de ações da Unitel pela própria PT Ventures. Até a data deste relatório, a Companhia não tinha sido notificada de qualquer processo em andamento em relação à venda pela Pharol de uma participação minoritária na Africatel à Samba Luxco.

Torres Móveis

Em 31 de março de 2014, foi concluída a alienação para a SBA Torres Brasil Ltda., por parte da Telemar Norte Leste S.A. e da BRT Serviços de Internet S.A., subsidiárias da Companhia, de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas controladas, que detinha 2.007 torres de telecomunicações de telefonia móvel. O ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas à transação, foi de R\$ 1,3 bilhão.

Em 01 de dezembro de 2014, foi concluída a alienação para a SBA Torres Brasil Ltda., por parte da Telemar Norte Leste S.A. e da BRT Serviços de Internet S.A., subsidiárias da Companhia, de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas controladas, que detinha 1.641 torres de telecomunicações de telefonia móvel. O ganho registrado em outras receitas operacionais, deduzido das despesas associadas a transação, foi de R\$ 1,1 bilhão.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais relevantes, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, que pudessem causar impactos ou venham a causar impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

10.4. Comentários dos diretores sobre:

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Os diretores da Companhia informam que não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores esclarecem que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foram reapresentadas visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos do acervo líquido relacionado ao tratamento contábil da mais valia de ativos registrada no ativo não circulante da TmarPart, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2015, data de aprovação da incorporação da TmarPart pela Oi. O tratamento contábil da mais valia foi objeto de fato relevante divulgado pela Companhia em 1 de agosto de 2016. Os diretores esclarecem que não ocorreram efeitos significativos ou alterações nas práticas contábeis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Em relação ao acervo líquido da TmarPart cumpre mencionar que em 30 de junho de 2015 havia registrado no balanço da TmarPart uma mais valia do ativo imobilizado e intangível de R\$ 6.347 milhões, líquido de impostos. Com base nos eventos societários ocorridos entre 30 de junho de 2015 e a data de incorporação em 1 de setembro de 2015, notadamente a extinção dos Acordos de Acionistas então vigentes com relação à TmarPart e a aprovação, pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 1 de setembro de 2015, da abertura de prazo para conversão voluntária de ações preferenciais em ordinárias da Companhia e da incorporação da TmarPart pela Companhia, nos pareceres técnicos externos contábeis e jurídicos obtidos pela Companhia e considerando a ausência de norma contábil específica sobre incorporações de entidades sob controle comum nas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil e a existência de interpretações indicando que, na incorporação, a manutenção ou estorno da mais valia é uma escolha de política contábil, a Companhia não havia registrado no seu balanço a referida mais valia.

Nos termos do ICPC 09 (R2), itens 77 e 78 e na Instrução CVM 319/1999, em 7 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou uma consulta técnica à CVM e, em 29 de julho de 2016, recebeu o Ofício nº 149/2016-CVM/SEP/GEA-5 da Superintendência de Relações com Empresas da Comissão de Valores Mobiliários ("SEP"), contendo a manifestação da SEP a respeito da consulta formulada pela Companhia a respeito do tratamento da mais valia. No entendimento da SEP, "a mais valia não deve ser baixada da TmarPart, mas sim mantida no acervo a ser incorporado à Oi, respeitando a base de avaliação dos ativos líquidos adquiridos em virtude de combinação de negócios entre partes independentes ocorrida à época da aquisição da Brasil Telecom S.A.". A Companhia apresentou recurso ao Colegiado da CVM da decisão da SEP, nos termos da Deliberação CVM nº 463/2003, em 15 de agosto de 2016.

A Companhia no processo de fechamento anual do exercício de 2016 reavaliou a situação em análise e, considerando o teor das conclusões constantes do referido ofício, está reapresentando suas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, sendo os ajustes efetuados demonstrados nos quadros abaixo:

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios	Saldos ajustados em 31/12/2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios	Saldos ajustados em 31/12/2015
Ativo circulante	12.472.401		12.472.401	38.067.009		38.067.009
Ativo não circulante	47.080.393	5.992.794	53.073.187	58.947.797	5.992.794	64.940.591
Tributos diferidos a	6.461.517	(3.087.196)	3.374.321	8.883.002	(3.087.196)	5.795.806
Imobilizado	5.498.089	512.921	6.011.010	25.497.191	512.921	26.010.112
Intangível	232.925	8.567.069	8.799.994	3.301.771	8.567.069	11.868.840
Outros ativos	34.887.862		34.887.862	21.265.833		21.265.833
Ativo total	59.552.794	5.992.794	65.545.588	97.014.806	5.992.794	103.007.600
Passivo circulante	13.422.188		13.422.188	25.574.071		25.574.071
Passivo não circulante	32.914.942		32.914.942	57.034.524		57.034.524
Patrimônio líquido	13.215.664	5.992.794	19.208.458	14.406.211	5.992.794	20.399.005
Reservas de capital	7.016.003	6.226.371	13.242.374	7.016.003	6.226.371	13.242.374
Prejuízos acumulados	(9.672.334)	(233.577)	(9.905.911)	(9.672.334)	(233.577)	(9.905.911)
Outros	15.871.995		15.871.995	17.062.542		17.062.542
Passivo total	59.552.794	5.992.794	65.545.588	97.014.806	5.992.794	103.007.600

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de reais

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado	13.215.664	13.215.664
Participações dos não controladores originalmente apresentada		1.190.547
Patrimônio líquido total	13.215.664	14.406.211
Ajustes:		
Combinação de negócios	5.992.794	5.992.794
	5.992.794	5.992.794
Atribuído a:		
Controlador	5.992.794	5.992.794
Não controladores		
Patrimônio líquido ajustado	19.208.458	20.399.005
Atribuído a:		
Controlador	19.208.458	19.208.458
Não controladores		1.190.547

Conciliação do Resultado líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015:

Em milhares de reais

	Controladora			Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios (período de 01/09/2015 a 31/12/2015)	Saldos ajustados em 31/12/2015	Saldos originalmente apresentados em 31/12/2015	Combinação de negócios (período de 01/09/2015 a 31/12/2015)	Saldos ajustados em 31/12/2015
Receita de venda de bens e/ou serviços	6.228.990		6.228.990	27.353.765		27.353.765
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(2.534.058)	(353.906)	(2.887.964)	(15.308.634)	(353.906)	(15.662.540)
Resultado bruto	3.694.932	(353.906)	3.341.026	12.045.131	(353.906)	11.691.225
Despesas/Receitas operacionais	(6.872.072)		(6.872.072)	(9.342.735)		(9.342.735)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(3.177.140)	(353.906)	(3.531.046)	2.702.396	(353.906)	2.348.490
Resultado financeiro	(3.490.748)		(3.490.748)	(8.403.100)		(8.403.100)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(6.667.888)	(353.906)	(7.021.794)	(5.700.704)	(353.906)	(6.054.610)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	664.838	120.329	785.167	(715.039)	120.329	(594.710)
Resultado líquido das operações continuadas	(6.003.050)	(233.577)	(6.236.627)	(6.415.743)	(233.577)	(6.649.320)
Resultado líquido de operações descontinuadas	1.068.142		1.068.142	1.068.142		1.068.142
Prejuízo consolidado do exercício	(4.934.908)	(233.577)	(5.168.485)	(5.347.601)	(233.577)	(5.581.178)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(4.934.908)	(233.577)	(5.168.485)	(4.934.908)	(233.577)	(5.168.485)
Atribuído a sócios não controladores				(412.693)		(412.693)

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Abstenção de opinião

Os Diretores da Companhia esclarecem que o parecer dos auditores independentes emitido para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2016 inclui parágrafo sobre a base para abstenção de opinião associada ao plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos. A Companhia esclarece que as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram

preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e na observância dos requisitos legais aplicáveis, com base na avaliação da administração sobre a probabilidade de fechamento de um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi no processo de recuperação judicial e da aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial. A Companhia não tem motivos para acreditar que não será possível alcançar um acordo com a maioria dos credores das Empresas Oi. Adicionalmente o Conselho de Administração tem uma expectativa razoável de que as Empresas Oi poderão manter suas atividades habituais, esperando que seus contratos permaneçam válidos e eficazes durante todo o processo de recuperação judicial. A continuidade das operações da Companhia depende, em última análise, do êxito do processo de recuperação judicial e da concretização de outras previsões das Empresas Oi. Até o momento, a Companhia têm cumprido satisfatoriamente todos os prazos, requisitos legais e obrigações a que estão sujeitas no âmbito do processo de recuperação judicial.

Embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se que essas condições e circunstâncias indicam a existência de incerteza significativa que poderá afetar o êxito da recuperação judicial e suscitar dúvidas sobre a capacidade das Empresas Oi de continuarem em operação.

Em relação ao valor recuperável de ativos da Companhia, os diretores esclarecem que a Companhia avaliou os procedimentos aplicáveis para assegurar que o valor contábil dos ativos da Companhia não estejam registrados por valor que exceda seu valor recuperável, de acordo com as regras do CPC 01, e avalia que não tem motivos para acreditar que o valor contábil dos ativos estejam registrados por valor superior ao valor de recuperação.

A seguir os comentários presentes no relatório do auditor sobre a base para abstenção de opinião:

Base para abstenção de opinião

Plano de recuperação judicial e valor recuperável de ativos

Conforme nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 29 de junho de 2016, a Oi S.A. e determinadas controladas diretas e indiretas ingressaram no processo de recuperação judicial. Em 05 de setembro de 2016 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Plano de Recuperação Judicial ("Plano"), cujo processo de aprovação pela Assembleia Geral de Credores ("AGC") estava pendente até a data de conclusão dos nossos trabalhos. Existem ainda algumas discussões e questionamentos em curso sobre condições relevantes do Plano, portanto, não nos foi possível determinar no estágio atual, quais serão os efeitos, se houver, sobre o atual Plano. Em decorrência desses assuntos, não foi possível concluirmos se a utilização do pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração dessas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, é apropriado, nem tampouco quais seriam os efeitos sobre os saldos dos ativos, passivos e nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa caso as demonstrações financeiras não fossem preparadas

considerando esse pressuposto. Diante deste contexto de incerteza, que pode afetar significativamente a capacidade de investimento da Companhia nas operações futuras, o que resultaria em potencial desvalorização dos ativos, a Administração, até a data de finalização dos nossos trabalhos, não havia concluído o teste de redução ao valor recuperável de ativo conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 (R1) (IAS 36) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Consequentemente, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos saldos dos ativos não financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016, bem como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data. Adicionalmente, a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conteve modificação relativa ao não reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”). Nosso relatório de auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essas demonstrações do valor adicionado, bem como se elas são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre elas.

Ressalvas

Os Diretores da Companhia esclarecem que o parecer dos auditores independentes emitido para as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2015 inclui ressalva sobre o não registro de mais valia sobre os ativos incorporados da Telemar Participações S.A. (“TmarPart”), antiga controladora da Companhia, bem como sobre a redução ao valor recuperável (“impairment”) dos referidos ativos de mais valias não incorporados. Cumpre mencionar que esta ressalva foi retirada no parecer de 2016 pelo fato da Companhia ter adotado os procedimentos contábeis apontados pela auditor no que respeita ao reconhecimento da mais valia (vide ponto 10.4.b acima).

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras de 2015, a incorporação da acionista TmarPart ocorreu em 1º de setembro de 2015 e conforme descrito na nota explicativa nº 23.c às demonstrações financeiras, o registro do acervo líquido desta incorporação não incluía a mais-valia dos ativos da Companhia.

Conforme apontado pela administração da Companhia na referida consulta técnica à CVM, a Companhia pondera, com suporte em pareceres técnicos jurídico e contábil apensados à sua consulta, que no momento da perda do controle da Companhia pela TmarPart,

decorrente da extinção dos acordos de acionistas então vigentes, a TmarPart deixou de consolidar as informações contábeis da Oi, ao mesmo tempo em que, nas suas demonstrações contábeis individuais, baixou o investimento (que continha a mais valia) da Oi e reconheceu o seu investimento na Oi a valor justo, deixando, conseqüentemente, de existir a mais valia, nos termos do CPC 36(R2) itens 25 e 26. Como consequência, as demonstrações contábeis da Oi pós-incorporação da TmarPart, já sem o registro da mais valia, permitem a compreensão da perda do controle, direto e indireto, da Oi, estando, portanto, em pleno acordo com as normas contábeis aplicáveis.

Além disso, a administração da Companhia aponta que, mesmo que não se considerasse a baixa do registro da mais valia no momento da extinção dos acordos de acionistas, conforme procedeu a TmarPart, por ocasião da incorporação da TmarPart a mais valia também deveria ser baixada, tendo em vista o entendimento exposto na decisão do Colegiado da CVM no Processo CVM RJ 2012/9365, uma vez que representa o tratamento mais benéfico aos acionistas da Oi, ao evitar que estes pudessem ser impactados pelos efeitos da amortização da mais valia na própria Oi.

A administração inclusive ressalta que o ICPC 09 (R2) incluiu os itens 77 e 78, determinando que, enquanto o Comitê de Pronunciamentos Contábeis não emitir norma que discipline a forma pela qual as transações entre entidades sob controle comum devem ser tratadas, deve ser aplicada a regulação em vigor emitida pelo órgão regulador da entidade ou deve ser desenvolvida uma política contábil específica para o tratamento destas transações, tomando por base a prevalência da substância econômica sob a forma jurídica. Neste contexto, a Instrução CVM nº 319/99, que estabelece, relativamente aos ágios cujo fundamento econômico tiver sido a aquisição do direito de exploração, concessão ou permissão delegadas pelo Poder Público ou a expectativa de resultado futuro, que as companhias devem "constituir provisão, na incorporada, no mínimo, no montante da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal decorrente da sua amortização, que será apresentada como redução da conta em que o ágio foi registrado".

Portanto, tendo em vista que a Mais Valia não encerra qualquer benefício fiscal decorrente de sua amortização, caso a mesma tivesse sido registrada, seria devido o registro de provisão redutora no valor da totalidade da Mais Valia, o que equivaleria a baixá-la integralmente.

Caso a mais valia tivesse sido incluída no balanço da Companhia seria sujeita a teste anual de imparidade, tal como todos os restantes ativos detidos pela Companhia. Conseqüentemente, em 31 de dezembro de 2015, os saldos do ativo não circulante e do patrimônio líquido estão apresentados a menor em R\$ 1.233.299 mil, referente ao saldo líquido da mais-valia no montante de R\$ 9.079.988 mil deduzido da perda por redução ao valor recuperável ("impairment") de R\$ 7.211.353 mil e dos efeitos tributários de R\$ 635.336 mil. O prejuízo do exercício findo naquela data está apresentado a menor em R\$ 4.993.072 mil, referente ao não registro da amortização da mais-valia de R\$ 233.579 mil e da perda de seu valor recuperável de R\$ 4.759.493 mil, ambos líquidos dos efeitos tributários.

Os diretores da Companhia esclarecem que não houve ressalvas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Ênfases

Os diretores da Companhia esclarecem que as seguintes ênfases foram incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2015:

Continuidade operacional

Os auditores chamam a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 3.4.3 às demonstrações financeiras, que descrevem o plano de ação definido pela administração para equalizar as obrigações financeiras à geração de caixa da Companhia. Essas condições, bem como o risco de não concretização do plano descrito indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A Diretoria da Companhia espera atender as suas necessidades de fluxos de caixa de curto prazo com a utilização de caixa gerado nas suas operações e com a posição de liquidez existente no balanço. No entanto, face ao atual cenário econômico dos mercados onde a Companhia atua e considerando o perfil das suas responsabilidades de médio e longo prazo a Companhia anunciou em 9 de março de 2016, a contratação da PJT Partners como seu assessor financeiro para auxiliá-la na avaliação de alternativas financeiras e estratégicas para otimizar sua liquidez e seu perfil de endividamento.

Além disso, é preciso esclarecer que as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram preparadas com o pressuposto de continuidade dos negócios, baseando-se em suas projeções de fluxo de caixa preparadas pela Diretoria. De todo modo, tais estimativas e projeções dependem de fatores como atingimento das metas de volumes de tráfego, base de clientes, lançamento de produtos combinados atrativos para os clientes, preços de venda dos serviços, variação cambial e manutenção das atuais condições dos financiamentos e linhas de crédito não utilizados. Se uma ou mais das principais premissas consideradas não forem atingidas, podem indicar incertezas materiais, gerando dúvidas sobre a capacidade da Companhia em realizar os seus ativos e de liquidar as suas obrigações, conforme se encontram contabilizados.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras", estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Os diretores da Companhia esclarecem que as seguintes ênfases foram incluídas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2014:

Investimento na Unitel

O valor do investimento na Unitel, S.A., de R\$ 4.157 milhões em 31 de dezembro de 2014, o qual inclui os dividendos a receber desta entidade no montante de R\$ 944 milhões, foi determinado pela Administração com base em avaliação econômica e financeira efetuada de forma a refletir a melhor estimativa do seu valor justo. Chamamos a atenção para as incertezas divulgadas nas Notas Explicativas nº 1 e nº 28 às demonstrações financeiras uma vez que o valor de realização do referido investimento depende da concretização dos pressupostos assumidos na mencionada avaliação e quanto as condições de venda da participação na Unitel. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Operações descontinuadas

Os auditores chamam à atenção para a nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras, a qual descreve a conclusão da aprovação do Conselho de Administração da Oi S.A. dos termos e condições gerais para a venda da totalidade das ações da PT Portugal, SGPS, S.A. à Altice Portugal, S.A., uma subsidiária detida pela Altice, S.A. Esta decisão foi posteriormente aprovada em 22 de janeiro de 2015, em assembleia geral dos acionistas da Portugal Telecom, SGPS, S.A., sendo que a eficácia do contrato depende ainda da obtenção das autorizações concorrenciais necessárias, na forma da lei aplicável. Neste sentido, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma perda por ajuste a valor justo, como operações descontinuadas, o montante de R\$ 4.164 milhões.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5. Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos

ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros)

Os Diretores da Companhia esclarecem que as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as IFRS – “International Financial Reporting Standards” emitidas pelo IASB – “International Accounting Standards Board” e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM, vigentes em 31 de dezembro de 2016, que são as mesmas seguidas para as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. Os diretores da Companhia entendem que as estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos estão relacionadas a seguir:

Reconhecimento de receita e contas a receber

A política de reconhecimento de receita da Companhia é significativa em razão de ser componente relevante dos resultados operacionais. A determinação de preços pela administração, capacidade de cobrança e os direitos a receber de certas receitas pelo uso da rede se baseiam em julgamentos relacionados à natureza da tarifa cobrada pelos serviços prestados, o preço de certos produtos e o poder de cobrar essas receitas. Se mudanças nas condições fizerem com que a Administração julgue que esses critérios não estão sendo atendidos em certas operações, o valor das contas a receber pode ser afetado. Além disso, a Companhia depende de diretrizes de medição para determinadas receitas de acordo com as regras definidas pela ANATEL.

Provisões para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes.

Há situações de acordos com certos clientes para cobrar contas em atraso, inclusive acordos que permitem aos clientes quitar suas contas inadimplentes em parcelas. Os montantes que efetivamente deixamos de receber para essas contas podem ser diferentes do valor da provisão estabelecida e provisões adicionais podem ser necessárias.

Depreciação e amortização de ativos com vida útil definida

Os ativos de vida útil definida do imobilizado e do intangível são depreciados e amortizados, respectivamente, usando o método linear no decorrer da vida útil dos respectivos ativos. As taxas de depreciação e de amortização dos ativos mais relevantes estão demonstradas nas notas explicativas às demonstrações financeiras da Companhia.

As vidas úteis de certos ativos podem variar entre os segmentos de linha fixa e móvel. A Companhia revisa anualmente as vidas úteis desses ativos.

Redução ao valor recuperável de ativos de longa duração

Os valores recuperáveis dos ativos de longa duração são determinados com base na comparação entre os cálculos do valor em uso e do valor de venda. Esses cálculos exigem o uso de julgamentos e premissas que podem ser influenciados por diferentes fatores externos e internos, tais como tendências econômicas, tendências da indústria e taxas de juros, mudanças nas estratégias de negócios e mudanças no tipo de serviços e produtos que a Companhia fornece ao mercado. O uso de diferentes premissas pode alterar de maneira significativa nossas Demonstrações Financeiras.

Provisões

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais que correm nas esferas trabalhistas, tributária e cível, bem como processos administrativos. O reconhecimento da provisão para perdas em processos judiciais se baseia na avaliação de risco de perda em cada processo, que inclui a avaliação das evidências disponíveis, decisões recentes e premissas estatísticas, e refletem provisões razoavelmente estimadas, conforme avaliado pela Administração, sua assessoria jurídica e advogados externos. É possível que as premissas utilizadas para estimar a provisão para perdas em processos judiciais alterem, podendo, portanto resultar em mudanças nas futuras provisões para perdas nos processos judiciais.

Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda relacionados ao investimento na Unitel e Cabo Verde Telecom foram inicialmente valorizados a valor justo de acordo com os ativos operacionais que serviram de base para valorização do aumento de capital da PT e foram atualizados considerando os eventuais impactos de eventos ocorridos relativamente ao investimento, nomeadamente os processos judiciais abertos contra a Unitel e seus sócios em 2015. As estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. As utilizações de diferentes premissas para apuração do valor justo poderiam ter efeito material nos valores obtidos e não indicam necessariamente o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no caso de liquidar essas transações.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal, que são significativamente diferentes dos valores calculados para os CPCs e as IFRSs. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, baseada no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

Benefícios a empregados

A avaliação atuarial é baseada em premissas e estimativas com relação a taxas de juros, retorno de investimentos, níveis de inflação para períodos futuros, índices de mortalidade e projeção de níveis de emprego relacionada aos passivos com benefícios de aposentadoria. A precisão dessas premissas e estimativas determinará a criação de reservas suficientes para custos com pensões acumuladas e planos de saúde e o valor a ser fornecido a cada ano como custos com benefícios de aposentadoria.

Tais premissas e estimativas estão sujeitas a flutuações significativas devido a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, indicadores sociais, nossa capacidade para criar novos empregos e de reter nossos empregados. Todas as premissas são revisadas a cada data base. Se essas premissas e estimativas não forem precisas, pode haver a necessidade de revisão das provisões para benefícios de aposentadoria, que poderiam afetar de maneira significativa os resultados da Companhia.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, visto que não há itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, visto que não existem outros ativos e passivos detidos pela Companhia não apresentados nas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.7. Comentários dos diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item "10.6"

Não aplicável, visto que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.8. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

(a) (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

A seguir os Diretores da Companhia apresentam a descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos:

Os Diretores da Companhia acreditam que investimentos são importantes para atender a demanda projetada, aumentando a eficiência operacional. Para que esses efeitos ocorram de forma organizada viabilizando o crescimento sustentável na Companhia, por meio da prestação de serviços em rede fixa, que inclui (i) os serviços de voz e de dados, contando com equipamentos instalados em pontos de presença distribuídos, (ii) centrais telefônicas, (iii) equipamentos de comunicação de dados, e (iv) uma rede capilarizada de linhas de acesso que conecta os clientes a estes pontos de atendimentos, interligadas por equipamentos de transmissão de longa distância. Os projetos mais relevantes por técnicas são descritos abaixo:

Rede de Dados

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a rede de dados incluem as seguintes atividades:

- Aquisição de equipamentos de comunicação de dados para expansão da rede, de forma a suportar o crescimento anual do tráfego IP da ordem de 40% e os serviços fixos e móveis 3G e 4G, corporativos e residenciais; Expansão da camada de 100Gbps para conexão com provedores de conteúdo, para garantir maior experiência de navegação na internet
- Implantações e adequações de soluções customizadas, produtos de portfólio e acessos (last mile) para clientes, incluindo opticalização de acessos e/ou características relacionados ao nível de serviço (SLA, Service Level Agreement);

Rede de Voz

Os Diretores da Companhia informam que a rede comutada da Oi enfrenta o desafio de evoluir de modo a oferecer novos serviços de valor agregado aos seus clientes e possibilitar a substituição gradativa de sua planta legada, utilizando principalmente novas tecnologias baseadas no conceito de NGN (Next Generation Networks) e IMS (IP Multimedia Systems).

A Companhia tem atuado pontualmente no sentido de promover a remoção e substituição de centrais legadas, ao mesmo tempo em que está investindo na ampliação de solução NGN e IMS para atender novas demandas de clientes, substituição do legado e do tráfego de longa distância (nacional e internacional) utilizando VoIP.

Como resultado direto dessa estratégia, a Companhia avança na implantação do núcleo IP Multimedia Systems - IMS, uma plataforma de serviços de protocolo de Internet (IP) que possibilita a convergência dos serviços de voz, dados e vídeo, o que representa a parte central da nossa oferta de Triple Play. O núcleo IMS não só irá fornecer controle para o recurso de VoIP, mas também a integração de controle de acesso e autenticação para todos os três serviços além de possibilitar o avanço na convergência fixo móvel.

Redes de Transporte

A expansão das redes de transporte visa garantir a capacidade de escoamento e alta resiliência necessários para o plano de expansão dos serviços, crescimento de tráfego de voz e IP e melhor experiência dos clientes. Destacam-se os projetos: (i) Expansão backbone nacional e estaduais; (ii) Otimização da rede satélite, (iii) Preparação para tráfego de clientes 100Gbps a nível Nacional; e (iv) Projetos de proteção / otimização de rotas.

A camada óptica totalmente a 100Gbps está sendo expandida a fim de proporcionar uma utilização mais eficiente da capacidade.

Também seguimos ampliando nossa cobertura óptica em dezenas de municípios, tanto para aumento de disponibilidade, quanto para oferta de serviços”.

Gerência de Redes

Os Diretores da Companhia informam que os projetos para a Gerência de Redes estão distribuídos sobre as seguintes atividades:

Desenvolver atividades de planejamento e projetos de Sistemas de Suporte a Operação (OSS) que atendem as redes fixa, móvel e dados, com o objetivo contínuo de melhoria do gerenciamento e performance das redes com redução de tempo de identificação de falhas e causa raiz, diminuindo o SLA de reparo e acionamentos indevidos;

Desenvolver projetos de integração de novos equipamentos, redes e sistemas aos atuais OSS da companhia em todas as suas camadas (supervisão e monitoração de falhas e desempenho, provisionamento, autenticação, etc...);

Atualização das plataformas de gerência do CGR (Centro de Gerenciamento de Rede) para suportar novas versões e maior número de elementos de redes e usuários, através do acompanhamento da capacidade, desempenho, versões e estabilidade das plataformas de OSS existentes, com redução de infraestrutura e simplificação da manutenção preventiva e proativa de forma a garantir a possibilidade de expansões, bem como alta disponibilidade dos serviços.

Rede de acesso

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos relacionados a rede de acesso se distribuem em:

- Garantir o atendimento às demandas de novas unidades residenciais em construção e atendimento ao crescimento da demanda em bairros existentes;
- Promover a evolução tecnológica da rede existente visando atender os requisitos mercadológicos para a banda larga fixa;
- Projetos de melhoria e redundância em cabos, incluindo a construção de rotas e cabos redundantes de fibra óptica para rotas lineares ou para fechamento de anéis; e
- Execução de manutenção preventiva em seções de serviço que apresentam elevado índice de defeitos, com substituições de elementos de rede com vida útil comprometida, minimizando fraudes e melhoria da qualidade;
- Expansão da rede óptica existente (FTTH) visando à melhoria dos indicadores operacionais em regiões onde a rede metálica é muito degradada.

Na rede de acesso, destaca-se o projeto de implantação de fibra até a casa dos clientes (FTTH) para apoiar a nossa oferta de serviços Triple Play, melhorar a qualidade dos serviços e reduzir os custos de manutenção da rede externa hoje feita em cobre. A tecnologia óptica escolhida - GPON é projetada para suportar IPTV e serviços de vídeo, VoIP e Internet de alta velocidade de até 200 Mbps. Com este mesmo objetivo estamos introduzindo novas soluções tecnológicas para a distribuição dentro dos edifícios, como o G.Fast e micronós VDSL, e para a distribuição de vídeo sobre fibra, como o SAToPON que se utiliza do sinal DTH de satélite em lugar do IPTV.

Rede Móvel

A Companhia informa que as expansões do 3G incluem a melhoria de cobertura e aumento da capacidade de Rede nas áreas onde atualmente já existe cobertura de serviços 3G da Companhia. A Companhia planeja ampliar canais para serviços 3G ("Channel Elements 3G"), que proporcionarão melhoria de qualidade na rede, permitindo a obtenção de baixos índices de congestionamentos de chamadas, em atendimento às metas estabelecidas pelo órgão regulador. Decorrente do atendimento às obrigações 4G LTE junto a Anatel para 2017, a Companhia planeja implantar novas Estações 4G em 2600 MHz ou 1800 MHz, que atenderão novos municípios nas regiões I, II e III, considerando o serviço de dados, além de novos sites 3G para possibilitar a chamada de voz nestes municípios.

Dentre os projetos relevantes, a Companhia destaca: o próprio aumento de capacidade da Rede Móvel, em especial sobre a tecnologia 3G com maior volume de ações, mantendo sua qualidade; prosseguimento da ampliação da funcionalidade HSPA+, ampliação de novas

portadoras nos elementos de acesso, permitindo aumento da velocidade de acesso. Adicionalmente, a Companhia prossegue com a expansão de sua Rede 4G LTE visando o cumprimento dos compromissos de cobertura estabelecidos pelo órgão regulador. A implantação prossegue em configuração de RAN Sharing, onde existe uma configuração de compartilhamento de radio, (Radio Access Network) por Oi e Operadoras, onde o acesso LTE eNode B e sua rede de transmissão são compartilhados com TIM e Vivo, dividindo assim os custos de cobertura. Esta técnica é pioneira nas Américas e tem-se demonstrado muito eficiente em aumentar a cobertura com custos de expansão menores.

Nos anos de 2013/2014/2015/2016 a Oi executou atendimento aos projetos LTE 50% de Cobertura e 80% de Cobertura (que foram alvo de conclusão em etapas definidas para Abril/Dezembro-2013, Abril/Maio-2014 e Dezembro-2015/2016). Para 2017, a companhia tem como meta a continuidade do Projeto LTE 80% de cobertura em todos os municípios entre 30 e 100 mil habitantes e 30% da lista de municípios menor que 30 mil habitantes, referenciados à Oi conforme edital ANATEL de compromissos LTE, com término para Dez 2017.

(a) (ii) fontes de financiamento dos investimentos

Abaixo, os Diretores da Companhia apresentam as fontes de financiamento dos investimentos:

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia e suas controladas historicamente utilizam como fonte de financiamento dos investimentos de capital empréstimos de curto e longo prazos realizados junto às agências de fomento e bancos multilaterais, que deverá ser mantida como estratégia de financiamento dos investimentos de capital para os próximos anos, de acordo com as limitações da Lei nº 11.101/2005 e demais leis a que está sujeita a Companhia, bem como observando-se as disposições do Plano de Recuperação Judicial.

(a) (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores da Companhia comentam que a Companhia não realizou quaisquer desinvestimentos de capital nos últimos 3 anos, bem como não possui desinvestimentos de capital em andamento ou previstos.

A seguir os Diretores da Companhia comentam sobre as aquisições de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos de capital da Companhia relacionados a ativos imobilizados totalizaram R\$4.901 milhões em 31 de dezembro de 2016, R\$4.164 milhões em 2015 e R\$5.382 milhões em 2014. A tabela abaixo demonstra investimentos com a expansão e modernização de instalações nos períodos indicados:

Item	2016	2015	2014
	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)	(Em milhões de reais)
Equipamento de transmissão de dados	R\$1,377	R\$1,201	1.207
Serviços de instalação	489	358	878
Redes e sistemas móveis	707	528	877
Transmissão de voz	713	605	663
Serviços de tecnologia da informação	536	380	454
Infra-estrutura de serviços de	468	444	281
Edificações e benfeitorias	69	73	166
Equipamentos de sistema de	124	72	113
Backbone	196	293	159
Equipamentos de serviço de internet	7	2	03
Outros	217	208	581
Total dos investimentos de capital	4,901	4,164	5.382

Os Diretores da Companhia informam que os investimentos da Companhia no período de um ano encerrado em 31 de dezembro de 2016, em 2015 e 2014 incluíram o seguinte:

- A Companhia direcionou investimentos de R\$ 0,7 milhões em 2016, de R\$ 0,5 milhões em 2015 e R\$ 0,9 milhões em 2014 para o segmento de mobilidade;
- Os expressivos investimentos direcionados à oferta de serviços de banda larga, tanto visando a ampliação da capilaridade de sua rede, quanto o incremento das velocidades disponibilizadas aos clientes. Adicionalmente, a ampliação de capacidade das redes de dados, visando o atendimento do segmento corporativo, contribuiu para investimentos totais R\$ 1,4 milhões em 2016, de R\$ 1,2 milhões em 2015 e R\$ 1,2 milhões em 2014 em comunicação de dados;

- No segmento de voz, os investimentos realizados em 2016, 2015 e 2014 tiveram por objetivo o atendimento a novos empreendimentos na área de atuação da Companhia e a modernização das plantas interna e externa, visando a melhoria da qualidade e permitindo maior agilidade no atendimento às demandas; e
- Visando dar suporte aos crescimentos citados, a Companhia investiu em infraestrutura de telecomunicações, incluindo-se aí as redes de transporte (*backbones*), infraestrutura de TI e plataformas de gerência de redes, R\$ 1,3 milhão em 2016 totalizando R\$ 1,2 milhão em 2015 e R\$ 1,0 milhão em 2014.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo os novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Inovação, pesquisa e desenvolvimento

A inovação sempre esteve presente no DNA da Oi, desde o seu início, tendo sido o instrumento mais importante para o seu crescimento, sempre com o foco no valor percebido por nossos clientes.

Estratégias e iniciativas inovadoras como a escolha do padrão GSM, as estratégias de convergência e do SIMcard Standalone, a iniciativa do desbloqueio de aparelhos e o lançamento da Paggo. Foi a primeira operadora com oferta quadruple play, um pacote com quatro soluções integradas de telefonia fixa, móvel, internet e TV, quando do lançamento da Oi TV. Foi a primeira companhia em acabar com a multa por mudança de operadora, e também em acabar com a necessidade de uso de vários chips para clientes falarem com isenção de tarifas entre as mesmas operadoras, inovando com oferta que permite aos clientes usarem minutos para qualquer operadora dentre outras. Estas estratégias se transformaram em importantes diferenciais competitivos para impulsionar o crescimento e solidificar a conquista de participação relevante no mercado brasileiro.

A Oi continuará conduzindo as atividades independentes de inovação, pesquisa e desenvolvimento nas áreas de serviços de telecomunicações e tecnologia da informação e comunicação, com objetivo de alavancar o alcance dos objetivos estratégicos da Companhia além de garantir a excelência nos processos de operação e entrega dos serviços.

As atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento na Oi referenciam-se nos manuais de Oslo e Frascati e utilizam o modelo de inovação aberta em empresas de serviço. Neste contexto, a Oi vem desenvolvendo o seu Ecossistema de Inovação de forma integrada e interagindo com grande parte das instituições que compõem o sistema brasileiro de inovação, com destaque para as parcerias junto à

comunidade de inovação, fornecedores de equipamentos e soluções e centros nacionais de pesquisa. A Oi continuará atuando como fomentadora de inovação e P&D junto aos parceiros do seu sistema.

BASEADO NO MODELO DE INOVAÇÃO ABERTA, O SISTEMA DE INOVAÇÃO DA Oi INTERAGE COM GRANDE NÚMERO DE



Criado em 2009, o Programa de Inovação da Oi, está baseado no conceito de inovação aberta - (Open Innovation), que preconiza o desenvolvimento de inovação com a participação de um ecossistema de parceiros, composto por universidades e centros de pesquisa, fornecedores tecnológicos e empresas incubadas, atuando em parceria com a Oi para conceber, desenvolver e implementar soluções e projetos inovadores em produtos, serviços e processos de negócio.

A Oi estabeleceu sua atuação como fomentadora de inovação e P&D no ecossistema através de:

- ❑ Convênios de cooperação e desenvolvimento tecnológico com centros de pesquisa nacionais (ICT's);
- ❑ Convênios com instituições de ensino e pesquisa e com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP);
- ❑ Parcerias com a indústria de equipamentos de telecomunicação com tecnologia nacional;

- ❑ Parcerias com fornecedores nacionais com grande potencial de inovação

No triênio 2009 a 2011, a Oi esteve focada na estruturação da área de inovação, pesquisa e desenvolvimento, no mapeamento e desenvolvimento de seu ecossistema e no desenvolvimento e estímulo dos projetos aderentes a esta nova abordagem para a empresa, destacando-se as seguintes atividades:

- ❑ Criação da área de Inovação e P&D;
- ❑ Disseminação inicial da cultura de inovação;
- ❑ Estruturação do Ecossistema de Inovação da Oi;
- ❑ Implantação de processos, acompanhamento e controle dos projetos;
- ❑ Lançamento e consolidação do Programa de “Cooperação com a Indústria de Tecnologia Nacional”;
- ❑ Celebração de Convênios de Cooperação Tecnológica com Institutos de Ciência e Tecnologia (ICT´s) públicos e privados;
- ❑ Estímulo ao desenvolvimento de novos projetos de inovação e P&D através de iniciativas de fomento;
- ❑ Intensificação do desenvolvimento de projetos com a participação de ICT´s;
- ❑ Lançamento de iniciativas para aumento do Ecossistema de Inovação por meio de campanhas internas e externas;
- ❑ Ampliação do Ecossistema de Inovação da Oi por meio de iniciativas de estímulo à apresentação de propostas de projetos, tais como a Chamada de Aplicativos.

O Programa Inova

Histórico

Em 2012, a Oi intensificou o processo de prospecção de serviços inovadores e desenvolveu atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, fomentando seu Ecossistema de Inovação por meio do Programa Inova.

O Programa Inova foi à época estruturada em três Fábricas de inovação: a Fábrica Incremental, a Fábrica Planejada e a Fábrica Exploratória.

A Fábrica Incremental tinha como objetivo fomentar e desenvolver a cultura de inovação nos processos do dia a dia da Oi (foco no curto prazo). Para realização da Fábrica Incremental foi utilizada uma plataforma colaborativa denominada "Mercado de Ideias", onde todos os colaboradores da Oi podem participar submetendo ideias, avaliando e contribuindo nas ideias dos demais colaboradores para solucionar desafios do dia a dia e que resultem em melhorias contínuas e operacionais dos processos, produtos e serviços da Companhia.

A Fábrica Planejada tinha por objetivo desenvolver projetos para implementar produtos, serviços e processos inovadores na Oi (foco no médio prazo). Os projetos inovadores que integraram essa fábrica foram projetos estratégicos que suportaram a posição inovadora da Oi e contribuíram para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Já a Fábrica Exploratória tinha como objetivo avaliar e definir posicionamento em novas tendências, tecnologias, pesquisar novos comportamentos, identificar inovações disruptivas na indústria, bem como delinear novos modelos de negócio que se traduzam em vantagens competitivas do ponto de vista estratégico e econômico aos negócios futuros da Oi.

Esse ciclo fluiu satisfatoriamente até 2014 quando o Programa Inova foi reestruturado englobando o Programa de Incentivo à Inovação com objetivo de refinar a prospecção de projetos priorizando aqueles perfeitamente sintonizados a estratégia mais austera da empresa e desta forma melhor direcionar os recursos alocados ao estímulo do desenvolvimento de projetos inovadores da Companhia, em parceria com institutos de ciência e tecnologia (ICTs) – centros de pesquisa públicos ou privados e universidades que realizam pesquisas aplicadas geradoras de soluções aplicáveis ao mercado.

Em 2015, a Oi intensificou o processo de prospecção de novos parceiros para o desenvolvimento de atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento, celebrando novos Convênios de Cooperação Tecnológica e contratos para elaboração de projetos específicos de inovação tecnológica.

Retrospectiva 2016

Em 2016 a Oi realizou chamada pública para contratação de novos parceiros sendo selecionados um ICT e 5 empresas "start-ups" incubadas em Centros de Tecnologia.

No final do ano a Oi e a Nokia ativaram um laboratório de Internet das Coisas, referência na América Latina, no ambiente do Laboratório de Tecnologia da Oi situado no Leme na zona sul do Rio de Janeiro, abrindo as portas, de um ambiente propício ao desenvolvimento e testes de soluções de IoT, à comunidade de especialistas em software, aplicativos e serviços digitais inteligentes para tirarem do papel suas ideias.

Projetos realizados

No primeiro ciclo do Programa Inova em 2011, foram aprovados seis projetos. Já para o ciclo de 2012, nove projetos foram qualificados para recebimento do estímulo financeiro. Em 2013 vinte e quatro projetos foram desenvolvidos com o suporte deste programa sendo que destes 17 projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2014 trinta e sete projetos foram integralmente pagos com estes recursos. Em 2015 vinte e cinco projetos e em 2016 vinte e tres projetos foram integralmente pagos com recursos do Programa.

Este processo envolve ainda a avaliação estratégica e financeira das oportunidades estudadas, a escolha das oportunidades mais promissoras e a definição de objetivos, metas e desenho de projetos que serão executados.

Além destas iniciativas diretamente suportadas pela área de P&D existem outras também inovadoras desenvolvidas e geridas individualmente pelas áreas de negócio e de tecnologia da Oi com acompanhamento e suporte do grupo de inovação, que contribuem para o atingimento dos objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Oi.

Os resultados esperados em ambos os contextos são:

- ❑ Aprimoramento da priorização de projetos e alocação de investimentos;
- ❑ Maior sinergia entre as áreas e segmentos no desenvolvimento de projetos com requisitos ou funcionalidades similares;
- ❑ Alavancar melhores vantagens competitivas e percepção externa da atuação inovadora da Oi.

Objetivos relevantes para o ano de 2017

- ❑ Intensificar o estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores e disruptivos;
- ❑ Desenvolver novos projetos de inovação e P&D com foco em novos negócios e/ou novos modelos de negócio também através da modalidade de **“Corporate Venturing”**, suportando os objetivos e metas específicas do Plano Estratégico da Companhia;
- ❑ Fomentar a cultura de inovação e empreendedorismo junto aos colaboradores da Oi.
- ❑ Adjudicar projetos aos parceiros selecionados apoiá-los e orientá-los no desenvolvimento de produtos e serviços inovadores demandados pelas unidades de negócio da Oi.
- ❑ Reforçar o posicionamento da Oi como empresa inovadora evoluindo um modelo de incubação e aceleração de start-ups através de uma instituição dedicada a este fim;

- ❑ Selecionar projetos / empresas para o Programa de Parcerias para o Desenvolvimento de Aplicações e Ecossistema de IoT.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Os diretores da Companhia esclarecem que não ocorreram outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional, que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO III

PROPOSTA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO, NOS TERMOS DO ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

Nos termos do OFÍCIO-CIRCULAR CVM/SEP nº 01/2017, o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não está sendo apresentado em função da apuração pela Companhia de prejuízo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

ANEXO IV**Art. 10 da Instrução CVM nº 481/09****ITENS 12.5 A 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

(informações complementares relativas à proposta de eleição de membros da administração)

12.5 – Indicar em forma de tabela:**Conselho de Administração**

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções
					exercidas no emissor
Ricardo Reisen de Pinho	03/01/1961	Conselho de Administração	RCA 12/08/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	Comitê de Governança Corporativa e Finanças
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
855.027.907-20	Engenheiro	Conselho de Administração (Efetivo)	RCA 12/08/2016	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			100,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
Nascido em 03/01/1961, é membro do Conselho de Administração da Light S.A. e da BR Insurance S.A., desde abril de 2016, e membro					

do Comitê Consultivo da Editora do Brasil S.A., desde abril de 2016. Atua, também, como membro do Conselho de Administração da Brado Logística S.A., desde agosto de 2012. Foi membro do Conselho de Administração: (i) da Tupy S.A., de maio de 2009 a abril de 2015, e membro do Comitê de Governança e Pessoas de maio de 2015 a junho de 2016; (ii) da Saraiva S.A. Livreiros Editores, de maio de 2013 a abril de 2015 e de abril de 2009 a março de 2012; e (iii) da Itacaré Capital Inv. Ltd., de fevereiro de 2009 a abril de 2015. Anteriormente, foi membro do Conselho Consultivo da LAB SSJ S.A., de abril de 2009 a outubro de 2013, membro do Conselho de Administração da Metalfrio Solutions S.A., de junho de 2007 a abril de 2011, membro do Conselho de Administração do Banco Nossa Caixa S.A., de março de 2008 a maio de 2009 e membro do Conselho Fiscal da Embratel Participações S.A., de abril de 2008 a abril de 2010. É formado em Engenharia Mecânica pela Pontifícia Universidade Católica RJ, 1984, mestre em finanças pela Pontifícia Universidade Católica RJ, 1989, e doutor em Administração de Empresas/Estratégia pela Fundação Getúlio Vargas, 2008. Tem especialização em administração pela Harvard Business School - Program for Management Development, 1999, e pela Wharton Business School - Advanced Management Program, 2001. É conselheiro certificado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC desde 2010. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
					Marcos Duarte Santos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
014.066.837-36	Engenheiro	Conselho de Administração (Efetivo)	RCA 12/08/2016	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			93,75%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
Nascido em 04/10/1969, trabalhou no Bankers Trust Company de Janeiro de 1994 a Junho de 1996, onde ocupou o cargo de Vice					

Presidente, Operador de Ações, sediado no Rio de Janeiro, e na mesma Companhia ocupou o cargo de Vice Presidente, operador de renda fixa, sediado em New York, de Junho de 1996 a Agosto de 1997. Trabalhou, ainda, no CSFB – Garantia, atuando como Vice Presidente, operador de Renda Fixa, de Agosto de 1997 a Novembro de 1998. Foi membro do Conselho Fiscal das empresas de telecomunicações Tele Norte Celular S.A., Telecomunicações do Ceará S.A., Telecomunicações do Espírito Santo S.A. no período de 2001 a 2002. Foi membro do Conselho Fiscal da Brasil Telecom S.A. (antiga denominação social da Oi S.A.) em 2005, 2006 e no período de 2008 a 2014. Atualmente é diretor da gestora Pólo Capital, onde atua desde abril de 2003. Formado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
					Descrição de outro cargo/função
Demian Fiocca	12/07/1968	Conselho de Administração	RCA 14/09/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	Comitê de Governança Corporativa e Finanças
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
130.316.328-42	Economista	Conselho de Administração (Efetivo)	06/01/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			100,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
Nascido em julho de 1968, trabalha desde 2010 como sócio-diretor da MARE Investimentos, gestora de fundos de private equity no setor de O&G. Entre fevereiro de 1992 a fevereiro de 1994 trabalhou como pesquisador do IDESP, em análise de conjuntura da América Latina. Deixa o IDESP para trabalhar como editorialista e articulista da Folha de São Paulo até julho de 1998. Em agosto de 1998, assume a área					

de economia do HSBC Brasil, exercendo a função de economista-chefe até junho de 2000. No mês seguinte, inicia trabalho de 3 anos como Diretor de Economia da Telefônica no Brasil. Em junho de 2003, aceita convite para assumir a Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, passando posteriormente a Chefe de Assessoria Econômica. Nesse período, foi Membro do Conselho Monetário Nacional, Governador Alternado do Brasil no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Diretor da Corporação Andina de Fomento (CAF). Em dezembro de 2004 vem integrar a alta administração do BNDES, como vice-presidente e, em seguida, presidente do banco, até abril de 2007. Enquanto vice-presidente do BNDES, foi responsável pelas áreas de Telecomunicações, Transportes, Energia, Óleo e Gás, Mineração, Siderurgia e Papel e Celulose. Ao deixar o BNDES, assumiu a posição de Diretor Executivo na Vale, onde teve responsabilidade pelas áreas de Gestão, Governança, Planejamento Estratégico, TI e Sustentabilidade, entre outras. Desliga-se da Vale para assumir, em maio de 2009, a presidência do Banco Nossa Caixa, liderando a instituição durante o processo de fusão com o Banco do Brasil, até sua conclusão, em dezembro de 2009. É conselheiro do Conselho Superior de Economia da FIESP desde maio de 2010. Entre 2003 e 2004, foi do Conselho de Administração da CHESF e do Conselho de Administração da Eletrobrás. Entre 2005 e 2007 foi conselheiro do Conselho de Administração da Valepar. Demian tem graduação e mestrado em economia pela USP. Teve treinamento executivo no Programa de Alta Direção Harvard-IESE, em Barcelona, e realizou o Mastering Executive Leadership Challenges no IMD em Lausanne, Suíça. É autor do livro A Oferta de Moeda na Macroeconomia Keynesiana, Editora Paz e Terra, 2000. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Blener Braga Cardoso Mayhew	27/01/1983	Conselho de Administração	RCA 14/09/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
093.388.087-18	Administrador de Empresas	Conselho de Administração (Suplente)	06/01/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			0,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
Nascido em 27/01/1983, atua como CFO e Diretor de Relações com Investidores da Petro Rio S.A. desde 2014, tendo participado					

ativamente no processo de reestruturação da Petro Rio. Anteriormente, foi diretor na holding Docas Investimentos, responsável pela área de Mergers & Acquisitions, tendo exposição nas áreas de Telecomunicações, Petroquímicas, Infraestrutura, Consumo e Energia. É formado em administração de empresas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e possui MBA pela Florida International University. Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial. Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Hélio Calixto da Costa	17/08/1939	Conselho de Administração	RCA 14/09/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	Comitê de Engenharia, Tecnologia e Redes
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
047.629.916-00	Jornalista	Conselho de Administração (Efetivo)	06/01/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			100,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
<p>Nascido em 17/08/1939, é presidente do Conselho de Administração da PetroRio S.A. (antiga HRT Participações em Petróleo S.A.) e presidente do Conselho de Ética e Regulamentação da ABT, Associação Brasileira de Telesserviços. Foi Deputado Federal e Constituinte (1987 a 1991 e 1999 a 2002), Senador da República de 2002 a 2010 e Ministro das Comunicações de 2005 a 2010. É formado em jornalismo. Foi para os Estados Unidos em 1967, para trabalhar na Rádio Internacional "A Voz da América", em Washington, e passou por todos os postos até chegar ao de editor. Estudou Artes e Ciências na Universidade de Maryland, Correspondente Estrangeiro na Universidade Católica de Washington. Em 1972, foi contratado como correspondente estrangeiro e mais tarde chefe do escritório do The New York News of Globo Televison. Viveu em Londres e Paris durante a implantação do escritório da Rede Globo na Europa. Em 1986, retornou ao Brasil e se candidatou a Deputado Federal Constituinte. Em 1998 foi reeleito. Em 2002 foi eleito Senador Federal no Estado de Minas Gerais. Assumiu o Ministério das Comunicações em 2005 até 2010.</p> <p>Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>					

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções
					exercidas no emissor
Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure	21/11/1951	Conselho de Administração	RCA 14/09/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
041.747.715-53	Empresário	Conselho de Administração (Suplente)	06/01/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			0,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
<p>Nascido em 21/11/1951, é Diretor Presidente de Docas Investimentos S.A.. Atua como investidor da PETRO RIO S.A. desde 2013. Adquiriu a Editora Peixes S.A. em 2006. Firmou contrato de usufruto das marcas Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e revista Forbes em 2001. Adquiriu o controle acionário de Docas S.A. e de suas subsidiárias Boavista S.A. e Boavista Trading em 1999. Incorporou a ISHIBRAS, formando a companhia "Indústrias Verolme-Ishibras S.A." - IVI em 1994. Foi Presidente do Conselho de Administração da SADE VIGESA S.A. (união da Sul Americana de Engenharia S.A. e Villares Equipamentos) em 1991. Adquiriu o EMAQ VEROLME ESTALEIROS S.A. (fusão dos estaleiros EMAQ Engenharia e Máquinas S.A. e Estaleiro Verolme) em 1989. Fundou a RCI - Representação e Comércio Internacional Ltda., empresa brasileira de comércio e participações que detêm o controle acionário da SEQUIP - Serviços de Engenharia e Equipamentos S.A. e da EMAQ - Engenharia e Máquinas S.A. em 1983. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia em 1975 e graduado pelo Institut des Hautes Etudes de Development Economique et Social - Université Paris I em 1976. Tem especialização pela Harvard Business School - Owner/President Management Program Unit I (18/10/2015 - 06/11/2015) e Program Unit II (30/10/2016 - 18/11/2016).</p> <p>Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem</p>					

qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções
					exercidas no emissor
Luís Manuel da Costa de Sousa de Macedo	13/02/1949	Conselho de Administração	RCA 14/09/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
PASSAPORTE PORTUGUÊS	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
N852474	Administrador	Conselho de Administração (Suplente)	06/01/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			0,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
<p>Nascido em 13/02/1949, atua como Secretário Geral da PHAROL, SGPS S.A. e Secretário da Sociedade, Presidente da Assembleia Geral da Câmara de Comércio Portugal Angola e Vogal do Conselho de Administração da Fundação Portugal África. No âmbito da Portugal Telecom SGPS, S.A. desempenhou os seguintes cargos: Secretário da Mesa da assembleia Geral da Portugal Telecom, SGPS S.A.; e Administrador da PT Centro Corporativo, S.A., Portugal Telecom Investimentos Internacionais, PT Ventures, SGPS S.A., Fundação Luso Brasileira, Fundação Portugal Telecom, CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL e Presidente da assembleia Geral da Cabo Verde Telecom. Foi Vogal do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo do Oriente de 1996 a 2005, membro do Conselho de Administração AMSCO - African Management Services Company de 1996 a 2005, Vogal e posteriormente Presidente da ELO - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação. É formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e possui diploma pelo Instituto de Estudos Superiores de la Empresa (IESE).</p> <p>Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.</p>					

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Nome	Data de Nascimento	Órgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções
					exercidas no emissor
José Manuel Melo da Silva	11/03/1959	Conselho de Administração	RCA 14/09/2016	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
PASSAPORTE PORTUGUÊS	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo antigo controlador	Descrição de outro cargo/função
P070544	economista	Conselho de Administração (Suplente)	06/01/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			0,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					
Nascido em 11/03/1959, em Lisboa, atua como Administrador da Pharol SGPS, S.A. desde agosto de 2016, sendo Diretor da Parvalorem					

S.A. desde março de 2012. Anteriormente, de 2010 a 2012, foi Diretor da área de riscos de mercado do Banco Português de Negócios S.A. e de 1997 a 2010 Diretor responsável pela área financeira do Banco Efisa S.A.. De 1985 a 1997 atuou em funções várias no Banco Totta e Açores, nomeadamente como Diretor-Adjunto na área do mercado de capitais e técnico no Departamento de Estudos de Empresa. Entre 1995 e 1997 foi Administrador não executivo da Totta Gest S.A.. De 1983 a 1985 atuou como técnico da Direção de Estudos e Planeamento da Covina S.A.. É formado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade de Lisboa (1982) e pós graduado em Direção Bancária pela Universidade Católica Portuguesa/ Instituto de Formação Bancária (1992). Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que é adotada pelo Estatuto Social da Companhia em seu art. 25, parágrafo 1.

Conselho Fiscal:

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
José Cláudio Rego Aranha	20/04/1948	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
261.866.247-49	Engenheiro	Membro efetivo	28/04/2017	Não se aplica	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
1			100,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					

O Sr. José Cláudio possui 30 anos de experiência no Sistema Financeiro, tendo atuado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES em diferentes áreas, tais como: financeira, operações estruturadas, mercado acionário e renda fixa. Possui experiência em diferentes setores da economia, infraestrutura, petróleo, química e petroquímica, papel e celulose, biotecnologia, farmacêutica, metal mecânica, eletrônica, tecnologia da informação, social. Foi Diretor de Mercado de Capitais do Banco Nossa Caixa (2009), Analista de investimento, Gerente e Chefe de Departamento do BNDESPAR (1979 – 2008), Assessor da Diretoria Financeira e Infra-Estrutura e Superintendente da Área de Renda Fixa do BNDES (1983 - 2002), Analista de Projetos da PETROQUISA (1976 – 1979), Engenheiro de Planejamento da PROMOM ENGENHARIA (1974 - 1976), Analista de Projetos da Natron Engenharia (1973), Engenheiro do Departamento de Serviços da Caterpillar Brasil (1972-1973) e Analista de Projetos da Tecnometal (1971 – 1972). Foi membro do comitê independente pela JBS, 2009, membro do comitê independente da AÇUCAR GUARANI, 2010 e membro do comitê independente da BRASIL TELECOM, 2011. É Engenheiro Industrial Mecânico formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal Fluminense em 1971. Kursou Pós Graduação em Advanced Industrial Management pela Research Institute for Management Science (Delft-Holland) em 1974. Possui MBA Executivo em Administração pela COPEAD em 1989.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 41 do Estatuto Social da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Álvaro Bandeira	22/06/1950	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
266.839.707-34	Economista	Membro suplente	28/04/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
1			0,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					

O Sr. Álvaro é Economista-Chefe da Corretora Modalmais desde 2015, ano que ingressou na instituição. Durante o período de 2011 a 2015 foi Economista-Chefe da Órama, no qual liderava a equipe de análise. Ocupou a mesma posição por mais de dez anos na Ágora Corretora, da qual também foi Sócio-Diretor. Foi Presidente da Bolsa Brasileira de Futuros (BBF), Presidente da APIMEC Nacional e regional e, em cinco gestões, Conselheiro da BVRJ e da BM&F, além de ex-membro titular do Conselho Fiscal da Souza Cruz. Atua como Palestrante em diversos Congressos ligados ao Mercado de Capitais e finanças pessoais, além de desenvolver palestras em universidades e empresas sobre temas ligados a este mercado. Mantém coluna regular em veículos da área econômica e, em sites de educação financeira, como Dinheirama e Infomoney. Neste último, participou de programa semanal interativo com fórum de mais de 400 pessoas logadas. Atualmente é colunista diário em duas edições da BandNews FM. Com mais de 40 anos de experiência no Mercado de Capitais, o Sr. Alvaro é graduado em Economia pela UFRJ e pós-graduado pela Coppe-UFRJ.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 41 do Estatuto Social da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Pedro Wagner Pereira Coelho	29/06/1948	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
258.318.957-34	Empresário	Membro efetivo	28/04/2017	Não se aplica	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
1			100,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					

O Sr. Pedro é Presidente do Conselho Fiscal da Magnesita Refratários S/A desde abril de 2008, membro do Conselho Fiscal da South American Lighting Participações S/A desde abril de 2016, membro do Conselho Fiscal da Estácio Participações S/A desde abril de 2012 e membro do Conselho Fiscal da Allis Soluções Inteligentes S/A desde abril de 2012. Atuou na área de auditoria externa da Empresa PriceWaterhouseCoopers Auditores Independentes, de outubro de 1978 até abril de 1981 e na controladoria do Banco de Investimentos Garantia S/A de maio de 1982 até julho de 1997. É sócio da Griffe Serviços Contábeis Ltda. desde outubro de 2013, Rio Vermelho Empreendimentos e Participações Ltda. desde junho de 2005, São Ricardo Participações desde agosto de 2003 e Lamego Participações Ltda. desde maio de 2005, Boat & Plane Time Sharing do Brasil desde agosto de 2005, Ocean Explorer do Brasil Ltda. desde 2005, Belavia Administração e Participações Ltda. desde janeiro de 2010 e Hainan Administração e Participações Ltda. desde novembro de 2010. Também foi presidente do conselho fiscal das Lojas Americanas S.A (comércio e varejo), Tele Norte Leste Participações S.A (telecomunicação), Telemar Participações S.A (telecomunicações), TAM S.A (transportes), e Enersul – Energética do Matogrosso do Sul (energia). Nos últimos 5 anos, atuou como sócio da Carpe Diem – Consultoria, Planejamento e Assessoria Empresarial Ltda. (empresa no ramo de atividade de Consultoria Fiscal e Contábil, Planejamento e Assessoria Empresarial, Empreendimentos e Participações). É formado em Administração de Empresas pela Sociedade Universitária Augusto Motta – SUAM, em 1978 e em Ciências Contábeis pela Faculdade – SOMLEI, em 1980.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 41 do Estatuto Social da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Piero Carbone	15/03/1956	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
528.180.477-49	Contador	Membro suplente	28/04/2017	Não se aplica	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
1			0,00%		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					

O Sr. Piero Carbone é membro do Conselho Fiscal das empresas: Ciapam Cia. Agropastoril Mucuri desde 2015, Gado e Cana de Açúcar Fontes Agropecuária S.A. desde 2015, Gado e Cana de Açúcar Itaguay Imobiliária e Participações S.A. desde 2015 (Comércio e Locação de Imóveis), Condor S.A. (Indústria Química) desde 2014. Atuou na área de Contabilidade da Oi/Telemar, de maio de 1999 a junho de 2011 e desenvolveu carreira de trainee a gerente de auditoria da PRICEWATERHOUSECOOPERS de 1978 a 1998. Foi membro do Conselho Fiscal da Oi S.A. em 2016. É formado em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula em 1984. Possui MBA em Gestão de Empresas pela Fundação Dom Cabral em 2001 e Curso Superior de Formação de Executivos pela Universidade Estácio de Sá formado em 1978.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 41 do Estatuto Social da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Gilberto Braga	08/10/1960	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
595.468.247-04	Economista e contador	Membro efetivo	28/04/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			N/A		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					

Sr. Braga é consultor empresarial nas áreas financeiras, mercado de capitais, societária, tributária, perícia e assistência de perícia judicial, além de atuar como membro fiscal, administração e de comitê de auditoria de companhias abertas e associações profissionais. Foi membro da Comissão Consultiva de Normas Contábeis dos Fundos de Investimentos da CVM, é professor universitário e de pós-graduação de governança corporativa da Fundação Dom Cabral, IBMEC, PUC e FGV, articulista do jornal O Dia. Formado em Economia pela UCAM Ipanema e Contabilidade pela UGF, pós-graduado pelo IAG-PUC Rio em Administração Financeira e mestre em Administração (Finanças e Mercado de Capitais) pelo IBMEC-Rio. É membro do IBGC.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 41 do Estatuto Social da Companhia.

Nome	Data de Nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Outros cargos e funções exercidas no emissor
Felipe Bueno da Silva	06/07/1975	Conselho Fiscal	Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 28/04/2017	Até a Assembleia Geral Ordinária de 2018	N/A
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Descrição de outro cargo/função
071.959.597-59	Economista	Membro suplente	28/04/2017	Não	N/A
Mandatos consecutivos			Percentual de Participação nas Reuniões		
0			N/A		
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência:					

Economista formado pela PUC-RJ, cursou* MBA em finanças no IBMEC. Iniciou sua carreira no Banco Votorantim, onde trabalhou de 1997 a 2007 anos no segmento de Large Corporate, estruturando operações de crédito tais como emissão de dívida local e externa, derivativos, M&A, projetos de longo prazo com funding do BNDES, project finance e reestruturação de passivos. Em 2008 foi responsável pelo escritório da Corretora SLW no RJ. De 2009 a 2012 atuou como sócio responsável pelas operações da Socopa Corretora / Banco Paulista no Rio de Janeiro. De 2013 a 2014 foi responsável pela filial da Gradual Corretora no RJ e de 2015 em diante responsável pela área comercial e de estruturação de negócios da BX Capital, boutique de investimentos focada em operações de M&A, crédito e ativos estressados.

Nos últimos cinco anos, não possui qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, nem qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial.

Membro Independente, conforme a definição de "Conselheiro Independente" constante do parágrafo 1 do art. 41 do Estatuto Social da Companhia.

12.6 - Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membros efetivos do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham corrido após a posse no cargo.

Nome	Total de reuniões realizadas pelo <u>Conselho de Administração</u> desde a posse	Percentual de Participação nas Reuniões
Ricardo Reisen de Pinho	16	100%
Marcos Duarte Santos	16	93,75%
Demian Fiocca	2	100%
Hélio Calixto da Costa	2	100%

Nome	Total de reuniões realizadas pelo <u>Conselho Fiscal</u> desde a posse	Percentual de Participação nas Reuniões
José Cláudio Rego Aranha	7	100%
Pedro Wagner Pereira Coelho	7	100%

12.7 – Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não serão eleitos novos membros de comitês estatutários, nem tampouco de comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.8 – Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo

Não estão sendo eleitos membros dos comitês existentes na Companhia.

12.9. Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau

a. administradores da Companhia

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia

Não há.

12.10 – Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia

Não há.

b. Controlador direto ou indireto do emissor

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO V
ITEM 13.1 A 13.16 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês de Governança Corporativa e Finanças, de Riscos e Contingências, de Engenharia, Tecnologia e Redes e de Gente, Nomeações e Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

A política de remuneração praticada pela Companhia tem como objetivos:

- atrair, reter e incentivar a alta performance de seus executivos para o desenvolvimento e a concretização das estratégias de negócios da Companhia;
- fornecer níveis de remuneração competitivos em relação aos praticados pelos mercados selecionados;
- alinhar aos interesses de curto, médio e longo prazo dos acionistas da Companhia; e
- ser simples, transparente e de fácil entendimento aos acionistas.

Conselho de Administração, Conselho Fiscal, comitês de Governança Corporativa e Finanças, de Riscos e Contingências, de Engenharia Tecnologia e Redes e de Gente, Nomeações e Remuneração

A filosofia e as políticas de remuneração se aplicam aos membros do Conselho de Administração e respectivos comitês, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

O modelo de governança da Companhia e de suas controladas prevê um Conselho de Administração com atuação forte e alinhada aos interesses dos acionistas no curto, médio e longo prazo, e aportam valor à empresa pela combinação das diferentes expertises, experiências e foco de atuação.

Os membros do Conselho de Administração, dos respectivos comitês e do Conselho Fiscal representam os interesses dos acionistas da Companhia e são profissionais diferenciados nos seus respectivos campos de atuação. Em função desta qualificação recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A Companhia aplica a mesma filosofia e estratégia de remuneração para Diretores Estatutários e Não Estatutários, que é oferecer uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante, gerando uma oportunidade de ganho total diferenciada em função dos resultados do negócio no curto e longo prazo e do desempenho individual dos executivos, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e incentivar a alta performance dos executivos, alinhando seus interesses aos dos acionistas.

Para atingir este objetivo, a Companhia adota uma abordagem segmentada por níveis organizacionais, definindo uma estratégia específica para cada linha de remuneração, de forma a equilibrar o impacto de cada elemento de remuneração às práticas de mercado e objetivos do negócio, garantindo a competitividade da remuneração total frente ao mercado.

A remuneração praticada para Diretores Estatutários e Não Estatutários é composta pela parcela de remuneração fixa (salário/pró-labore e benefícios) e remuneração variável (incentivo de curto e de longo prazo), conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração.

b. Composição da remuneração

A política de remuneração da Companhia segue a mesma filosofia para todas as suas controladas e prevê a mesma composição para todas elas.

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Remuneração Fixa

Pró-Labore: a remuneração do Conselho de Administração é composta, exclusivamente, por remuneração fixa mensal (honorários). A remuneração tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho de Administração da Companhia. A remuneração segue como parâmetros os valores praticados no mercado para empresas de porte e estrutura de capital similares, alinhados à estratégia de Remuneração da Companhia, além de considerar o tempo de dedicação ao respectivo órgão da administração.

Participação em Comitês: os membros do Conselho de Administração que compõe os comitês da Companhia recebem um valor fixo mensal (honorários), com o objetivo de remunerar as atividades relacionadas ao referido comitê. Este valor fixo mensal remunera as responsabilidades adicionais dos membros dos comitês dentro do escopo de responsabilidade atribuído aos membros, seguindo como parâmetros os valores praticados no mercado para empresas de porte e estrutura de capital similares, alinhados à estratégia de Remuneração da Companhia.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho de Administração não fazem jus à remuneração variável.

CONSELHO FISCAL

Remuneração Fixa

Pró-Labore: a remuneração do Conselho Fiscal é composta, exclusivamente, por remuneração fixa mensal (honorários). A remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia. Os membros suplentes somente são remunerados nos casos em que exercem a titularidade em virtude de vacância, impedimento ou ausência do respectivo membro titular. A determinação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal é realizada em função do percentual da remuneração média atribuída aos Diretores Estatutários. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os elege, observado o parágrafo 3º do artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações.

Remuneração Variável

Os membros do Conselho Fiscal não fazem jus à remuneração variável.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA E DIRETORIA NÃO ESTATUTÁRIA

Remuneração Fixa

Salário: tem como objetivo remunerar o escopo de atuação do cargo, bem como o desempenho do ocupante na função, dentro do escopo de responsabilidade atribuído.

A estratégia da Companhia consiste em posicionar o salário base dos executivos em linha com a mediana do mercado de forma a equilibrar os custos fixos e garantir a competitividade para esta parcela de remuneração.

A Companhia utiliza a metodologia Hay de avaliação de cargos como ferramenta para estabelecer tanto o equilíbrio interno, definindo níveis que agrupam funções de porte, complexidade e impacto no negócio similares, quanto para estabelecer parâmetros precisos de comparação com o mercado.

As faixas salariais são definidas em função das referências de mercado com amplitudes (mínimas e máximas) que permitem reconhecer o desempenho dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

Benefícios diretos e indiretos: a Companhia tem uma política de benefícios compatível com as práticas de mercado, que visa oferecer aos seus empregados programas de assistência médica, assistência odontológica, auxílio-farmácia, seguro de vida em grupo, auxílio-alimentação, plano de previdência privada entre outros, que somados a remuneração fixa e variável tornam o pacote de remuneração competitivo e atraente no mercado.

Benefícios Pós-Emprego: A Companhia oferece a todos os seus empregados a possibilidade de participar do plano de previdência privada, sendo de livre-escolha do colaborador esta opção, visando aumentar a atratividade do seu pacote de remuneração.

Outros (INSS): Mensalmente a Companhia contribui para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) atendendo a sua obrigatoriedade e resguardando seus empregados quanto à futura aposentadoria, necessidade de pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros.

Remuneração Variável

A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas:

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): compreende a participação anual nos resultados da Companhia, definida por meio de indicadores e metas mensuráveis derivadas do plano de negócios e do orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Tem como objetivo incentivar e premiar em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos, além de garantir competitividade com o mercado.

Além de reconhecer e premiar, o programa de incentivos de curto prazo funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados que assegurem a excelência da execução do plano de negócios.

O programa prevê que anualmente após a aprovação do plano de negócios, sejam definidos os indicadores chave de resultados, financeiros e/ou de excelência operacional, os quais serão mensurados para efeito de remuneração.

A estratégia da Companhia é posicionar a oportunidade de ganho do programa no terceiro quartil de mercado para resultados em linha com o plano de negócios, podendo gerar uma oportunidade de ganho superior em função de resultados superiores do negócio e do desempenho individual dos executivos.

Os níveis de premiação alvo para resultados esperados, bem como os máximos, são definidos por nível organizacional em função dos valores e mix de remuneração praticados pelo mercado.

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"):

O Programa de Incentivo de Longo Prazo (2015-17), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13/03/2015, busca um maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. O Programa consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia. Informamos ainda que os beneficiários não farão jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

ii. Proporção de cada elemento na remuneração total em relação aos 3 últimos exercícios sociais

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na remuneração total dos administradores da Companhia para os períodos nela indicados:

<i>(em percentagem)</i>	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria Estatutária	Diretoria Não-Estatutária
	2016			
Remuneração fixa	100,00	100,00	51,34	53,64
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	38,29	29,42
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	10,37	16,94
	2015			
Remuneração fixa	100,00	100,00	70,31	55,01
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	29,69	44,99

Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	0,00	0,00
	2014			
Remuneração fixa	100,00	100,00	29,78	53,15
Remuneração Variável – Bônus	0,00	0,00	70,22	46,85
Remuneração Variável – ILP	0,00	0,00	0,00	0,00

Considerando como Remuneração Fixa (Salário/Pró-Labore, benefício direto e indireto, benefício pós-emprego e outros (INSS)).

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, reunidos em Assembleia Geral Ordinária, fixar anualmente o montante global da remuneração dos membros da sua administração. Cabe, porém, ao Conselho de Administração deliberar sobre a forma de distribuição do valor fixado entre os seus membros e os da diretoria.

A política de remuneração prevê a seguinte metodologia de cálculo para:

Remuneração fixa: para a Diretoria Estatutária e Não Estatutária, a remuneração fixa é calculada a partir do valor do salário mensal x 13,33 que considera como remuneração fixa o 13º salário e o 1/3 de adicional de férias. Para os Conselhos de Administração e Fiscal, é calculada a partir do honorário x 12. A remuneração fixa poderá ser ajustada de acordo com o resultado das pesquisas salariais realizadas, sem possuir obrigatoriedade, regra específica ou percentual fixos, porém objetivando manter a estratégia de competitividade da Cia.

Remuneração variável: A remuneração variável praticada para os Diretores Estatutários e Não Estatutários é baseada no incentivo de curto e de longo prazo, conforme detalhamento das referidas parcelas nas informações sobre a composição da remuneração. Destaca-se que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem exclusivamente remuneração fixa.

Incentivos de Curto Prazo ("Bônus"): O cálculo do bônus tem como parâmetros indicadores quantitativos de desempenho financeiros e de qualidade da Oi, como Receita, Despesa, Qualidade dos serviços prestados, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração (aprovação Programa Bônus Executivo 2016 ocorrida em 22/06/16). A forma de cálculo considera o desempenho de cada um dos indicadores em relação ao alcance das respectivas metas estabelecidas para o ano, podendo variar de 0% a 200%, sendo 100% o valor previsto (bônus target) caso as metas estabelecidas sejam atingidas e 200% o valor máximo previsto (bônus máximo).

Incentivos de Longo Prazo ("Remuneração Baseada em Ações"): A parcela do Incentivo de Longo Prazo 2015-2017 é calculada com base no valor do Bônus Executivo *target* ao qual o Beneficiário for elegível na data de assinatura do respectivo contrato e o prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia e o cumprimento de metas estratégicas corporativas estabelecidas ao longo do período de vigência.

Benefícios Diretos e Indiretos: Considera todo o pacote de benefícios, sendo sua metodologia de cálculo e critérios de reajuste orientados conforme aprovação anual em acordo coletivo. Maior detalhamento dos benefícios oferecidos pode ser consultado no quadro 14.3 (b).

Benefícios Pós-Emprego: Mensalmente a Companhia contribui com valor equivalente ao contribuído pelo empregado ao plano de previdência privada, além de pagar integralmente as taxas de administração e seguro definidas pelo plano. O plano não prevê reajustes ao longo de sua vigência.

Outros (INSS): A parcela de INSS é calculada em função da remuneração recebida pelo colaborador. Nesta parcela estão inclusas as demais obrigações como SAT-Seguro de Acidente ao Trabalho, INCRA e SEBRAE conforme estabelecido pelo Instituto Nacional de Seguro Social. Não existe regra de reajuste interno, seguindo apenas as normas e regras estabelecidas pelo Governo Federal.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração fixa e variável é definida em função das referências de mercado que permitem reconhecer a senioridade dos ocupantes em relação ao valor de mercado da posição.

A Companhia utiliza pesquisas de remuneração executiva realizadas periodicamente por consultorias independentes para determinação dos níveis de competitividade para as diversas componentes de remuneração (salários, benefícios, incentivos de curto prazo e longo prazo).

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores Estatutários ou não Estatutários, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus)

O cálculo do bônus tem como parâmetros indicadores quantitativos de desempenho financeiros e de qualidade da Oi, como Receita, Despesa, Qualidade dos serviços prestados, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração (aprovação Programa Bônus Executivo 2016 ocorrida em 22/06/16). A forma de cálculo considera o desempenho de cada um dos indicadores em relação ao alcance das respectivas metas estabelecidas para o ano, podendo variar de 0% a 200%, sendo 100% o valor previsto (bônus target) caso as metas estabelecidas sejam atingidas e 200% o valor máximo previsto (bônus máximo).

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações)

O Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13/03/2015 busca um maior alinhamento com o novo ciclo de gestão da Companhia e prioridades do negócio. Este novo plano considera como indicadores de desempenho os mesmos indicadores que compõe o Bônus Executivo Anual para o período de 2015 a 2017, além da valorização do preço das ações da Companhia no mercado.

Não existem indicadores de desempenho vinculados para a determinação do salário base, benefícios e qualquer outra componente de remuneração.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são elegíveis somente à remuneração fixa, conforme prática de mercado, não estando sujeitos aos indicadores de desempenho. Já os Diretores, são elegíveis à remuneração variável, estando sujeitos a indicadores de desempenho, conforme descrito abaixo.

Incentivo de Curto Prazo (Bônus): tem como objetivo incentivar e premiar, em função do resultado do plano de negócio do ano, bem como reconhecer de forma meritocrática o desempenho individual dos executivos. O programa de incentivos de curto prazo (ICP) funciona como uma ferramenta para garantir clareza e foco nos indicadores chave de resultados (KPIs) que irão garantir a excelência da execução do plano de negócios.

O cálculo do bônus tem como parâmetros indicadores quantitativos de desempenho financeiros e de qualidade da Oi, como Receita, Despesa, Qualidade dos serviços prestados, entre outros, definidos anualmente pelo Conselho de Administração (aprovação Programa Bônus Executivo 2016 ocorrida em 22/06/16). A forma de cálculo considera o desempenho de cada um dos indicadores em relação ao alcance das respectivas metas estabelecidas para o ano, podendo variar de 0% a 200%, sendo 100% o valor previsto (bônus target) caso as metas estabelecidas sejam atingidas e 200% o valor máximo previsto (bônus máximo).

Incentivo de Longo Prazo (remuneração baseada em ações): tem como objetivo estimular o atendimento às metas Corporativas de médio e longo prazo, proporcionando aos executivos uma participação no desenvolvimento da Companhia, alinhando os seus interesses

com aqueles dos acionistas. Além disto, o programa de Longo Prazo possibilita à Companhia atrair e reter profissionais de primeira linha, oferecendo-lhes a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia oferece uma remuneração justa aos seus executivos frente ao mercado comparativo, considerando o escopo de atuação e senioridade do ocupante. A oportunidade de ganho total diferenciada ocorre em função dos resultados do negócio no curto, médio e longo prazo e do desempenho individual dos executivos nesses resultados, de forma a garantir a capacidade da empresa de atrair, reter e motivar os executivos, alinhando os seus interesses aos dos acionistas.

Nesse sentido, a remuneração variável de incentivo de curto prazo alinha-se aos interesses da Companhia de curto prazo enquanto a remuneração variável de longo prazo está alinhada aos interesses da Companhia e de seus acionistas no médio e longo prazo.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não aplicável. Não existem parcelas de remuneração recebidas por administradores e demais pessoas citadas no caput item "13.1" deste Formulário de Referência em função do exercício do cargo no emissor, que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos, não obstante as parcelas de remuneração não relacionadas ao cargo no emissor conforme detalhamento do quadro "13.15" deste Formulário de Referência.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Existe uma remuneração prevista para os Diretores Estatutários vinculada a ocorrência de evento societário, com cláusulas condicionantes, sem previsão de pagamento no ano de 2017.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11,00	3,00	4,00	18,00
Nº membros remunerados	11,00	3,00	4,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.536.956,00	10.330.438,04	1.176.572,14	17.043.966,18
Benefícios direto e indireto		2.679.454,90		2.679.454,90
Participações em comitês	3.095.028,00			3.095.028,00
Outros		9.291.210,14		9.291.210,14
Remuneração variável				
Bônus		21.623.335,70		21.623.335,70
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		562.242,56		562.242,56
Cessação do cargo				
Baseada em ações		1.333.741,08		1.333.741,08
Total da remuneração	8.631.984,00	45.820.422,43	1.176.572,14	55.628.978,57

Observação: Dados informados conforme política de Remuneração prevista para 2017. Além do número de membros titulares indicados no quadro acima, a remuneração reportada considera os membros suplentes do Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,83	3,75	4,00	17,58
Nº membros remunerados	9,83	3,75	4,00	17,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	4.757.825,23	11.054.240,06	467.540,00	16.279.605,29
Benefícios direto e indireto		1.095.444,89		1.095.444,89
Participações em comitês	2.629.993,37			2.629.993,37
Outros		3.538.305,14		3.538.305,14
Remuneração variável				
Bônus		12.054.188,05		12.054.188,05
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		473.122,56		473.122,56
Cessação do cargo				
Baseada em ações		3.265.861,11		3.265.861,11
Total da remuneração	7.387.818,60	31.481.161,81	467.540,00	39.336.520,41

Observação: O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM. Além do número de membros titulares indicados no quadro acima, a remuneração reportada considera os membros suplentes do Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	13,67	4,33	4,00	22,00
Nº membros remunerados	12,67	4,33	4,00	21,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.032.997,39	8.654.794,99	465.600,00	15.153.392,38
Benefícios direto e indireto		942.974,69		942.974,69
Participações em comitês	1.021.676			1.021.676,00
Outros		2.960.870,26		2.960.870,26
Remuneração variável				
Bônus		5.459.745,50		5.459.745,50
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		367.839,47		367.839,47
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	7.054.673,39	18.386.224,91	465.600,00	25.906.498,30

Observação: O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM. Além do número de membros titulares indicados no quadro acima, a remuneração reportada considera os membros suplentes do Conselho de Administração.

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	15,33	3,42	4,33	23,08
Nº membros remunerados	14,33	3,42	4,33	22,08
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.113.386,66	4.759.638,89	421.200,00	11.294.225,55
Benefícios direto e indireto		246.005,22		246.005,22
Participações em comitês				0,00
Outros		643.065,69		643.065,69
Remuneração variável				
Bônus		13.549.397,00		13.549.397,00
Participação de resultados				
Participação em reuniões				
Comissões				
Outros				
Pós-emprego		97.984,84		97.984,84
Cessação do cargo				
Baseada em ações				
Total da remuneração	6.113.386,66	19.296.091,64	421.200,00	25.830.678,30

Observação: O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme estabelecido Ofício-Circular CVM. Além do número de membros titulares indicados no quadro acima, a remuneração reportada considera os membros suplentes do Conselho de Administração.

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente

Exercício Social Corrente					
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número Total de Membros	11,00	3,00	4,00	18,00	
Número de Membros Remunerados	11,00	3,00	4,00	18,00	
Em relação ao Bonus:					
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00	
<i>Valor máximo previsto</i>	-	43.246.671,41	-	43.246.671,41	
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	21.623.335,70	-	21.623.335,70	
Em relação a Participação nos Resultados	-		-		
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00	
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00	
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00	
Exercício Social encerrado em dezembro de 2016					
	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número Total de Membros	9,83	3,75	4,00	17,58	
Número de Membros Remunerados	9,83	3,75	4,00	17,58	
Em relação ao Bonus:					
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00	
<i>Valor máximo previsto</i>	-	39.660.000,00	-	39.660.000,00	
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	19.830.000,00	-	19.830.000,00	
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	12.054.188,05	-	12.054.188,05	

Em relação a Participação nos Resultados	-				-	
<i>Valor mínimo previsto</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-		0,00		-	0,00
Exercício Social encerrado em dezembro de 2015						
	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	13,67		4,33		4,00	22,00
Número de Membros Remunerados	12,67		4,33		4,00	21,00
Em relação ao Bonus:						
<i>Valor mínimo previsto</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-		39.960.000,00		-	39.960.000,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-		19.980.000,00		-	19.980.000,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-		5.459.745,50		-	5.459.745,50
Em relação a Participação nos Resultados	-				-	
<i>Valor mínimo previsto</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-		0,00		-	0,00
Exercício Social encerrado em dezembro de 2014						
	Conselho de Administração		Diretoria		Conselho Fiscal	Total
Número Total de Membros	15,33		3,42		4,33	23,08
Número de Membros Remunerados	14,33		3,42		4,33	22,08
Em relação ao Bonus:						
<i>Valor mínimo previsto</i>	-		0,00		-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-		18.301.386,24		-	18.301.386,24

<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	9.150.693,12	-	9.150.693,12
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	13.549.397,00	-	13.549.397,00
Em relação a Participação nos Resultados	-		-	
<i>Valor mínimo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor máximo previsto</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor previsto caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	0,00	-	0,00
<i>Valor efetivamente reconhecido</i>	-	0,00	-	0,00

Os membros do Conselho de Administração e Fiscais não são elegíveis à remuneração variável.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e prevista para o exercício social corrente

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente informamos que o Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015 foi substituído pelo Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, sem a incidência de qualquer tipo de pagamento, não havendo nenhum diretor estatutário elegível ao Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015.

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a tal Programa.

a) Termos e condições gerais

O Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 13/03/2015, consiste no pagamento de um prêmio bruto em dinheiro, em conformidade com a Legislação Trabalhista, como consequência do cumprimento de metas estipuladas para os anos de 2015 a 2017. O prêmio bruto em dinheiro tem como referência a cotação das ações da Companhia, dentre outros fatores. Neste programa, o beneficiário não faz jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

O programa tem caráter de longo prazo e está baseado no conceito de que o resultado de longo prazo é alcançado através da execução das metas anuais de forma consistente e sustentável.

O programa considera a cotação das ações da Companhia e tem como referência a média das 30 últimas cotações da ação anteriores ao lançamento do Programa (30/03/2015). Ao participar do Programa de Incentivo de Longo Prazo, os diretores estatutários, serão elegíveis por um período de 3 (três) anos (2015, 2016 e 2017) aos pagamentos correspondentes a uma "Quantidade de Ações de Referência". Tal "Quantidade de Ações de Referência" é dividida, em 3 (três) lotes iguais, anualmente convertidos em dinheiro com base na cotação das ações da Companhia a Preço de Mercado. A "Quantidade de Ações de Referência" é calculada com base no valor do Bônus Executivo target ao qual o Beneficiário for elegível na data de assinatura do respectivo contrato, de acordo com a fórmula:

$$\text{Quantidade de Ações de Referência} = \frac{N \times \text{valor do bônus target anual}}{\text{Preço da Ação}}$$

Onde o Preço da Ação tem como referência a média das 30 últimas cotações da ação da Companhia anteriores a 30/03/2015 (data de lançamento do Programa).

O direito do beneficiário ao recebimento de cada um dos lotes anuais do Programa de Incentivo de Longo Prazo está condicionado ao atingimento das metas corporativas do Incentivo de Curto Prazo da Companhia ("Bônus"). As metas corporativas são definidas anualmente pelo Conselho de Administração, no âmbito do Programa de Bônus Executivo, alinhados ao desdobramento do Plano de Negócios.

Ajustamentos

Embora o beneficiário não faça jus ao recebimento de ações da Companhia, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários, o plano prevê que os eventuais ganhos auferidos por um acionista ao longo do período de apuração (2015-2017) sejam incorporados ao plano, buscando maior alinhamento dos interesses do management com os interesses dos acionistas. Desta forma, o valor equivalente à distribuição de resultados aos acionistas (dividendos, bonificações, juros sobre capital próprio ("JCP") ou qualquer pagamento equivalente aos mesmos), será convertido em uma quantidade adicional de Ações de Referência, reservados para cada participante, tomando-se por base o preço da ação na data de aprovação da referida distribuição pelo órgão societário competente. No mesmo sentido, haverá ajustamento em caso de alteração no número de ações em que se divide o capital social da Companhia por força de grupamento, desdobramento ou bonificações de ações, na proporção de tal alteração.

b) Principais objetivos do plano

O Programa de Incentivo de Longo Prazo tem o objetivo de promover alto engajamento de seus executivos e mantê-los comprometidos para garantir a realização das metas estratégicas, garantindo ainda o alinhamento e a permanência dos mesmos no médio e longo prazo.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

O Programa de Incentivo de Longo Prazo estimula o atingimento das metas estratégicas dos anos 2015-2017, além da valorização das ações da Companhia. Desta forma, o Programa promove o engajamento e comprometimento de seus executivos a curto, médio e longo prazo, propiciando aos beneficiários uma participação no desenvolvimento da Companhia e a oportunidade de serem recompensados em função da geração de valor para os acionistas.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Programa de Incentivo de Longo Prazo é parte de um conjunto de instrumentos de remuneração, retenção e alinhamento dos Executivos da Companhia. Este plano é classificado como um incentivo de longo prazo, parte integrante da remuneração variável dos Executivos, pois o pagamento da bonificação aos beneficiários está vinculado à valorização da ação durante o período de vigência do programa (2015-2017).

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Programa de Incentivo de Longo Prazo incorpora o fator de desempenho da Companhia através do cumprimento das metas estratégicas da Companhia de curto prazo, além de considerar a valorização das ações da Companhia ao longo do período de vigência do Programa (2015-2017). Desta forma, o plano alinha os interesses dos administradores e os interesses da Companhia no curto, médio e longo prazos, oferecendo aos beneficiários a oportunidade de serem recompensados através da geração de valor para os acionistas.

f) Número máximo de ações abrangidas

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

h) Condições de aquisições de ações

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

k) Forma de liquidação

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

l) Restrições à transferência das ações

Não se aplica. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nos termos do item (a), o plano deverá ser ajustado na hipótese de eventual alteração no número de ações em que se divide o capital social da Companhia por força de grupamento, desdobramento ou bonificações de ações, na proporção de tal alteração. O plano também poderá ser ajustado no caso de (i) distribuição de dividendos ou outros proventos equivalentes; e (ii) operações de reestruturação societária envolvendo a Companhia, inclusive, mas não limitado a, fusão, cisão, incorporação e/ou incorporação de ações.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

O beneficiário deverá permanecer no pleno exercício de suas funções, de maneira ininterrupta, até o dia 31 de dezembro de 2017.

Caso o beneficiário por interesse próprio venha a se desligar dos quadros de empregados da Companhia por sua iniciativa, ou no caso do beneficiário ser demitido pela Companhia por justa causa, não será devido o pagamento do eventual saldo relativo a parcelas anuais a que o beneficiário ainda não faça jus, mesmo que *pro rata* mês.

Caso o beneficiário venha a ser desligado por iniciativa da Companhia, antes de 31 de dezembro de 2017, será devido o pagamento do eventual saldo do período trabalhado, *pro rata* mês.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e prevista para o exercício social corrente

A maioria das informações da tabela abaixo não são aplicáveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, descrito detalhadamente no item 13.4, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. O Programa considera a cotação das ações da Companhia, dentre outros fatores, para definir o prêmio bruto em dinheiro a ser pago a título de incentivo de longo prazo aos diretores estatutários.

Remuneração baseada em ações prevista para o Exercício Social Corrente - Valores Anuais			
	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	3,00	3,00
Nº membros remunerados	0,00	2,00	2,00
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	3,75	3,75
Nº membros remunerados	0,00	3,75	3,75
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00

Nº membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-
das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Remuneração baseada em ações do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais			
	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
Nº total de membros	0,00	0,00	0,00
Nº membros remunerados	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de exercício:			
das opções em aberto no início do exercício social	-	-	-
das opções perdidas durante o exercício social	-	-	-
das opções exercidas durante o exercício social	-	-	-

das opções expiradas durante o exercício social	-	-	-
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	-	-	-

Ressalta-se que a maioria das informações da tabela abaixo não são aplicáveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo 2015-2017, descrito detalhadamente no item 13.4, uma vez que o Programa não prevê transferência de ações para seus beneficiários. O Programa considera a cotação das ações da Companhia, dentre outros fatores, para definir o prêmio bruto em dinheiro a ser pago a título de incentivo de longo prazo aos diretores estatutários.

Exercício Social Corrente			
-			
	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	30/03/15	30/03/15
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferencia de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada	-	3.240.000,00	3.240.000,00

outorga (Valor do Incentivo)**Exercício Social encerrado em 31/12/2016**

-

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
--	-----------------------------------	-------------------------------------	--------------

**Outorga de opções de compra de ações
(Outorga do Incentivo)**

Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	30/03/15	30/03/15
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferencia de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	3.265.861,11	3.265.861,11

Exercício Social encerrado em 31/12/2015

-

	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
--	-----------------------------------	-------------------------------------	--------------

Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-
Prazo de restrição a transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

<u>Exercício Social encerrado em 31/12/2014</u>			
-			
	Conselho Administração	de Diretoria Estatutária	Total
<hr/>			
Outorga de opções de compra de ações (Outorga do Incentivo)			
Data da outorga (Data da Outorga do Incentivo)	-	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-	-

Prazo de restrição a transferência de ações	-	-	-
Valor justo das opções na data de cada outorga (Valor do Incentivo)	-	-	-

13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária ao final do último exercício social

Não há opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria.

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária nos 3 últimos exercícios sociais

Não foram exercidas opções e não houve a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica. Não foram exercidas opções e não houve a entrega de ações relativas à remuneração baseada em ações da Companhia no âmbito do Programa de Bônus de Longo Prazo 2012-2015. O Programa de Incentivo de Longo Prazo não prevê transferência de ações para seus beneficiários.

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Os membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal somente detêm ações em relação à Companhia, não possuindo participações acionárias nas controladas.

Ações emitidas pela Companhia – 31 de dezembro de 2016

1. Acionistas	2. ON	3. PN 4.
5. Conselho de Administração	6. 1.689	7. 24
8. Diretoria Estatutária	9. 1.447	10. 20
11. Conselho Fiscal	12. 1.788	13. 4.002
14. Total	15. 4.924	16. 4.046

13.10 - Informações sobre planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia é patrocinadora dos Planos de Previdência PBS-Telemar, BRTPREV e TCSPREV. No entanto, nenhum dos membros do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal pertencem aos referidos Planos e os mesmos estão fechados para novas adesões.

As informações apresentadas no quadro abaixo e no item 13.2 deste Formulário de Referência referem-se ao Plano de Previdência TelemarPrev patrocinado pela Companhia em conjunto com a Oi Móvel S.A. e a Telemar Norte Leste S.A., conforme seção 14 deste Formulário de Referência.

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	0	2
Nº de membros remunerados	0	2
Nome do Plano	-	TelemarPrev
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	2
Condições para se aposentar antecipadamente	-	50 anos de idade e 5 anos de Vinculação ao Plano de Benefícios
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 2.014.048,12
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 283.412,28
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	De acordo com o Tempo de Vinculação ao Plano de Benefícios. Máximo de 80% das contribuições efetuadas pela Patrocinadora

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A eficácia do presente item encontra-se suspensa em relação aos associados do IBEF, em razão de sentença proferida pelo Juízo da 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, nos autos da ação ordinária nº 0002888-21.2010.4.02.5101, ajuizada pelo próprio IBEF.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Os Diretores Estatutários possuem contratos que estabelecem indenização no caso de destituição do cargo durante o mandato. Não há previsão de aplicação para 2017 deste mecanismo.

13.13 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Exercicio Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2016	2015	2014
Conselho de Administração	14,59%	71,65%	94,35%
Diretoria Estatutária	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	0,00%	0,00%	40,00%

13.14 – Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, informar a remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-

Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	-	-	-	-
Controladas da Companhia	-	-	-	-
Sociedades sob controle comum	-	-	-	-

13.16 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes sobre este item "13".



**BOLETIM DE VOTO A DISTÂNCIA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA OI S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
A SER REALIZADA EM 28/04/2017**

1. Nome e endereço de e-mail do acionista:

Nome:

E-mail:

2. CNPJ ou CPF do acionista:

3. Orientações de preenchimento:

Os campos acima deverão ser preenchidos com o nome (ou denominação social) completo do acionista e o número do Cadastro no Ministério da Fazenda, seja de pessoa jurídica (CNPJ) ou de pessoa física (CPF), além de um endereço de e-mail para eventual contato.

Além disso, para que este boletim de voto seja considerado válido e os votos aqui proferidos sejam contabilizados no quórum da Assembleia Geral:

- todos os campos abaixo deverão estar devidamente preenchidos;
- todas as suas páginas deverão ser rubricadas;
- ao final, o acionista ou seu(s) representante(s) legal(is), conforme o caso e nos termos da legislação vigente, deverá assinar o boletim; e
- será exigido o reconhecimento das firmas apostas no boletim.

Os acionistas que optarem por exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância deverão observar as demais regras e formalidades descritas no item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia (*Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais*), disponível no website da CVM (www.cvm.gov.br).

4. Orientações de entrega, indicando a faculdade de enviar diretamente à companhia ou enviar instruções de preenchimento ao escriturador ou ao custodiante:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância poderá: (i) preencher e enviar o presente boletim diretamente à Companhia, ou (ii) transmitir as instruções de preenchimento para prestadores de serviços aptos, conforme orientações abaixo:

4.1. Exercício de voto por meio de prestadores de serviços – Sistema de voto à distância:

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto à distância por intermédio de prestadores de serviços deverá transmitir as suas instruções de voto a seus respectivos agentes de custódia, observadas as regras por esses determinadas. Para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus agentes de custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão



das instruções de voto via boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal.

Vale notar que, conforme determinado pela Instrução CVM nº 481, a Central Depositária da BM&FBOVESPA, ao receber as instruções de voto dos acionistas por meio de seus respectivos agentes de custódia, desconsiderará eventuais instruções divergentes em relação a uma mesma deliberação que tenham sido emitidas pelo mesmo número de inscrição no CPF ou CNPJ.

4.2. Envio do boletim pelo acionista diretamente à Companhia:

O acionista que optar por exercer seu direito de participação e voto à distância, por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190):

- (i) Via física do boletim, devidamente preenchido, rubricado e assinado; e
- (ii) Cópia autenticada dos seguintes documentos:
 - (a) Para pessoas naturais, documento de identidade oficial válido do acionista, com foto.
 - (b) Para pessoas jurídicas: (i) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do acionista; e (iii) documento de identidade oficial válido do representante legal do acionista, com foto.
 - (c) Para fundos de investimento: (i) último Regulamento do Fundo de Investimento, consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (ii) último Estatuto ou Contrato Social (conforme o caso) do administrador ou gestor (conforme o caso, observada a política de voto do fundo de investimento), consolidado, acompanhado de suas eventuais alterações posteriores que não tenham sido consolidadas; (iii) documentos societários que comprovem a regularidade da representação do administrador ou gestor e do acionista (conforme o caso); e (iv) documento de identidade oficial válido do representante legal do administrador ou gestor (conforme o caso) e do acionista, com foto.

Com relação aos documentos indicados nos itens “(i)” e “(ii)” acima, a Companhia solicita, conforme o caso: (i) reconhecimento de firma; e (ii) tradução simples para documento em língua estrangeira.

O boletim, acompanhado da documentação requerida, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, em plena ordem, com até 7 (sete) dias de antecedência em relação à data de



realização da respectiva Assembleia Geral, ou seja, até 21 de abril de 2017. Boletins recepcionados pela Companhia após este período serão desconsiderados.

Conforme disposto no artigo 21-U da Instrução CVM nº 481/2009 (“ICVM 481”), a Companhia comunicará ao acionista, por meio do endereço de e-mail informado no boletim de voto a distância, se os documentos recebidos são suficientes para que o voto seja considerado válido, ou os procedimentos e prazos para eventual retificação ou reenvio, caso necessário.

O acionista participante da custódia fungível de ações da BM&FBOVESPA que optar por exercer seu direito de voto à distância por meio do envio do boletim diretamente à Companhia, deverá ainda apresentar um extrato atualizado de sua posição acionária emitido pela instituição custodiante (notadamente, o extrato emitido pela BM&FBOVESPA). Além disso, sem prejuízo das verificações de participação que a Companhia usualmente realiza em suas Assembleias Gerais, conforme os registros atualizados de participação de sua base acionária disponíveis à Companhia, o acionista deverá informar a Companhia, por meio do endereço eletrônico invest@oi.net.br, a respeito de qualquer movimentação com as ações por ele detidas entre a data base de tal extrato e a data da respectiva Assembleia Geral, juntamente com os comprovantes de tais movimentações.

5. Endereço postal e eletrônico para envio do boletim de voto a distância, caso o acionista deseje entregar o documento diretamente à companhia:

Diretoria de Relações com Investidores da Companhia (na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Humberto de Campos, nº 425, 8º andar, Leblon, CEP 22430-190)
invest@oi.net.br

6. Indicação da instituição contratada pela companhia para prestar o serviço de escrituração de valores mobiliários:

Escriturador: Banco do Brasil
Telefone: (21) 3808-3715

O acionista poderá transmitir as instruções de voto a distância mediante entrega do boletim de voto em uma das agências do Banco do Brasil S.A. munido de cópias autenticadas dos documentos de identificação sendo: a) pessoa física: identidade, Comprovante de Residência emitido há menos de 90 dias; b) pessoa jurídica/fundos de investimento: estatuto/contrato social/regulamento, documentos comprobatórios da representação e identidade do representante; e c) acionistas com domicílio fiscal no exterior: adicionalmente, serão exigidos documentos comprobatórios da origem dos recursos conforme Resolução CMN 4.373 ou Lei 4.131 e demais legislações correlatas.

7. Ordem do Dia:



7.1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes e do parecer do Conselho Fiscal:

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.2. Examinar, discutir e votar a Proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016¹:

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.3. Fixar a verba global anual da remuneração dos Administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia:

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.4. Ratificar a eleição para o Conselho de Administração, em complementação de mandato, dos membros ocupantes dos cargos do Conselho de Administração nomeados, na forma prevista no artigo 150 da Lei nº 6.404/76, em Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 12.08.2016 e 14.09.2016:

Ricardo Reisen de Pinho (Titular)
Marcos Duarte Santos (Titular)
Demian Fiocca (Titular)
Hélio Calixto da Costa (Titular)
Blemer Braga Cardoso Mayhew (Suplente)
Luis Manuel da Costa de Sousa Macedo (Suplente)
Nelson Sequeiros Rodriguez Tanure (Suplente)
José Manuel Melo da Silva (Suplente)

Aprovar Rejeitar Abster-se

7.5. Eleger os membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, conforme proposta da Administração:

Jose Claudio Rego Aranha (titular)
Alvaro Bandeira (suplente)
Pedro Wagner Pereira Coelho (titular)

¹ A Proposta da Administração encontra-se disponível no sistema Empresas.net da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e na página de Relações com Investidores da Companhia (www.oi.com.br/ri).



Piero Carbone (suplente)
Gilberto Braga (titular)
Felipe Bueno da Silva (suplente)

Aprovar Rejeitar Abster-se

8. Caso seja necessária a realização de segunda convocação com relação à AGO, as instruções de voto contidas neste Boletim de Voto a Distância podem ser consideradas também na hipótese de deliberação das matérias da AGO em segunda convocação?

Aprovar Rejeitar Abster-se

[Cidade], [data]

[Nome do Acionista]